



# ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

## **O Ártico – Geopolítica e Desafios Transnacionais**

**Ana Rita Pereira Baptista**

*Aspirante a Oficial-Aluno Piloto-Aviador 137721-D*

Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em  
**Aeronáutica Militar, na Especialidade de Piloto-Aviador**

### **Júri**

Presidente: Major-General Joaquim Manuel Nunes Borrego  
Orientador: Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão  
Coorientador: Tenente-coronel Luís Manuel Pinto de Almeida da Rocha  
Vogal: Professora Doutora Carla Guapo Costa

**Sintra, março de 2015**

*(página intencionalmente em branco)*

ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

**O Ártico – Geopolítica e Desafios Transnacionais**

**Ana Rita Pereira Baptista**

*Aspirante a Oficial-Aluno Piloto-Aviador 137721-D*

Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em  
**Aeronáutica Militar, na Especialidade de Piloto-Aviador**

**Júri**

Presidente: Major-General Joaquim Manuel Nunes Borrego  
Orientador: Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão  
Coorientador: Tenente-coronel Luís Manuel Pinto de Almeida da Rocha  
Vogal: Professora Doutora Carla Guapo Costa

*ISBN*

**Sintra, março de 2015**

*Esta dissertação foi elaborada com uma finalidade essencialmente escolar, durante a frequência do Curso de Pilotagem Aeronáutica cumulativamente com a atividade escolar normal. As opiniões do autor, expressas com total liberdade académica, reportam-se ao período em que foram escritas, não representando doutrina sustentada pela Academia da Força Aérea.*

***“Sei que meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele, o oceano seria menor.”***

Bojaxhiu, Agnes (n.d.)

*(página intencionalmente em branco)*

## **Agradecimentos**

*"If I've seen further it is by standing on the shoulders of Giants"*

*Isaac Newton (1675)*

À Academia da Força Aérea,

Por me permitir a realização de um sonho, fazendo-me crescer com os seus ensinamentos e adversidades.

À Sra. Professora Sandra Balão,

Por ter acolhido o meu projeto de trabalho, ter aceite o desafio de orientar a presente dissertação, acolhendo sem receio os obstáculos decorrentes de eu não ser uma aluna de Relações Internacionais.

Mais do que isso, pelos conhecimentos transmitidos, pela disponibilidade constante, pelos conselhos assertivos e pela motivação de exigir mais.

Ao Sr. Tenente-coronel Luís Rocha,

Pelos seus conselhos académicos e pelo voto de confiança expresso na liberdade com que permitiu a realização deste trabalho, tendo-se mostrado sempre disponível para as dificuldades.

Às Bibliotecas da AFA e do IDN,

Por, através da Sargento Dulce Maria e da Sra. D. Maria Luís me possibilitarem o acesso a fontes que de outra forma me teria sido, no mínimo, muito dificultado. Mais do que isso, pelo seu esforço, simpatia e dedicação, disponibilizando-me recursos além dos que sabia sequer existirem.

Aos meus camaradas ,

Pela companhia e pela camaradagem, pelas brincadeiras e pelo apoio nos momentos difíceis.

Aos meus amigos,

Pela boa disposição, pela compreensão e por me apoiarem, por acreditarem em mim e não fazerem da ausência um motivo de distância.

À minha mãe,

Pela educação que me deu, pelas oportunidades que me proporciona e por ser um pilar fundamental na minha vida.

Mais do que isso, pela gratuidade, pelo orgulho e por acreditar em mim mesmo quando eu não acredito.

A quem já não está comigo,

mas que nunca deixou de me acompanhar.

**Por me acompanharem neste Caminho, o meu sincero Obrigado!**

*(página intencionalmente em branco)*

## Resumo

Um olhar sobre o Ártico, em pleno século XXI, constitui um desafio simultaneamente pertinente e aliciante conjugando vetores da Estratégia, da Geopolítica e das Relações Internacionais.

Frequentemente mencionado na opinião pública pela sua fragilidade ambiental, por debaixo das camadas de gelo que se fundem no Ártico escondem-se potencialidades incalculáveis. Na verdade, esta região só aparentemente adversa e distante do círculo político em que nos inserimos é, de facto, uma região privilegiada pela Natureza.

As estimativas de recursos energéticos nas latitudes polares, a par do degelo das suas calotes vieram permitir condições de exploração antes inimagináveis, conferindo uma nova dinâmica a esta região. Com efeito, o Ártico assume no presente um papel preponderante nas economias nacionais de diversos estados, projetando o seu poder muito além do círculo que o restringe.

Decorrente das mais valias proporcionadas pela região, os diversos estados circumpolares têm delineado estratégias de exploração e cooperação, focados na salvaguarda dos seus interesses e na fomentação do seu desenvolvimento.

Identificada desde 2001 como zona de conflito latente, a região do Ártico constitui-se um palco de disputas, onde se sobrepõem interesses e se gerem tensões entre diversos estados.

Neste sentido, importa hoje, mais do que nunca deter um olhar crítico sobre o Norte do planeta que, tendo no passado constituído uma zona de apreciação de poder entre superpotências, reassume hoje uma nova dinâmica a nível global, com influência nos atores e políticas internacionais, cujos contornos e meios de ação são ainda incertezas ténues.

**Palavras chave:** Ártico; Geopolítica; Estratégia; Poder; Ambiente; Relações Internacionais.

## **Abstract**

A view over the Arctic, right in the 21st century, is, simultaneously, a pertinent and demanding challenge, which brings together vectors from strategy geopolitics and international relations.

Frequently mentioned by public opinion for its environmental fragility, underneath the layers of melting ice, the Arctic hides unbelievable potential. In fact, this apparently adverse and politically distant circle from the one where we are is, in fact, a region privileged by Nature.

The estimated energetic resources in the polar latitudes and the ice cap melting brought about previously unimaginable exploring conditions, and a new dynamic action to this region. Therefore, the Arctic assumes nowadays a key role in the national economies of the various states, projecting its power beyond its own circle.

Driven by the region's assets, the circumpolar states have delineated exploring and cooperative strategies, focused in the preservation of its interests and in the growth of its development.

Identified as a latent conflict zone since 2001, the Arctic region constitutes itself as a disputed stage, where interests overlap and tensions are managed between states.

Therefore, more than ever, it is crucial to have a critical upon the North, (which in the past was a power zone among superpowers), so that it reassumes a new global dynamics, influencing the international players and politics, whose actions are still dim uncertainties.

**Key words:** Arctic; Geopolitics; Strategy; Power; Environment; International Relations

# Índice

<b>1 Introdução</b> .....	<b>1</b>
1.1 Contextualização .....	1
1.2 Âmbito .....	6
1.3 Objecto de Estudo .....	8
1.4 Conceptualização Operacional .....	11
1.5 Motivação e Pertinência.....	13
1.6 Panorâmica.....	16
<b>2 Nota metodológica.....</b>	<b>18</b>
2.1 Formulação da Pergunta de Partida .....	23
2.2 Hipóteses de Trabalho.....	24
<b>3 Caracterização Geopolítica da Região do Ártico.....</b>	<b>27</b>
3.1 Fator Físico e Ambiental .....	43
3.2 Fator Energético e Circulação .....	60
3.3 UNCLOS e as Fronteiras no Ártico.....	83
3.3.1 Mar de Beaufort .....	89
3.3.2 Arquipélago de Svalbard.....	91
3.3.3 Ilha de Jan Mayen.....	93
3.3.4 Ilha de Hans .....	95
3.3.5 Mar de Lincoln.....	97
3.3.6 Mar de Barents.....	98
3.3.7 As Submissões à CLPC.....	100
3.3.8 Estreitos Internacionais no Ártico – As Rotas do Norte .....	103
3.3.9 Síntese Conclusiva .....	105
3.4 Atores da Geopolítica do Ártico .....	108
3.4.1 Cooperação e Papel das Organizações Internacionais .....	117
3.4.1.1 União Europeia .....	118
3.4.1.2 Conselho do Ártico.....	123
<b>4 Dinâmicas de Poder na região do Ártico.....</b>	<b>125</b>
<b>5 Conclusões.....</b>	<b>135</b>
5.1 Sugestões .....	138
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>140</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>163</b>
ANEXO A - Delimitação da Região do Ártico .....	A-1
ANEXO B - Degelo Gronelândia .....	B-1
ANEXO C - A Fórmula do Poder de Cline.....	C-1
ANEXO D - Elementos Geopolíticos Quantificadores de Poder .....	D-2
ANEXO E - Classificação dos Fundos Oceânicos .....	E-1
ANEXO F - Batimetria e Topografia da Região do Ártico.....	F-1
ANEXO G - Diminuição da Calote Polar no Ártico .....	G-1
ANEXO H - Acordos sobre os Limites Marítimos no Ártico.....	H-1
ANEXO I - Áreas de Busca e Salvamento no Ártico .....	I-1
ANEXO J - Síntese das Estratégias dos Estados do Ártico .....	J-1
ANEXO K - Navegação nas rotas do Norte.....	K-1
ANEXO L - Algumas Tendências Militares Globais.....	L-1

## Índice de Figuras

Figura 1 – Representação da “Área Pivô”, “Crescente Exterior” e “Crescente Interior”	31
Figura 2 – A Ilha Mundial, dividida em Seis Regiões Naturais	33
Figura 3 – Delimitação da <i>Área Pivô</i> e <i>Heartland</i> (Designações Geográficas Atuais)	33
Figura 4 – A Terceira Teoria de Mackinder	34
Figura 5 – Limites do Heartland, Crescentes e “Resíduos” Polares	36
Figura 6 – A Teoria de Seversky	38
Figura 7 – Sistematização dos Fatores Geopolíticos/Geoestratégicos	42
Figura 8 – Mapa da Região do Ártico	44
Figura 9 – Mapa Geofísico do Oceano Ártico	48
Figura 10 – Extensão de Gelo no Oceano Ártico (Variações Sazonais)	50
Figura 11 – Alterações nos Habitats no Ártico	56
Figura 12 – Padrão de Circulação Normal das Águas Marítimas	57
Figura 13 – A Extensão de Gelo No Ártico – Janeiro de 2015	59
Figura 14 – Recursos no Ártico	62
Figura 15 – Reservas de Gás Natural no Ártico	64
Figura 16 – Reservas de Petróleo no Ártico	64
Figura 17 – Mares do Ártico	73
Figura 18 – Rotas Marítimas do Ártico	74
Figura 19 – Representação das Rotas do Norte	75
Figura 20 – Distâncias (Km) entre portos, em função das rotas	75
Figura 21 – Principais <i>Choke Points</i> da Navegação Mundial	76
Figura 22 – Atividades Económicas no Ártico	77
Figura 23 – A Rota do Nordeste	78
Figura 24 – A Rota do Noroeste	80
Figura 25 – Fronteiras e Zonas de Soberania no Ártico	89
Figura 26 – Fronteira entre USA e Canadá no Mar de Beaufort	90
Figura 27 – Disputa Territorial no Arquipélago de Svalbard	92
Figura 28 – Resolução do TIJ relativa à Ilha de Jan Mayen	94
Figura 29 – Fronteira entre o Canadá e a Dinamarca – Ilha de Hans	95
Figura 30 – Áreas em Disputa entre Canadá e Dinamarca – Mar de Lincoln	97
Figura 31 – Limite acordado entre Noruega e Rússia – Mar de Barents	99
Figura 33 – Recursos Energéticos no Mapa Geopolítico do Ártico	106
Figura 34 – Os 8 Estados do Ártico – UE e NATO	119
Figura 35 – Os Desafios do SI no Século XXI	127
Figura 36 – Orçamentos de Defesa 2014 – TOP 15	129

## Índice de Tabelas

Tabela A-1 – Disposições da UNCLOS relacionadas com as Disputas do Ártico.....	87
--------------------------------------------------------------------------------	----

## Lista de Acrónimos

AC	<i>Arctic Council</i>
ACIA	<i>Arctic Climate Impact Assessment</i>
AE	<i>Arctic Economics</i>
AEPS	<i>Arctic Environmental Protection Strategy</i>
AI	<i>Arctic Institute</i>
AMAP	<i>Arctic Monitoring and Assessment Programme</i>
AP	<i>Arctic Portal</i>
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CA	Conselho do Ártico
CARC	<i>Canadian Arctic Resources Committee</i>
CCE	Comissão Das Comunidades Europeias
CE	Comunidade Europeia
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CG	<i>Canadian Geographic</i>
CGDM	Convenções de Genebra sobre o Direito do Mar
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CLCS	<i>Commission on the Limits of the Continental Shelf</i>
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
DI	Direito Internacional
EC	<i>European Commission</i>
EEA	<i>European Environment Agency</i>
EEZ	<i>Exclusive Economic Zone</i>

EPA	<i>United States Environmental Protection Agency</i>
EUA	Estados Unidos da América
FHI	<i>Free Hans Island</i>
HIICR	<i>Heidelberg Institute for International Conflict Research</i>
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
ICJ	<i>International Court of Justice</i>
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IISS	<i>International Institute for Strategic Studies</i>
IMO	<i>International Maritime Organization</i>
IPCC	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>
ISA	<i>International Seabed Authority</i>
JNRFC	<i>Joint Norwegian-Russian Fisheries Commission</i>
MFARF	<i>Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation</i>
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
NASA	<i>National Aeronautics and Space Administration</i>
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NM	<i>Nautical Mile</i>
NMFA	<i>Norwegian Ministry of Foreign Affairs</i>
NOAA	<i>National Oceanic and Atmospheric Administration</i>
NSIDC	<i>National Snow and Ice Data Center</i>
NSR	<i>Northern Sea Route</i>
OEDC	<i>Organisation for Economic Cooperation and Development</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

PC	Plataforma Continental
PE	Parlamento Europeu
RI	Relações Internacionais
SAR	<i>Search and Rescue</i>
SEAE	Serviço Europeu de Ação Externa
SI	Sistema Internacional
TIJ	Tribunal Internacional de Justiça
UE	União Europeia
UN	United Nations
UNCLOS	<i>United Nations Convention on the Law of the Sea</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA	<i>United States of America</i>
USDOI	<i>United States Department of the Interior</i>
USGS	<i>United States Geological Survey</i>
WEF	<i>World Economic Forum</i>
WMO	<i>World Meteorological Organization</i>
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>
ZEE	Zona Económica Exclusiva

## **Lista de Siglas**

Cap.	Capítulo
Cf.	Conferir
n.d.	Não Disponível

*(página intencionalmente em branco)*

# 1 Introdução

*“O óbvio é a verdade mais difícil de se vislumbrar.”*  
Clarice Lispector (1969)

A região do Ártico, em pleno século XXI, é um ponto de referência na esfera mundial, enquanto faixa onde confluem interesses estratégicos de diversos atores: estados e organizações.

Identificada desde 2001 pelo *Heidelberg Institute for International Conflict Research* como zona de conflito latente, a região do Ártico é efetivamente, no presente, palco de disputas “territoriais” e de “recursos” e gestão de tensões por diversos estados<sup>1</sup> (HIICR, 2014).

Caracterizam-se, assim, as porfias na região segundo o referido instituto, como conflitos adormecidos, disputas “não violentas”, de âmbito diplomático, ainda que o seu alcance e implicações, tanto ao nível regional como para a comunidade internacional sejam ainda uma incerteza (ibidem).

Deste modo, para uma melhor compreensão dos referidos fenómenos regionais e transnacionais, importa conhecer os seus atores geopolíticos, a natureza das relações estabelecidas entre estes, bem como as dinâmicas de poder e cooperação na região, procurando uma visão de conjunto da realidade e clarificando, de forma sustentada, possíveis vectores de agitação do Sistema Internacional (SI)<sup>2</sup>.

## 1.1 Contextualização

Os Interesses na região do Ártico não são um assunto recente. Já no período anterior ao século XX ali se registavam disputas por recursos, nomeadamente pela obtenção de

---

<sup>1</sup> Rússia, Noruega, Dinamarca, Canadá, EUA.

<sup>2</sup> Na Europa, durante o ano de 2013, tiveram lugar três encontros da organização do Conselho do Ártico, relacionados com a resolução de conflitos no Ártico.

óleo proveniente da caça à baleia (FRANCO, 2014). Similarmente, são acompanhadas desde o início do século disputas de natureza territorial anunciadas, como sucedeu em 1907 com a tentativa de reivindicação<sup>3</sup> do território do Ártico por parte do Canadá (ROTHWELL, 1996), ou das sucessivas tentativas de extensão das suas plataformas continentais por parte de diversos estados circumpolares (STIMSON, 2013).

Durante o período da Guerra Fria, o Norte, especialmente a região do Ártico, constituiu-se como uma frente de contestação entre os dois blocos. Nesta área geográfica encontrava-se a linha de comunicação aérea mais curta entre as zonas mais populosas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA).

Após este período, verificou-se o grande impulso na intensificação dos relacionamentos internacionais e na formação de novos atores, ficando profundamente marcado por dois eventos que se tornaram célebres.

O primeiro marco histórico foi, sem dúvida, o Discurso de Murmansk em 1987, em que Mikhail Gorbachev apresenta propostas arrojadas sobre áreas que, na década seguinte, assistiriam a um extraordinário progresso ao nível da cooperação. Uma proposta de desmilitarização da região do Ártico, incentivo à coordenação e cooperação entre estados na exploração de recursos, desenvolvimento, pesquisa científica e na proteção ambiental e circulação marítima (GORBACHEV, 1987) são alguns dos pontos fundamentais que marcaram a agenda desta comunicação.

Posteriormente, no ano de 1989, com o Processo Rovaniemi (AC, 2011b), a cooperação intergovernamental dá os primeiros passos formais, com a reunião ministerial que ocorreu na Finlândia.

Com efeito, a Iniciativa Finlandesa<sup>4</sup> culminou em 1991 num acordo multilateral não vinculativo, entre Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia, URSS e

---

<sup>3</sup> Em 1907 o Senador Poirier (Canadá) reivindicou o território do Ártico entre os graus 60N e 141N de Longitude, não tendo, porém, alcançado reconhecimento universal, devido à falta de sustentação desta reivindicação.

<sup>4</sup> Outro nome pelo qual ficou conhecido o Processo Rovaniemi.

EUA, com a assinatura da Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico (AEPS)<sup>5</sup>, tendo como objectivos a monitorização, conservação e proteção, desta área geográfica. No texto original de 14 de Junho de 1991, podem ler-se os fundamentos deste acordo, que se centrava em preservar a qualidade ambiental e os recursos naturais, conjugar princípios de proteção ambiental com as necessidades e tradições das populações nativas, monitorizar as condições ambientais e reduzir ou eventualmente eliminar a poluição ambiental no Ártico (CONGRESS OF THE USA, 1995; AEPS, 1991). Esta constitui, assim, a primeira grande concretização política do período pós-Guerra Fria, relativa à região do Ártico (AC, 2011b).

O próximo grande passo no estabelecimento de relações de cooperação multilaterais e gestão de interesses na região, surge em 1996 com a Declaração de Ottawa que estabelece formalmente o Conselho do Ártico<sup>6</sup>, enquanto fórum intergovernamental ao mais alto nível. Esta organização surge com o objectivo de promover a cooperação, coordenação e interação entre Estados do Ártico, integrando comunidades indígenas do Ártico e outros habitantes, para o debate de questões comuns, como o desenvolvimento sustentável e proteção ambiental (AC, 1996).

Com o início do novo século registam-se acontecimentos de grande relevo na região, indicadores de profundas alterações ao nível da situação estratégica e do ambiente internacional, observando-se a emergência de novas condicionantes à escala global.

Com efeito, as ações levadas a cabo pelo Estado da Rússia, na primeira década do século XXI<sup>7</sup> (UN, 2014; LUSA, 2007; LUSA, 2014; GAZPROM, 2014), até ao presente, são um espelho do aflorar dos interesses e do crescente investimento estratégico dos referidos estados do Ártico nesta área.

Um retrato desta gradual conveniência estratégica é a submissão, a 20 de dezembro de

---

<sup>5</sup> Em inglês, Arctic Environmental Protection Strategy.

<sup>6</sup> Em inglês, Arctic Council.

<sup>7</sup> Paralelamente a ações de natureza territorial - Cf. Cap. 3.3 desta dissertação - verificou-se uma crescente atividade militar por parte do referido Estado na região circumpolar, materializada na criação e reativação de infraestruturas e na realização de exercícios militares. Por último, também no que concerne à exploração de recursos energéticos, o Estado russo continua a afirmar a sua presença no Ártico, nomeadamente através da empresa de exploração de recursos energéticos Gazprom - Cf. Cap.4 desta dissertação.

2001, por parte da Federação da Rússia, de uma proposta, através do Secretário-Geral das Nações Unidas, à Comissão de Limites da Plataforma Continental, para a extensão da sua área além das 200 milhas náuticas (UN, 2014d).

Ainda durante aquela década, um episódio com elevado potencial gerador de tensões é protagonizado pelo mesmo estado quando, a 2 de Agosto de 2007, na sequência de uma expedição de carácter científico, foi alcançado o feito inédito de atingir o fundo do oceano Ártico, acontecimento assinalado com o cravar de uma bandeira russa de titânio no local (BBC, 2007).

Consequentemente, o Canadá, um dos países que partilha soberania territorial na região, criticou a postura, ressaltando, no entanto, através de declarações à imprensa, proferidas pelo Ministro das Relações Exteriores Peter MacKay, que o ato não representaria qualquer ameaça à soberania deste Estado no Ártico (BBC, 2007).

São diversos os episódios que atestam que a região do Ártico tem sido, efetivamente, objeto de referência e de aproximações por parte de diversos estados, o que permitiu, ao longo dos anos, criar um foco potencial de conflito de interesses.

O aumento das tensões diplomáticas centradas na região agravou-se ainda mais significativamente após o ano de 2008, data em que a publicação científica americana United States Geological Survey (USGS) revelou dados<sup>8</sup> que indiciavam uma abundância de recursos energéticos, nomeadamente, gás natural e petróleo, nesta área geográfica que se começa a revelar repleta de recursos inexplorados (USGS, 2008).

Indícios das mesmas materializaram-se, até ao presente, em diversas vertentes, nomeadamente com a publicação de documentos estratégicos para a região por cada um dos estados do Ártico, procurando clarificar e salvaguardar os seus interesses<sup>9</sup>; com o desencadear de uma remilitarização desta região por parte da Rússia<sup>10</sup>, reativando infraestruturas e alocando meios; com a criação de uma área com meios de busca e

---

<sup>8</sup> Cf. Cap. 3.2 desta dissertação.

<sup>9</sup> O estudo dos documentos estratégicos dos estados circumpolares para a referida região serão alvo de estudo no Cap. 3.3 desta dissertação.

<sup>10</sup> São diversas as evidências desta crescente militarização: Cf. Nota de rodapé nº 7 e Cap. 4 desta dissertação.

salvamento no Ártico ou mesmo conferindo à Gronelândia o estatuto de autonomia reforçada do Reino da Dinamarca (2009)<sup>11</sup>.

A região circumpolar surge assim, em pleno século XXI, como um ponto de referência na esfera mundial, enquanto faixa onde confluem interesses estratégicos de diversos atores estatais e organizações. Com efeito, uma das questões de relevo para a comunidade internacional, no presente, centra-se nas disputas geopolíticas vigentes nesta área, decorrentes das potencialidades e fragilidades consagradas pela mesma, tornando-a simultaneamente um espaço aliciante e complexo.

Paralelamente, enquanto centro de gravidade de dimensão global ao nível do clima, o Ártico é igualmente alvo de forte apreensão por parte da comunidade científica. O elevado potencial gerador de tensões das alterações climáticas, traduz-se no segundo maior risco de conflito e de maior impacto, nas componentes de eventos climatéricos extremos, crises por escassez de água ou perda de biodiversidade e colapso de ecossistemas (WEF, 2014). Do mesmo modo, o aquecimento global, enquanto ameaça à sobrevivência à escala universal (ibidem), constitui um desafio de grande relevo para o século XXI.

Na região do Ártico, são variados os indícios que assinalam esta efeméride desde o início do século, registando-se marcos assinaláveis, como o caso de 97% de degelo do manto de gelo da Gronelândia, em menos de 4 dias, em Julho de 2012 (NASA, 2012a)<sup>12</sup> e o aumento de 5% de absorção da radiação solar, desde o ano 2000 (NASA, 2014b).

No entanto, o degelo na região do Ártico, trouxe igualmente consigo inúmeras mais valias económicas para os estados, ao nível da exploração de recursos minerais e hidrocarbonetos e ao nível do comércio internacional, reacendendo o sonho de navegação pelo Ártico e o estabelecimento de rotas marítimas mais competitivas.

Em suma, em pleno século XXI, a região mais boreal do planeta constitui assim uma matriz de potencial conflito em torno de diferentes eixos, entre os quais se podem

---

<sup>11</sup> Em Junho de 2009 a Rainha Margarida II da Dinamarca concedeu oficialmente este estatuto à Gronelândia.

<sup>12</sup> Cf. Anexo B desta dissertação.

destacar os interesses económicos dos estados; as diligências geopolíticas, centradas na busca pelo poder associado à conquista dos espaços e a degradação ambiental como factor de instabilidade e ameaça à escala global, entre outros.

O Ártico, pela sua localização geopolítica e importância regional, surge assim na cena internacional, como um importante desafio do século, encerrando em si disputas de ordem diversa, que traduzem a “expressão acabada da convivência entre as dinâmicas de poder fundadas na geopolítica clássica e as relações moldadas pela Ecopolítica” (MARCELINO, et al., 2007, p.1).

## **1.2 Âmbito**

A presente dissertação de mestrado constitui um trabalho académico, realizado no âmbito da área de investigação de Relações Internacionais (RI), decorrente da frequência do curso de Mestrado Integrado em Ciências Militares e Aeronáuticas, na especialidade de Piloto-Aviador.

Consequentemente, a análise e tratamento da informação decorrente da investigação científica orientam-se segundo vetores que vão ao encontro daquilo que se procura que seja uma total isenção política e liberdade académica.

Centrado na importância de conhecer o sistema internacional, o ambiente global e as fontes de potencial conflito/tensões entre os seus atores, salvaguarda-se a importância deste estudo realizado num estabelecimento militar de ensino superior, enquanto contributo para a compreensão que qualquer Oficial ou futuro Oficial das Forças Armadas deverá ter do contexto que o rodeia.

Face ao exposto, torna-se imperioso, primeiramente, ter presente o conceito e a abrangência da área específica das Relações Internacionais, a fim de melhor enquadrar o estudo projetado. O Professor Adriano Moreira descreve o domínio das Relações Internacionais como sendo “o conjunto de relações entre entidades que não reconhecem um poder político superior, ainda que não sejam estatais, somando-se as

relações diretas entre entidades formalmente dependentes de poderes políticos autónomos” (MOREIRA, 2002, p. 38), ou, em sentido estrito, como a “disciplina que estuda os factores e a política exterior e o poder das unidades básicas, por exemplo, estados e grandes espaços” (MOREIRA, 2002, p. 38; HOFFMAN, 1979).

As Relações Internacionais englobam, deste modo, diversos atores, nomeadamente Estados, organizações internacionais ou transnacionais (organizações não governamentais), poderes erráticos, vulgarmente designados de terroristas, instituições espirituais e indivíduos.

Subsequentemente, os estudos nesta área autónoma das Ciências Sociais, dada a complexidade da sociedade internacional, tenderão a assumir um carácter interdisciplinar, baseando-se no saber de múltiplos ramos da ciência.

Enquanto estudo no âmbito das RI, um dos propósitos desta dissertação é a abrangência de áreas de investigação, relacionadas com o objeto de estudo, que são tidas em conta na análise da temática. Procura-se, tipicamente, a busca por noções detalhadas e multidisciplinares no âmbito da história, política, economia, geografia, demografia, diplomacia, direito internacional, ética, religião, entre outros, isto é, sumariamente, numa grande vastidão de ramos da ciência e da tecnologia contemporâneas (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF Jr, 2011).

Centrada na região geopolítica do Ártico e nas suas potencialidades em termos de exploração de recursos naturais, numa perspectiva de mais valia política e económica para os diversos estados que partilham interesses nesta zona, procura-se, fundamentalmente, analisar o âmbito das disputas existentes e os potenciais conflitos latentes, decorrentes das conveniências e assimetrias entre os cinco estados concorrentes<sup>13</sup> (YOUNG, 2011).

Tal como mencionado e evidenciado por Dougherty e Pfaltzgraff (2011), o estudo sobre a região representa um conhecimento matricial que contempla vários domínios. Deste

---

<sup>13</sup> Rússia, Dinamarca, EUA, Noruega, Canadá (os cinco estados costeiros do Ártico) bem como a Islândia, Suécia e Finlândia. Este grupo de países é conhecido como os oito países árticos.

modo, irá ser analisada a região do Ártico<sup>14</sup>, bem como os diversos atores nela intervenientes, recorrendo a diferentes áreas do conhecimento.

Subsequentemente, a fim de analisar as tensões na região, enquanto desafio transnacional, com implicações em diversos pólos e inferências à escala global, torna-se imperativo analisar as contendas históricas em torno de região, observar criticamente o presente e perspectivar os desafios e atuações futuras na mesma.

Em suma, a atualidade da temática, em pleno desenvolvimento no presente, aliada à instabilidade geopolítica e reconhecidas vulnerabilidades associadas a esta região (WEF, 2014), constituem fatores de grande relevo para a comunidade internacional e que abrem diversas linhas de investigação no âmbito das relações internacionais e dos desafios do século XXI.

### **1.3 Objecto de Estudo**

A definição do objecto de estudo desta dissertação revela-se de extrema importância, permitindo definir os limites que circunscrevem a análise que se procura efetuar, dotando-a, assim, de uma base sólida e objectiva, procurando reduzir ao máximo possíveis ambiguidades ou imprecisões, requisitos essenciais para dotar este trabalho do carácter científico pretendido (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998).

Neste sentido, torna-se imperativo circunscrever claramente a análise empírica no espaço, geográfico e social, e no tempo, de acordo com o bom senso do investigador (ibidem).

Dada a temática em investigação, a restrição do objecto de estudo revela-se uma tarefa simultaneamente árdua e de extrema importância, dado o vasto leque de atores internacionais relacionados com a geopolítica do Ártico e a ambiguidade de critérios para a demarcação da região, assim como a multiplicidade de desafios que envolvem aquela zona do planeta.

---

<sup>14</sup> Ver clarificação no subcapítulo 1.3 desta dissertação - Objecto de estudo.

No que concerne à delimitação geográfica da região do Ártico, que envolve o Pólo Norte, inclui o Oceano Glacial Ártico e as terras mais setentrionais do globo terrestre, a sua objectividade depende dos critérios adotados para este fim.

Os critérios mais considerados<sup>15</sup> delimitam a fronteira sul da região no Círculo Polar Ártico, com a latitude 66°33'N, podendo, complementarmente, basear-se na isotérmica<sup>16</sup> dos 10°C no mês de Julho ou na “linha da árvore”, linha a norte da qual não crescem árvores, fruto da incapacidade das raízes em crescer no *permafrost*<sup>17</sup>.

No que concerne ao espaço social, a escolha mais ajustada do nível de análise (MINGST, 2003)<sup>18</sup> revela-se, por vezes, um processo subjetivo e complexo, no âmbito das Ciências Sociais e das RI.

Para esta dissertação entendeu-se pertinente abordar o ator Estado como unidade base para a análise, uma vez que é a este nível que se estabelecem grande parte das relações e desafios geopolíticos que se pretende considerar.

Não obstante, no que diz respeito ao nível de análise, são considerados, simultaneamente, os níveis supranacional, regional e nacional. Referir-se-á o primeiro, no interesse em abordar questões multilaterais, alicerçadas em organizações internacionais como o caso da UN, que digam respeito ao posicionamento do Ártico na esfera global e das relações geopolíticas ao nível do Sistema Internacional.

O nível nacional, é, indubitavelmente, aquele a que se refere a maior parte da análise, uma vez que é a este nível que se manifestam as relações que permitem observar as hipóteses em estudo, que serão evidenciadas mais adiante nesta dissertação<sup>19</sup>, materializadas, nomeadamente, em ações estratégicas levadas a cabo por cada um dos estados considerados. Por último, a opção pelo nível regional, centrada na UE e

---

<sup>15</sup> Cf. Cap. 3.1 desta dissertação acerca do fator físico, onde se inclui a delimitação da região do Ártico.

<sup>16</sup> Cf. Anexo A desta dissertação acerca da delimitação da Região do Ártico segundo o critério da isotérmica dos 10°C.

<sup>17</sup> Tipo de solo encontrado na região do Ártico, constituído por terra, gelo e rochas permanentemente congelados, recobertos por uma camada de gelo e neve. Cf. Cap. 3.1 desta dissertação.

<sup>18</sup> Existem três níveis de análise nas RI que permitem explicar a realidade da política internacional: o Homem, o Estado e o SI.

<sup>19</sup> Cf. Cap. 2.2 desta dissertação.

no Conselho do Ártico, será ocasional e apenas em referências específicas de eventos isolados, como o caso de relações transfronteiriças, com o objectivo de contextualização ou na análise da influência que estes atores têm ou perspectivam ter na região.

Esta dissertação no âmbito das RI, versando sobre questões do presente e procurando analisar uma problemática ramificada em áreas distintas das ciências sociais, individualmente abrangentes, como a geopolítica e a estratégia, centrar-se-á num período temporal relativamente restrito, de forma a tornar-se exequível, no seio do seu âmbito e seguir um vector objetivo, indo ao encontro da pergunta de partida e hipóteses de trabalho.

Assim, foi definido para a análise o período temporal compreendido entre a última década do século passado e o presente. Não obstante, o estudo da região circumpolar enquanto zona de tensão e potencial conflito, implica, necessariamente, uma compreensão histórica do que têm sido os eventos de disputa de poder nesta área.

Neste sentido, de forma a abordar as dinâmicas de poder na zona, vigentes no período considerado, serão, pontualmente, contemplados períodos temporais precedentes, que visam, fundamentalmente, contextualizar a problemática, enquadrando e clarificando os fenómenos do presente, que requeiram, para um melhor estudo e compreensão, uma breve analepse.

Do mesmo modo, é objetivo suplementar desta dissertação, conjeturar possíveis tendências de evolução a curto prazo, com base em observações atuais e na análise de dados relevantes, aludindo para possíveis vetores de ação dos estados, ou para o desenvolvimento das relações de poder na região, expectáveis para um futuro próximo. Para este efeito, poder-se-á, pontualmente, alargar o intervalo temporal de referência, de forma a permitir estas breves inferências, de forma a que não excedam, no entanto, o período de uma década. Entendeu-se que, optar por um período mais alargado, face ao elevado grau de incerteza associado, incitaria uma fundamentação insuficiente, o que retiraria credibilidade aos argumentos. Por outro lado, a metodologia adoptada para esta dissertação, bem como o objecto de estudo primordial e hipóteses de trabalho, não

se prendem com uma análise prospectiva dos fenómenos associados a esta problemática.

No que se refere aos atores estatais em observação optou-se por, numa primeira fase de contextualização considerar os oito estados do Ártico: Rússia, Dinamarca, EUA, Noruega, Canadá, Islândia, Suécia e Finlândia, delimitando, posteriormente, a análise estratégica aos cinco primeiros estados, sobre os quais se centram grande parte dos dados relevantes para a análise pretendida e teste de hipóteses. A posição dos atores supranacionais a ter em conta, nomeadamente no que diz respeito ao estabelecimento de relações multilaterais e de cooperação entre os estados membros serão a UE e Conselho do Ártico.

Estando definidas as baias espaço-temporais desta investigação, progredindo em conformidade com o percurso metodológico estabelecido e procurando ir ao encontro aos preceitos supracitados, torna-se forçoso, neste ponto, proceder à conceptualização operacional.

#### **1.4 Conceptualização Operacional**

Este procedimento consiste, fundamentalmente, em reter o essencial da realidade, materializando, na prática, uma construção-seleção, determinando as dimensões que constituem o conceito e precisando os indicadores que permitem a sua medição. A conceptualização operacional, enquanto forma indutiva, permite formular conceitos empiricamente, a partir de observações diretas ou informações reunidas, não ficando fixadas as suas relações com outros conceitos (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998).

Torna-se, assim, imprescindível operacionalizar alguns conceitos chave, que atuam como pedra angular ao longo de toda a dissertação<sup>20</sup>. Recorremos, para este efeito, ao breve enquadramento teórico já efetuado, como forma de direcionar e problematizar os

---

<sup>20</sup> Alguns conceitos já se encontram operacionalizados anteriormente como é o caso de *Ártico/ Região do Ártico*, por uma questão de conveniência, uma vez que, referindo-se ao foco desta dissertação, é aludido desde o início da mesma. Ressalva-se, ainda possibilidade de operacionalizar outros conceitos, não basilares, mas necessários, ao longo do corpo de texto da dissertação.

referidos conceitos.

**Geopolítica** traduz o “estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao Homem que, ao objetivarem-se na construção de modelos de dinâmica de Poder, projetam o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade da Ciência Política” (IESM, 2007, p. 9). Neste sentido, Saul Cohen realça a importância da Geopolítica ao mencionar que “O verdadeiro valor da geopolítica moderna reside na análise académica dos fatores geográficos subjacentes às relações internacionais e orientadores das interações políticas” (2003, p. 11).

A visão francesa da geopolítica<sup>21</sup>, ilustrada por Øyvind Østerud, equaciona “...uma análise da configuração espacial a diferentes escalas, desde o global ao regional e local. As relações instáveis entre geografia e política devem ser procuradas, de forma mais proveitosa, no problema das fronteiras entre Estados e nas fronteiras entre grupos étnicos, bem como nas disputas fronteiriças e nas zonas de influência móveis das grandes potências” (1988, p.193).

O mesmo autor argumenta, ainda, que o derradeiro contributo oferecido pela geopolítica advém do potencial ilustrativo e pedagógico dos mapas que analisa e de que se serve. Consequentemente, a ilustração dos espaços e das suas condicionantes influenciam a visão que as grandes potências têm da esfera internacional, permitindo-nos ainda apreciar o impacto da tecnologia nas diversas áreas geográficas, bem como os fluxos de recursos que ligam as regiões, expondo as suas vulnerabilidades e interdependências (ØSTERUD, 1988).

O Espaço Geopolítico surge, assim, como a área geográfica onde os atores internacionais “utilizam os seus fatores tipificadores em prol da Ciência Política, ou da política em sentido restrito” (LEAL, 2014b, p. 25). Um exemplo do que se acaba de referir relaciona-se com o território da Islândia que, localizando-se no limite dos oceanos Atlântico e Glacial Ártico, mantém vínculos de natureza histórica e geográfica no espaço geopolítico do Ártico, podendo, deste modo, exercer uma influência relevante nas dinâmicas de poder que aí se projetam (LEAL, 2014b).

---

<sup>21</sup> De que fazem parte notáveis teorizadores geopolíticos como Yves Lacoste ou François O'Tuathail.

Quanto aos **Fatores Geopolíticos**, podem ser definidos como “um conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, suscetíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspetivação consistente de apoio à Política” (IESM, 2007, p. 17), existindo diferentes aceções acerca destes fatores, como será referenciado mais à frente nesta dissertação<sup>22</sup>.

**Poder** traduz-se pela capacidade de determinado ator político fazer prevalecer a sua vontade face à de outro. Como refere o Professor Adriano Moreira (2002), a natureza do poder é tipicamente instrumental, pelo que, não sendo mensurável em termos quantitativos, traduz sempre uma relação. Isto é, a capacidade de realizar objectivos surge sempre em função das capacidades opostas.

Enquanto meio de persuasão de outros atores, a seleção e aplicação dos instrumentos de que dispõe, vai ao encontro dos objetivos políticos a atingir, dependendo ainda do grau de importância que os atores lhes percebem e das circunstâncias do momento.

Com efeito, “o poder (capacidade militar, económica, financeira, ideológica, cultural, etc.) está sempre em exercício na vida internacional, o seu método normal e contínuo é o da persuasão, que se traduz em concretizar a influência em resultados pelo exercício da razão” (MOREIRA, 2002, p. 249), procurando, fundamentalmente, “o consentimento obtido pela razoabilidade” que, excepcionalmente recorre à coação, isto é, à via militar (ibidem).

## **1.5 Motivação e Pertinência**

As disputas geopolíticas em torno da região do Ártico constituem, inequivocamente, um dos desafios estratégicos do século XXI. Não obstante não ser hoje um assunto inédito, as dinâmicas de poder nesta região constituem hoje uma matéria de interesse global (BALÃO, 2012).

---

<sup>22</sup> Cf. Capítulo 3 e Anexo D desta dissertação.

Com efeito, decorrente da abertura de novas rotas marítimas e da exploração dos recursos energéticos estimados para a região do Ártico, adivinham-se novas e inúmeras potencialidades estratégicas, às quais os atores internacionais não ficam alheios, o que nos posiciona “diante de muitos desafios e possibilidades na gestão dos assuntos de interesse global. Resta saber qual a via que vai definir as regras do jogo” (BALÃO, 2012, p. 169).

Revela-se, assim, de grande importância olhar e refletir sobre esta temática dos nossos dias que, atualmente, começa a produzir efeitos não apenas ao nível das estratégias dos estados circumpolares, mas que se projetam igualmente na estabilidade diplomática global.

No quadro nacional, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional espelha a necessidade de um foco nas profundas alterações que o ambiente internacional sofreu na última década, com novos condicionamentos e crescente instabilidade e imprevisibilidade, reiterando que “Os EUA e a Europa são parceiros estratégicos fundamentais, nomeadamente no quadro da OTAN”, sendo a aliança com ambos “imprescindível, não só para a segurança transatlântica, como para a estabilidade da ordem internacional” (MDN, 2013, p. 13).

A União Europeia, organização que poderia parecer (apenas) aparentemente distanciada das questões do Ártico, tem procurado, ao longo dos últimos anos uma aproximação à região, através do seu órgão executivo - a Comissão Europeia – solicitando o estatuto de Observador no Círculo Ártico, aditando a necessidade de cultivar um “leque de aliados” (BALÃO, 2014, p. 34) nesta região, com vista a um aumento das probabilidades de consecução dos seus objectivos a curto prazo<sup>23</sup>.

Com efeito, este estudo revela-se pertinente na esfera nacional, indo ao encontro dos propósitos espelhados no referido documento estratégico, produzindo uma “cuidada identificação dos cenários onde os interesses dos estados possam ser postos em causa” (MDN, 2013, p. 12), tendo em conta que “a diplomacia e a política externa são essenciais para a prossecução dos objetivos da estratégia nacional nas relações

---

<sup>23</sup> Cf. alguns dos objetivos da Estratégia da UE para o Ártico no subcapítulo 3.4.1.1 desta dissertação.

internacionais” (ibidem, p.30).

Não sendo Portugal, tal como a UE, um dos estados com interesses diretos em disputa na região, o estudo assume a sua conveniência em termos nacionais, uma vez que a diplomacia e a política externa são, indubitavelmente, vetores fundamentais para a concretização da estratégia nacional, que passa, entre outras linhas de ação por reafirmar a presença de Portugal na OTAN e intensificar relações de cooperação com os EUA (MDN, 2013).

Em termos pessoais, a motivação advém, da conjugação de fatores particulares e organizacionais. Os primeiros centram-se na busca pelo conhecimento sustentado, orientado para uma temática ampla, inovadora e atual que se encontra em documentação crescente, mas ainda restrita<sup>24</sup>, em Portugal, em transformação no presente e que se acredita que assumirá protagonismo num futuro relativamente próximo.

Numa perspectiva organizacional, enquanto aluna de mestrado de Ciências Militares e Aeronáuticas, de uma instituição de ensino superior militar, a Academia da Força Aérea, a temática em análise conflui interesses com este contexto organizacional, na medida em que explora questões do ambiente internacional atual e futuro, com ecos intimamente ligados às questões de segurança e defesa a nível global.

Em suma, pensa-se ser inegável a conveniência das questões em estudo, que permitem explorar diversas linhas de reflexão, pelo que se crê, que este estudo possa ter um contributo, ainda que exíguo, de valor acrescentado.

---

<sup>24</sup> Entre os autores nacionais que têm produzido e/ou produziram trabalho de natureza científica relacionado com este objeto de estudo, salienta-se a Professora Doutora Sandra Balão, o Doutor João Leal, respectivamente, e que por essa razão servem de referência a esta dissertação embora possam existir naturalmente muitos outros autores que se refiram à mesma temática, nomeadamente em trabalhos de menores dimensões ou de âmbito opinativo.

## 1.6 Panorâmica

Tendo em vista os objetivos de trabalho enunciados nos pontos anteriores, a dissertação encontra-se organizada em três partes: Introdução, Nota Metodológica, dois capítulos centrais e Conclusão, seguidos da bibliografia e dos anexos, sendo que as várias partes constituintes estão interrelacionadas através de uma linha orientadora, com derivações, que são a Pergunta de Partida e as suas Hipóteses.

Deste modo, nesta primeira secção é efetuada uma breve introdução aos objetivos de estudo da dissertação. Subdividida em seis pontos, em que cada um procura focar baias concretas da dissertação: é apresentado um enquadramento contextual, seguido da apresentação do seu âmbito, delimitação do objeto de estudo e conceptualização operacional. Por último, são apresentados os argumentos que motivam e tornam pertinente o trabalho que se pretende desenvolver.

Na segunda secção são apresentadas as opções de natureza metodológica que foram tomadas, face aos objetivos anteriormente enunciados, para a orientação do processo de investigação, bem como a pergunta de partida – fio condutor da investigação, e as hipóteses de trabalho – proposições que se pretendem confrontar.

Ao longo do primeiro capítulo central, é efetuada a caracterização geopolítica da região do Ártico. Iniciando-se por uma introdução ao pensamento de alguns teorizadores geopolíticos acerca dos fatores geoestratégicos e de poder, transita-se, seguidamente, para o estudo dos fatores físico e ambiental, energético e circulação, que caracteriza a região do Ártico, segundo aspetos morfológicos e geográficos, de natureza ambiental e de exploração de espaços e recursos. São ainda apresentadas as linhas fundamentais da estratégia dos atores desta região, já anteriormente identificados, bem como as dinâmicas de cooperação e o papel das organizações internacionais neste espaço.

O segundo capítulo central, último da parte de desenvolvimento desta dissertação, aborda as dinâmicas de poder na região, desafios transnacionais e potenciais tensões, centrando-se na afirmação internacional do espaço do Ártico, enquanto mais valia estratégica, que se acredita constituir, bem como nas potenciais relações causais, de

associação ou conflito de interesses, decorrente dos factores explicitados no capítulo anterior.

Por fim, o quinto e último ponto apresenta as considerações finais e conclusões deste estudo, procurando ir ao encontro da pergunta de partida e confrontar a análise feita ao longo dos dois capítulos anteriores com as hipóteses de trabalho em estudo, apresentadas na segunda secção. Alcançando assim conclusões, não necessariamente inovadoras mas academicamente válidas, procura-se evitar o senso comum e de alguma forma contribuir para a construção de conhecimento científico válido.

*(página intencionalmente em branco)*

## 2 Nota metodológica

*“Os argumentos são, quase sempre, mais verdadeiros do que os factos. A lógica é o nosso critério de verdade, e é nos argumentos, e não nos factos, que pode haver lógica.”*

Fernando Pessoa (n.d.)

A metodologia de investigação constitui o princípio orientador no processo de investigação de um trabalho de natureza científica.

Tendo por objectivo desenvolver a verificação empírica, validando a investigação e dotando o trabalho de carácter científico no domínio das Relações Internacionais (RI), a metodologia é uma das componentes mais importantes deste projeto, enquanto corpo orientador de toda a pesquisa. Subsequentemente, requer um planeamento cuidado através de um conjunto de normas específicas, que podem diferir de acordo com o modelo teórico ou metodológico em particular.

Sendo a investigação “um conjunto de processos sistemáticos, críticos e empíricos aplicados no estudo de um fenómeno” (SAMPIERI, COLLADO, & LUCIO, 2013, p. 30), a necessidade de definir uma metodologia de trabalho decorre da impreterível orientação da pesquisa através de métodos e técnicas eficientes, impostas tanto pelo objecto em estudo, como pelas hipóteses. O elevado grau de complexidade de uma investigação científica requer assim um planeamento cuidadoso e bem delineado.

Neste contexto, procura-se, portanto, explicitar qual o “método de abordagem, método de procedimentos, técnicas e meios utilizados, respondendo a informações sobre o local e data da pesquisa, amostragem, técnicas utilizadas e a descrição dos procedimentos de análise e recolha de informação” (AM, 2007). Isto é, os instrumentos, técnicas, teorias e objetos a investigar de forma a moldar o objeto escolhido do trabalho científico.

A seleção do método mais adequado torna-se, fundamentalmente, um processo criativo por parte do investigador, através de pistas ou de indicações fornecidas pelo próprio objeto em estudo ou determinado por certas teorias ou problemas.

Com efeito, face ao vasto leque de opções, que contempla, essencialmente, os métodos dedutivo, indutivo hipotético-dedutivo ou dialético (DESHAIES, 1998), há que ponderar qual o método que melhor serve/se ajusta aos objectivos do trabalho que se pretende desenvolver, de forma a conduzir o estudo, conferindo-lhe credibilidade e permitindo tornar o conhecimento cientificamente válido.

O método dedutivo incide na habilidade de obter conclusões, através de bibliografia já existente, partindo do global para o particular, sem acrescentar ou modificar as teorias presentes para a área em estudo.

Deste modo, a opção metodológica decorrente do estudo da Geopolítica do Ártico, a que esta dissertação se propõe a dar corpo, pressupõe uma abordagem de carácter dedutivo. Esta opção conduz a uma análise, primeiramente, num plano abrangente, em que se parte de argumentos gerais, inteligíveis e credíveis para, posteriormente, se inferirem conclusões lógicas (POPPER, 2002).

Este estudo, partirá, assim, de uma observação geral, abrangendo diversos âmbitos e domínios interdisciplinares, nomeadamente no ramo das Relações Internacionais, da Geopolítica e da Estratégia, avançando, numa segunda fase, para uma análise mais detalhada, centrada em questões que se considerou de especial relevo, como a defesa e os desafios transnacionais que se colocam ao Sistema Internacional, objetos que foram, por conseguinte, explorados com maior detalhe e profundidade.

Face ao enfoque que se pretende dar ao estudo, este será conduzido segundo uma tipologia essencialmente descritiva de forma a especificar características e aspectos de maior relevo do fenómeno, para posterior análise pormenorizada a partir da recolha de dados. Deste modo, um dos objectivos é descrever o fenómeno em estudo, especificando o seu contexto e ambiente, podendo, secundariamente, tirar elações ou fazer previsões.

Na sequência do que acaba de ser referido, será conduzida uma investigação de base essencialmente descritiva, centrada na problemática das disputas geopolíticas e

dinâmicas de poder no Ártico, uma vez que foi entendida como a que melhor se ajustava a esta temática e aos objectivos apontados em capítulos anteriores, nomeadamente, na definição do problema.

A sua concretização apoia-se, maioritariamente, numa revisão bibliográfica que sustentará as hipóteses em estudo e os argumentos que permitirão confrontá-las. Procurando fundamentar-se em fontes bibliográficas de referência acerca da temática, dar-se-á primazia às fontes primárias, entre as quais dados de organismos científicos, discursos políticos e outros documentos oficiais de estados ou organizações supranacionais, além de obras de autores de referência, sendo ainda alvo de consulta, textos de análise e de opinião, de autores ou órgãos de comunicação não sensacionalistas.

Com efeito, como apontado por Quivy e Campenhoudt cabe ao investigador optar por uma abordagem predominantemente quantitativa ou qualitativa como justificação para os meios e métodos utilizados, de forma a melhor compreender o problema (1998), tendo, para esta investigação, sido feita a opção por uma abordagem, fundamentalmente, qualitativa, de carácter descritivo/dedutivo, face ao objecto e pressupostos em estudo.

A opção por uma abordagem de carácter qualitativo caracteriza-se também pela abrangência alargada no que toca à análise de informação, não tendo por princípio a delimitação desta.

Segundo Sampieri, enquanto o estudo quantitativo “utiliza a coleta de dados para testar hipóteses, baseando-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões e comprovar teorias” (2013, p. 30), no estudo qualitativo não se impõe qualquer sequência específica, conferindo-se liberdade ao investigador para que, consoante a pesquisa que executa, percorra os passos metodológicos de acordo com a conveniência de cada etapa.

Apesar da opção pela metodologia qualitativa, ao longo do trabalho surge, ainda que muito esporadicamente, a necessidade de utilizar uma vertente quantitativa, que se

deve ao facto de a pesquisa quantitativa permitir “ter o controlo sobre os fenómenos, assim como um ponto de vista de contagem e suas magnitudes” (SAMPIERI, COLLADO, & LUCIO, 2013, p. 41).

Neste sentido, este processo que é utilizado exclusivamente num dos capítulos, permitirá examinar dados numéricos, de forma a perceber a importância e a influência do vetor defesa abordado nesta investigação, nomeadamente no que se refere ao volume de investimentos/gastos no sector.

No referido capítulo, recorrer-se-á, ainda, ao tipo de estudo correlacional. “Este tipo de estudos tem como finalidade conhecer a relação ou o grau de associação existente entre dois ou mais conceitos, categorias ou variáveis em um contexto específico” (SAMPIERI, COLLADO, & LUCIO, 2013, p. 103). Na abordagem qualitativa, o estudo correlacional é usado pelo investigador para sustentar as suas ideias recorrendo sistematicamente a fundamentos teóricos e ao conhecimento factual adquirido durante a fase de pesquisa. Sampieri, determina como sendo útil o emprego do modelo correlacional na medida em que se quer entender o comportamento de uma determinada variável ou conceito, analisando o comportamento de outras variáveis relacionadas. Assim, a confirmação do relacionamento entre as variáveis permitirá corroborar as hipóteses colocadas no trabalho de investigação, sendo que a ausência de elos de ligação levará a refutação das mesmas (SAMPIERI, COLLADO, & LUCIO, 2013).

No que diz respeito às técnicas, estas compõem instrumentos ou ferramentas que incorporam teorias que irão compilar a informação, transformando-a (dependendo do assunto a tratar e da lógica de tratamento ou metodologia escolhida) podendo influenciar os resultados científicos obtidos. No entanto, apesar do vasto leque de técnicas utilizadas na investigação científica, parece não existir um procedimento ideal, sendo apenas necessário adaptar um método ou criar um, ajustado ao tipo de estudo que se pretende executar (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998).

Em suma, no seguimento do que foi referido anteriormente, conclui-se que (LAKATOS & MARCONI, 1994) a aplicação da metodologia constitui uma aproximação do estudo

ao método das técnicas, de forma a tratar o objeto de estudo em ciências sociais da forma mais eficiente.

Subsequentemente, através do percurso de investigação explicitado anteriormente, procurar-se-á indagar a problemática em estudo, nomeando-se os seguintes pontos/objectivos específicos/particulares:

- Indagar o papel desempenhado pela região do Ártico nas concepções geopolíticas clássicas;
- Explicitar as potencialidades da região no que concerne a fatores geoestratégicos como a morfologia, recursos e circulação, aferindo a possível valorização, daí decorrente, no contexto do Sistema Internacional.
- Demonstrar as fragilidades resultantes da problemática ambiental, ao nível regional, com impactos globais;
- Identificar os principais atores geopolíticos com interesses e/ou influência na região do Ártico, evidenciando as principais linhas da sua estratégia;
- Aferir potenciais conflitos de interesse, linhas de fricção e zonas de tensão no espaço circumpolar.
- Abrir linhas de pensamento acerca das componentes de poder que os atores do Ártico mais privilegiam e possíveis inferências/conjeturas esperadas a médio prazo.

De forma a materializar estas linhas de investigação num vetor que oriente a investigação, dotando-a da consonância e credibilidade, essenciais ao método científico, procedeu-se, seguidamente, à elaboração da pergunta de partida.

## **2.1 Formulação da Pergunta de Partida**

A formulação de uma pergunta de partida, que se traduza num fio condutor para a investigação, constitui, indubitavelmente, uma etapa de grande relevo.

Através desta, procura-se, de forma concisa, ilustrar o objectivo da dissertação,

expressando francamente o que se pretende aferir/esclarecer com a investigação, para que esta se estruture de forma coerente.

Assim, a formulação da pergunta de partida, conduz o investigador a uma clarificação das suas intenções e perspectivas espontâneas, devendo, por isso, ser unívoca e concisa, clara, exequível e pertinente (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998).

Tendo por base estes pressupostos e procurando ir ao encontro do objeto de estudo desta dissertação<sup>25</sup>, formulou-se a seguinte pergunta de partida:

*“QUE DESAFIOS TRANSNACIONAIS SE COLOCAM À (REGIÃO) GEOPOLÍTICA DO ÁRTICO?”*

Havendo formulado a pergunta de partida e pretendendo dar continuidade ao percurso metodológico, torna-se imperioso traçar as hipóteses de trabalho a percorrer. Estas, deverão constituir uma matriz orientadora da investigação, sendo alvo de confrontação com os dados da realidade em estudo, sendo verificáveis ou refutáveis, quando submetidas ao teste dos factos (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998).

Com efeito, são apresentadas no ponto seguinte as hipóteses de trabalho formuladas para esta dissertação.

## **2.2 Hipóteses de Trabalho**

As hipóteses de trabalho, enquanto tentativas de explicação do fenómeno estudado, definem o que se desejará aferir. Tratam-se, portanto, de meras proposições, não necessariamente verdadeiras e que, como tal, nem sempre serão comprovadas pelos factos investigados e enunciados durante a investigação. Servem, porém, o respectivo estudo em causa, constituindo-se como o centro da investigação, ponto de partida da

---

<sup>25</sup> Cf. Capítulos 1.3 e 1.4 desta dissertação.

mesma, segundo metodologias dedutivo-indutivas variadas e linha orientadora do trabalho científico que será desenvolvido (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998).

Deste modo, raramente uma única hipótese será suficiente para dar resposta à pergunta de partida, uma vez que constitui um esclarecimento parcial do problema, pelo que devem ser conjugadas várias hipóteses (ibidem).

Na sequência da temática e do objecto de estudo versado anteriormente, foram formuladas hipóteses principais e especificações, que constituem as suas hipóteses secundárias.

Enunciaram-se, assim, as seguintes hipóteses de trabalho:

**HP 1:** *O Ártico, enquanto território de interesse multinacional, constitui um desafio geopolítico transnacional e poderá tornar-se uma ameaça à estabilidade da comunidade internacional, à escala global.*

**HS 1:** O progressivo degelo e conseqüente domínio dos espaços na região do Ártico contribuirão para acentuar as assimetrias e competição entre estados, intensificando tensões, o que se poderá traduzir num desafio geopolítico e normativo/legislativo para a Comunidade Internacional.

**HS 2:** Os interesses geopolíticos no Ártico por parte de atores circumpolares, traduzir-se-ão, numa crescente valorização estratégica da região, espelhada em investimentos de índole militar na área de defesa e tecnologia por parte destes estados boreais.

**HS 3:** As organizações supranacionais como o Conselho do Ártico ou a UE, constituirão atores de grande relevo na esfera internacional, privilegiando as relações de cooperação entre os estados, na salvaguarda e/ou mediação de interesses comuns.

*(página intencionalmente em branco)*

### 3 Caracterização Geopolítica da Região do Ártico

*"Who rules East Europe commands the Heartland; Who rules the Heartland commands the World Island; Who rules the World Island commands the World."*<sup>26</sup>

(MACKINDER, 1919, p. 194)

Uma visão plena da geopolítica do Ártico, focada no presente e no entendimento pleno da importância desta região para o Sistema Internacional, requer que revisitemos alguns dos mais relevantes pensadores geopolíticos que, em diferentes contextos histórico-sociais, lhe fizeram referência.

Neste sentido, são diversas as escolas e os teorizadores que, ao longo de várias décadas, versaram sobre a área de estudo da geopolítica, com acepções distintas da realidade. Com efeito, em função do período e contexto sociopolítico em que redigiram as suas concepções geopolíticas, dos seus objectivos específicos ou da área do globo em que se centraram, entre os diversos teorizadores que poderíamos enunciar, encontraríamos certamente uma multiplicidade de visões próprias, válidas e distintas entre si. Porém, na impossibilidade de abranger a sua totalidade, procurou-se seleccionar as teorizações clássicas que constituem, indubitavelmente, um alicerce (ALMEIDA, 1990) e teorizações mais recentes, que encontram nas primeiras o seu fundamento, permitindo-nos obter assim uma visão crítica<sup>27</sup> do presente.

Certo é que, ao longo de quase um século,<sup>28</sup> o pensamento geopolítico ocidental tendeu a não reconhecer uma importância relevante à região do Ártico, surgindo, na cena internacional, como uma "parede norte", com função de limite e barreira à maior potência terrestre mundial (IAEM, 1982). Não obstante, alguns teorizadores como Mackinder (1861-1947), Spykman<sup>29</sup> (1893-1943) ou Brzezinski (1928, ...) referem o

---

<sup>26</sup> O Silogismo de Mackinder com que se inicia este capítulo, constitui a ideia-chave da sua visão de 1919.

<sup>27</sup> Mais do que uma descrição da realidade em análise, procuramos ser críticos em relação aos factos. Cf. Cap. 2 desta dissertação – Nota Metodológica.

<sup>28</sup> Desde o Império Russo até ao início da Federação Russa.

<sup>29</sup> Spykman, ao considerar o confronto entre os dois mundos existentes no globo: Novo (Continente Americano) e Velho Mundo (Eurásia), coloca a região ártica na sua análise, realçando a sua importância por ser um local de

papel efetivamente fundamental representado pelo Ártico, sem que, no entanto, lhe concedam um papel de destaque, ou decisivo na cena internacional (ANTRIM, 2010; ØSTERUD, 1988; DIAS, 2010).

De facto, Smolka terá sido uma escassa exceção, enquanto personalidade que vislumbrava, já na primeira metade do século XX, as possibilidades que se adivinhavam nesta região, observando o espantoso esforço da URSS<sup>30</sup> para abrir uma janela no Norte, desenvolvendo um império polar (SMOLKA, 1938). Nesta linha de pensamento, equacionou os benefícios de carácter militar que se advinham da localização da base naval de Murmansk, o que permitia à Frota do Norte aceder aos mares livres, concluindo que a URSS, deteria sempre uma fronteira Norte livre, resultante de uma linha de costa extensa, contínua, inacessível e soberana (SMOLKA, 1937).

Não sendo significativo registar aqui os pormenores das concepções geopolíticas do poder nacional ou dos mais diversos autores que contribuíram para esta área de estudo, no âmbito desta investigação será feita uma breve referência aos teorizadores do poder marítimo, terrestre e aéreo, que, enquanto pioneiros na criação de modelos de dinâmica de poder à escala global, exerceram indiretamente um forte contributo para a compreensão da geopolítica atual da região em análise.

Na mesma linha de pensamento, puramente contextual do objeto em estudo, será focada a visão dualista<sup>31</sup> das teorias dos “poderes conjugados”, mais recentes, e em que é indiscutível a transmeabilidade dos espaços e privilegiada a interação e complementaridade das fontes de poder (ALMEIDA, 1990).

No plano marítimo, o Almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914) é amplamente

---

trânsito e comunicações privilegiadas entre estes dois blocos, apontando ainda que é nesta área que se situa a menor distância entre os mesmos. Na óptica de alguns autores, as suas concepções fundam-se numa base comum, embora mais pormenorizada à de Mackinder (que iremos analisar). O Ártico assume assim o papel de mediação/confronto entre os dois mundos, mas não como território de interesse individual.

<sup>30</sup> A consciência deste esforço parte da observação do seu vasto plano de expansão para o Norte, materializado na criação de uma estação meteorológica permanente no Ártico ou da realização de inúmeros voos no Pólo Norte.

<sup>31</sup> Ao referir a dualidade das teorias dos poderes conjugados procuramos nomeadamente remeter para a equação de Cline, que será referida neste capítulo, em que são considerados os fatores geopolíticos (massa crítica + capacidade económica + capacidade militar) vs (estratégia e vontade nacionais) - Cf. Anexo C desta dissertação.

considerado uma figura notável<sup>32</sup>, tendo-se salientado enquanto militar, teorizador geopolítico e estratega, a que outros pensadores geopolíticos que lhe sucederam não ficaram indiferentes (ALMEIDA, 1990)<sup>33</sup>.

Na sua visão salienta o domínio do espaço marítimo, enquanto fonte basilar de poder, realçando o fator circulação, através das vias de comunicação e fator recursos, espelhado nos diversos recursos naturais proporcionados pelo mar e admitindo que o domínio mundial pertenceria à potência que controlasse o espaço marítimo (MAHAN, 1918), que constitui aproximadamente 70% da superfície do globo (ØSTERUD, 1988).

O Almirante Thayer Mahan não confere especial ênfase à região do Ártico, embora lhe faça referência, nomeadamente por se tratar de uma área inóspita à circulação marítima alvo de grande valorização nas suas teses. Para Mahan, o Poder Marítimo definia-se como uma “soma de forças e fatores, instrumentos e circunstâncias geográficas que cooperam para conseguir o domínio do mar, garantir o seu uso e impedi-lo ao adversário” (IAEM, 1982, p.72). Na sua óptica, o Império Russo apesar de constituir à data um centro do poder mundial, veria assim o seu poder e influência encurtados, face às imensas distâncias e a uma geografia pouco propícia no acesso ao mar. Esta superpotência, enclausurada por territórios de outros estados e pelas enormes massas geladas do Ártico, seria incitada a expandir-se para o Oceano Pacífico ou Índico, adquirindo assim uma dimensão oceânica (DIAS, 2010).

As teses de Mahan, influenciaram amplamente o pensamento geopolítico nos EUA, fizeram escola e foram alvo de discussão no seio da comunidade internacional, pelo que as suas notáveis teses não poderiam deixar de ser aqui referidas.

---

<sup>32</sup> O sucesso da sua obra valeu-lhe um agraciamento pela Rainha Vitória e pelo Kaiser Guillerme II, bem como pelo menos 5 títulos “honoris causa” das principais universidades anglo-saxónicas da altura: Yale, Columbia, Harvard, Oxford e Cambridge. A par de Mahan, existem muitos outros notáveis teorizadores geopolíticos do poder marítimo, como é o caso do seu contemporâneo Sir Julian Corbett (1854-1922), cujas obras moldaram as reformas da Royal Navy na época e são ainda hoje uma referência. A opção em abordar esta autor prende-se com a popularidade que as suas teses adquiriram na comunidade internacional, exercendo influência no contexto e na visão de outros autores que lhe sucederam, como é o caso de Cline, que será abordado mais à frente nesta dissertação.

<sup>33</sup> Enquanto estratega, contrariou a concepção que vigorava até ao final do século XIX de que a Estratégia seria uma atividade exclusivamente militar e de alto nível, apenas relevante em tempo de guerra e que traduzia a ciência e arte do comandante, acabando por lhe conferir importância em tempo de paz, enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento e aplicação dos instrumentos de força.

No entanto, embora não tenha centrado um foco na região do Ártico, por esta não oferecer grandes possibilidades de circulação marítima, que traduziram o cerne da sua tese, a transposição para o presente das suas concepções, tendo em conta o atual degelo e a progressiva navegabilidade nesta região, permitem-nos antever que se traduziriam “em profundas implicações no modelo global do Almirante Thayer Mahan, se concebido um século mais tarde” (LEAL, 2014b, p. 56).

No que concerne ao vetor terrestre, um dos principais teorizadores a considerar é Halford John Mackinder (1861-1947)<sup>34</sup>. A sua atenção focou-se maioritariamente em identificar de forma exata as forças que se desenvolveriam no interior das massas continentais, com o objectivo de as denunciar ao poder marítimo, possibilitando assim o seu controlo e/ou neutralização (ALMEIDA, 1990). As suas teorias formam uma visão coesa, separadas em três períodos distintos - 1904, 1919 e 1943 - podendo mesmo ser analisadas sob a perspectiva de duas evoluções de uma formulação inicial.

Neste sentido, Mackinder começa por definir uma “área pivô”, idealizando a Rússia enquanto eixo de uma zona geradora de poder, com características que a poderiam conduzir à liderança global, tendo por base um sistema político fechado, em que o poder terrestre se sobrepunha ao marítimo (MACKINDER, 1904).

Como ilustrado na imagem seguinte, a “área pivô”, área central da política mundial também denominada “pivot geográfico da história”, encontrava-se limitada a norte pelo gelo do Ártico e a sul pelas cadeias montanhosas, estendendo-se desde o Mar Negro até ao sudoeste asiático, isolada por uma região inacessível e pantanosa (ALMEIDA, 1990).

---

<sup>34</sup> Geógrafo, Historiador e Professor Universitário (1861-1947), Mackinder é consensualmente, entre diversos, autores, como refere o Professor Políbio de Almeida, o grande sistematizador do Poder Terrestre. De naturalidade britânica, exerceu diversos cargos entre os quais o de professor “principal” do University College, o de Director da London School of Economics e de membro do Parlamento Britânico.

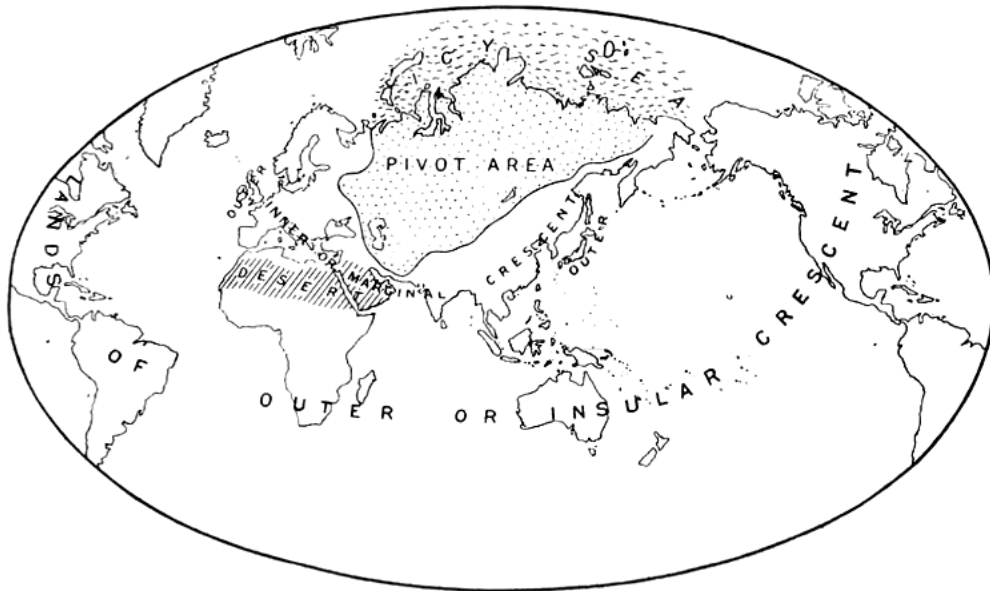


Figura 1 – Representação da “Área Pivô”, “Crescente Exterior” e “Crescente Interior”

Fonte: (MACKINDER , 1919, p. 435)

Na sequência da imagem anterior, observa-se que o isolamento da Área Pivô, na região mais setentorial do globo, consequência direta dos mares gelados aí existentes, se traduziu num forte contributo para que possuísse, na altura, uma efetiva fortaleza natural.

Nesta tese foram ainda contempladas duas outras áreas geográficas – “crescente interior” e “crescente exterior” (MACKINDER, 1919) – que, embora não confirmem especial destaque à região do Ártico, são pontos relevantes para o pleno entendimento desta primeira teoria.

Mackinder considerava a existência de uma unidade geográfica centrada na grande massa terrestre que era composta pelos continentes europeu e asiático, cercada de água e delimitada a norte por gelo, que denominou Eurásia. Neste sentido, atribuiu uma significativa importância à região centro-norte, uma vez que era constituída por uma grande extensão de estepes e pastos, apresentando boas condições de mobilidade e rios não navegáveis (MACKINDER, 1919). Esta limitação de navegabilidade fluvial, que

permitiria estabelecer comunicação humana entre o oceano Ártico e o interior da Rússia, permitiu assim conferir o estatuto de inexpugnável à referida região (DIAS, 2010).

Deste modo, como refere o Professor Mendes Dias, Mackinder considerou a existência “no globo, de uma grande massa continental dominante (*Eurásia*) e da possibilidade de vir a ser controlada por uma potência continental, a partir da conquista, unificação ou desenvolvimento, de uma região interior (*Área Pivô* ou *Pivô Geográfico da História*), totalmente continental, ...com características geográficas favoráveis do ponto de vista defensivo, tais como a difícil acessibilidade (inacessível à navegação)... a sua extensão e as condições climatéricas severas... o valor defensivo da área pivô, tornava-a numa excelente base de poder a partir da qual se poderia agir sobre as regiões periféricas da Eurásia” (2010, pp.102-103).

Com os ajustamentos à teoria inicial de Mackinder, em 1919, permanece presente o princípio de que, se a potência continental controlasse a Eurásia, poderia desenvolver a sua capacidade marítima, assumindo o domínio dos mares – que era exclusivo das potências marítimas – e obter assim a hegemonia mundial (MACKINDER, 1919). Verificam-se, nesta reformulação, algumas linhas de continuidade em relação à sua primeira tese, naturalmente ajustadas ao novo contexto internacional, nomeadamente no que diz respeito a concepções espaciais novas, ajustadas ou renomeadas.



**Figura 2 – A Ilha Mundial, dividida em seis regiões naturais**

Fonte: (MACKINDER, 1919, p. 59)

O novo espaço em foco na *Ilha Mundial*, denominado *Heartland*, que descende da anterior *Área Pivô*, alargou a sua extensão a sudeste e oeste, como se demonstra nas imagens seguintes, tendo fixado o seu limite no Rio Jenissei, incorporando os mares Negro e Báltico e a Europa Oriental (ØSTERUD, 1988).



**Figura 3 – Delimitação da Área Pivô e Heartland (Designações geográficas atuais)**

Fonte: (MEGORAN & SHARAPOVA, 2005)

Sinteticamente, para Halford Mackinder, detendo o domínio do *Heartland*, seria possível conquistar a supremacia nas restantes regiões da *Ilha Mundial*, obtendo conseqüentemente a hegemonia mundial – ideal que se encontra expresso no silogismo com que se inicia este capítulo (MACKINDER, 1919).

A sua terceira visão, por último, centrou-se na teorização do contrapoder e na confrontação do poder marítimo com o poder do *Heartland* (IAEM, 1982). Com efeito, considerava que “o continente americano possuiria potencialidades suficientes para poder equilibrar o domínio do *Heartland* desde que a manutenção da capacidade efetiva de intervenção na Europa fosse uma realidade” (DIAS, 2010, p.117).

O Midland Ocean de Mackinder, representado na imagem seguinte, que marcou a sua terceira teoria de 1943, abrange os povos marítimos do atlântico norte e os mares e bacias hidrográficas independentes (MACKINDER, 1943). Esta nova formulação decorre da ambição do poder marítimo se assumir como contrapoder eficaz, que pudesse defrontar uma URSS com capacidade para dominar o *Heartland* e a Alemanha (DIAS, 2010). Mackinder, concebia assim, as condições imprescindíveis para que USA e Canadá pudessem projetar o seu poder na Europa (LEAL, 2014b), o que na sua óptica, seria conseguido através dos povos ribeirinhos da Europa (MACKINDER, 1943).

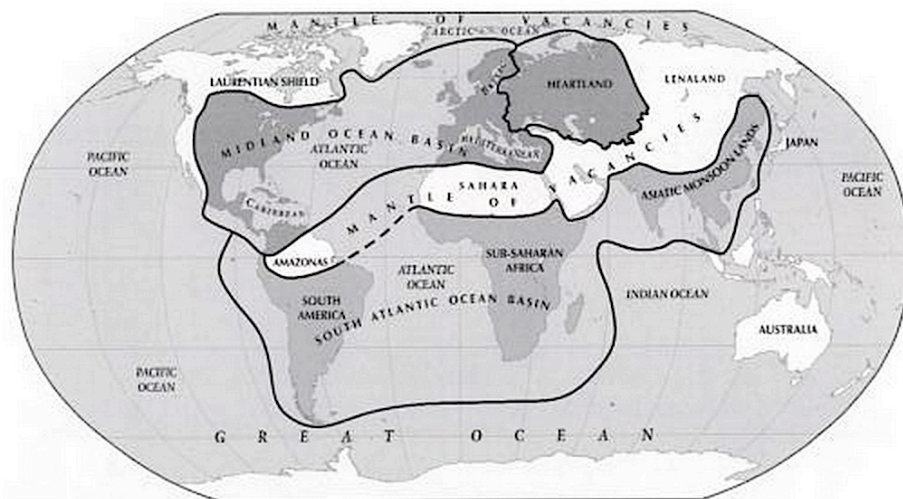


Figure 2.3 Mackinder's World: 1943

**Figura 4 – A Terceira Teoria de Mackinder**

Fonte: (COHEN, 2003, p. 17)

É ainda curioso salientar que esta “tese (de Mackinder) antecedeu a organização formal da OTAN, evidenciou os motivos geopolíticos que a impunham e alertou para a necessidade de uma indispensável cooperação entre os seus membros, condição *sine qua non* do seu sucesso” (ALMEIDA, 1994, p. 38).

Mackinder desenvolveu o seu pensamento tendo por base dois espaços consideravelmente amplos. No entanto, embora não se discorra alargadamente sobre os mesmos, estes merecem aqui uma breve referência:

- O *Cinturão*: área que inclui o *Heartland*, o *Manto de Espaços Vazios* e o *Midland Ocean*<sup>35</sup>.
- O *Exterior ao Cinturão*: área menos significativa, que inclui os *Grandes Oceanos* (Pacífico, Índico e Atlântico Sul), a Austrália, as terras asiáticas das monções, a América do Sul e África Subsariana (MACKINDER, 1943).

Nesta abordagem de Mackinder, revela-se de especial interesse o *Manto de Espaços Vazios*, por abranger o espaço em estudo. Esta área maioritariamente desabitada, que compreende o *Heartland* e o *Midland Ocean*, é delimitada pela existência de um *cinturão* que se localiza “em torno das regiões do Pólo Norte, que se inicia no deserto do Saara, “*caminha*” para leste, passando pelas regiões desérticas da Arábia, do Irão, do Tibete, da Mongólia, atravessa a “*Lenaland*”, expande-se ao Alasca e ao escudo Laurentino do Canadá, culminando o seu “percurso” na faixa subártica do oeste dos Estados Unidos da América” (DIAS, 2010, p. 120).

Outra área de merecida referência nesta concepção é o *Heartland*. Ainda que com uma morfologia alterada face à teoria anterior, permanece como a maior fortaleza natural da terra e impenetrável para a potência marítima, visto ser inacessível pela costa ártica (MACKINDER, 1943).

---

<sup>35</sup> Incluem-se aqui os mares adjacentes (em que se insere o Ártico).

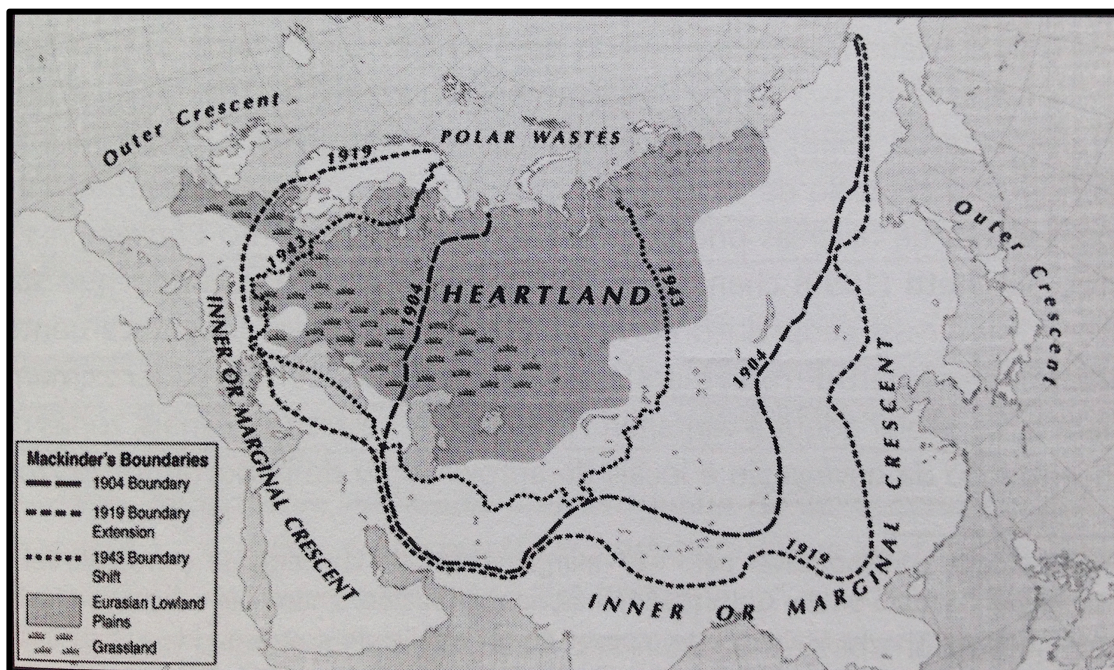


Figura 5 – Limites do Heartland, Crescentes e “Resíduos” Polares

Fonte: (COHEN, 2003, p. 18)

Tendo surgido com diferentes configurações ao longo das diversas teorias de Mackinder, como se observa na imagem em cima, o *Heartland* “evoluiu de região essencialmente vocacionada para a mobilidade das forças terrestres até assumir o estatuto de cidadela de poder assente nas possibilidades proporcionadas pelo extensíssimo espaço, que lhe confere profundidade estratégica pelos inúmeros recursos naturais existentes na Sibéria e pelas fortificações naturais oferecidas por um Ártico glacial, mas também pelos desertos e serranias do Irão, Tibete, Gobi e Lenalândia” (COHEN, 1968, p. 39).

Face ao exposto nos últimos parágrafos, observa-se que na asserção de Mackinder são focados fundamentalmente três fatores geopolíticos que são igualmente objeto de estudo nesta dissertação – fator físico, fator circulação e fator recursos – sendo ainda analisados os fatores humano e militar, este último, ainda que de forma subtil, quando o autor medita acerca das capacidades defensivas e da relevância de projetar força através de linhas interiores (MACKINDER, 1943).

Perante tão resumida abordagem a estas concepções, ressalva-se que muito haveria a discorrer sobre as teses de Mackinder e o enquadramento histórico-político-social em que foram concebidas, no entanto abstemo-nos forçosamente de o fazer e de as aprofundar substantivamente, face à demarcação do objecto de estudo e à extensão limitada desta dissertação.

Releva-se, por último, que Mackinder, nas suas acepções, manteve sempre presente a dualidade existente entre as fontes estruturais de poder – terra e mar – relacionando-as com outros fatores como os recursos disponíveis, o comércio, geografia, capacidades de intervenção e projeção de poder e as capacidades de projeção dos territórios (DIAS, 2010).

Avançamos assim para o último vector inserido nas geratrizes geográficas específicas do poder (ALMEIDA, 1990) - a componente aérea. Neste plano, é de destacar a tese de Alexander de Seversky<sup>36</sup>, entre diversos autores, “considerado o verdadeiro criador de uma teoria geopolítica do poder aéreo” (CORREIA, 2002, p. 189; IAEM, 1982).

A sua visão inovadora da realidade resulta diretamente do contexto em que se insere, tanto pela sua formação académica, como pela crescente notoriedade e protagonismo que os meios aéreos alcançavam, face ao seu empenho nas batalhas que decorriam. De facto, como aponta o Professor Mendes Dias, “o ar passou a materializar-se como espaço de circulação e acrescentou uma nova dimensão ao campo de batalha, até então bidimensional” (2010, p.165).

Na tese de Seversky, são foco de especial relevo o domínio do ar, o bloqueio aéreo, a importância dos bombardeiros de longo alcance, precisão de bombardeamentos e investimento na indústria aeronáutica. Pela primeira vez, aponta proximidade entre o território dos USA e URSS, alertando para o facto de que, face aos desenvolvimentos tecnológicos das aeronaves e armamentos no sentido do maior alcance possível, seria através da região polar que se travaria o confronto entre os hemisférios ocidental e

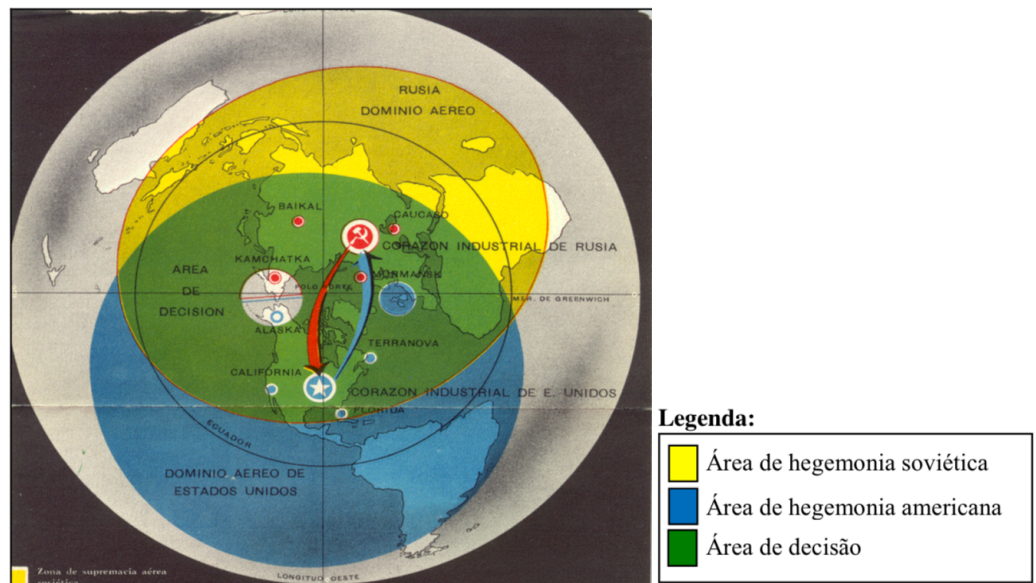
---

<sup>36</sup> Seversky (1894-1974), natural da Rússia, refugiou-se nos USA, na sequência da Revolução Comunista de 1917, tendo-se naturalizado cidadão norte-americano. Completou a sua formação na Academia Naval 1914 (curiosamente, o ano de falecimento de Mahan), tendo-se tornado Oficial.

oriental (IAEM, 1982). De facto, na óptica de Seversky, os USA encontravam-se “...particularmente preparados para triunfar pelo domínio do ar” (IAEM, 1982, p.106).

Com recurso a um mapa azimutal equidistante, Seversky eliminou as distorções geográficas das projeções anteriores, demonstrando inequivocamente a proximidade entre as duas superpotências<sup>37</sup>. Com base nesta observação, centrou dois círculos de diâmetro igual ao raio de ação dos bombardeiros de longo alcance da época – 9000km – nas áreas terrestres em questão, obtendo uma zona de sobreposição, que designou de área de decisão, entendendo ser nesse espaço que se disputaria a supremacia aérea (DIAS, 2010).

A referida zona de sobreposição<sup>38</sup> (DOLMAN, 2002), ilustrada na figura seguinte, envolvia toda a região do Ártico, centrando-se no Estreito de Bering, que constitui a separação entre as duas superpotências. Exteriores a esta zona e limitadas pelos círculos, encontram-se as áreas de hegemonia americana e soviética (IAEM, 1982).



**Figura 6 – A teoria de Seversky**

Fonte: (Silveira et al, 1998 apud Dias, 2010, p. 180)<sup>39</sup>

<sup>37</sup> As massas terrestres da Eurásia e América do Norte.

<sup>38</sup> É curioso observar que as teses de Seversky estiveram na base da concepção do sistema *Defense Early Warning* - radar de aviso prévio – no Canadá e norte do Alasca, permitindo o controlo e monitorização das forças soviéticas.

<sup>39</sup> Figura utilizada por Silveira et al (1998) durante a apresentação verbal do trabalho *Expressão Aérea do Poder*, aquando da frequência do Curso de Estado-Maior (1998-2000), no IAEM em Lisboa, disponível na obra de Dias (2010).

Na sequência do que foi referido anteriormente, Alexander de Seversky constituiu-se como o primeiro pensador geopolítico a posicionar o Ártico no centro da sua concepção, enquanto ponto de gravidade do SI, fruto das novas possibilidades conferidas pelo desenvolvimento tecnológico e pelo avião<sup>40</sup> (DIAS, 2010) e a revelar a importância e centralidade desta região, resultantes da considerável proximidade entre os USA e a URSS - aí apenas separados por um estreito<sup>41</sup>.

Da leitura crítica das teses geopolíticas dos três autores selecionados, referentes aos planos do Poder Terrestre, Marítimo e Aéreo, importa reter que Thayer Mahan, embora não se referisse ao Ártico com especial relevo, focou a sua teoria no vetor marítimo, reconhecendo uma grande importância ao fator circulação e à calote polar do Ártico que, por impedir a circulação marítima, enfatizava na sua análise. Neste sentido, face à evolução geográfica do Ártico decorrente do seu degelo parcial, o fator circulação assume hoje uma importância central, tal como espelhado nas teorizações clássicas, o que se traduz numa contínua valorização desta região no plano internacional.

Da tese de Alexander Seversky, por sua vez, importa realçar a sua obstinação na grande proximidade entre as duas superpotências – URSS e USA, e no desenvolvimento da tecnologia e dos meios aéreos, focando-se essencialmente nos fatores circulação e militar, o que permitiu conferir à região mais boreal do globo um papel fundamental e decisivo no que concerne à disputa de supremacia aérea.

Mackinder, por fim, destacou o fator circulação e a inexpugnabilidade da região do Ártico, decorrente das imensas faixas de gelo existentes no Oceano com a mesma designação, mares adjacentes e ao longo da costa mais setentorial da Eurásia. Paralelamente, Mackinder enfatiza os fatores físico e recursos, apontando a vastidão do Heartland e a mais valia estratégica que constituía, diretamente relacionada com as suas características geográficas e recursos abundantes ali existentes. Complementarmente, ao projetar forças nesta área, enaltecendo as suas capacidades defensivas, Mackinder tem, ainda que indiretamente, em conta o fator militar.

---

<sup>40</sup> A perspectiva de Seversky é efetivamente muito demarcada por uma insistência na ideia dos bombardeiros de grande raio de ação e na necessidade da tecnologia enquanto potenciadora do aumento das distâncias de voo e garante da precisão desta arma aérea de retaguarda (o avião).

<sup>41</sup> Estreito de Bering.

No que diz respeito às denominadas teorias geopolíticas dos poderes conjugados, “reunindo as três fontes estruturais do poder – mar, terra e ar” (ALMEIDA, 1990, p. 167), as mesmas constituem uma visão mais recente e tipicamente originária dos USA.

Deste modo, centrados nas designadas “geratrizes conjunturais do poder” (ALMEIDA, 1990) e tendo por base os indispensáveis contributos de Ray S. Cline<sup>42</sup> e de Políbio Valente de Almeida, observa-se que a quantificação do poder conjuga elementos mensuráveis que compõem a Capacidade do Estado - como a população, economia, localização geográfica, unidade política territorial, efetivos militares, recursos físicos – e elementos não mensuráveis que constituem o fator Vontade – entre os quais a capacidade de resistência das populações e a vontade de cumprir objetivos (BALÃO, 2014a; ALMEIDA, 1990).

Face ao exposto, admite-se não sobrar grande espaço de dúvidas no que se refere à importância da projeção de poder no espaço, quer nos estejamos a referir à sua componente marítima – poder naval, à sua componente territorial – poder continental, ou ao seu vetor aéreo – poder aéreo, desde os “fundadores” de escolas associadas a cada um destes vetores até às mais modernas visões unificadas destas mesmas projeções.

Observa-se, ainda, que a aferição e quantificação do Poder, não obedece a um critério único, objectivo ou incontroverso. Pelo contrário, a aceção deste conceito, depende de diferentes factores a ter em conta e quantificáveis de forma distinta<sup>43</sup> segundo a visão de cada autor e o contexto em que se insere.

De uma forma geral, o poder de um Estado manifesta-se tanto pela expressão da sua força perante um contexto específico para a consecução de determinado fim ou, tão simplesmente, através da capacidade de afetar as decisões de outros atores (IAEM, 1993). Assim, tal como observa a Professora Sandra Balão, “o conceito de poder pressupõe a existência de múltiplas características que se verifica serem,

---

<sup>42</sup> Cf. Anexo C desta dissertação.

<sup>43</sup> Cf. Anexo D desta dissertação.

simultaneamente identificadoras e diferenciadoras” (BALÃO, 2014, p. 33).

A expressão de cálculo do poder, como formulada pelo Professor Políbio Valente de Almeida (1990, p. 290) “ $(P=V.C)$ ” possibilita, assim, de uma forma simplificada, a compreensão analítica de “quais os elementos-base de partida que são capazes de influenciar o processo de aquisição, exercício e manutenção do poder por parte dos estados na cena política à escala regional e global” (BALÃO, 2014, p. 33).

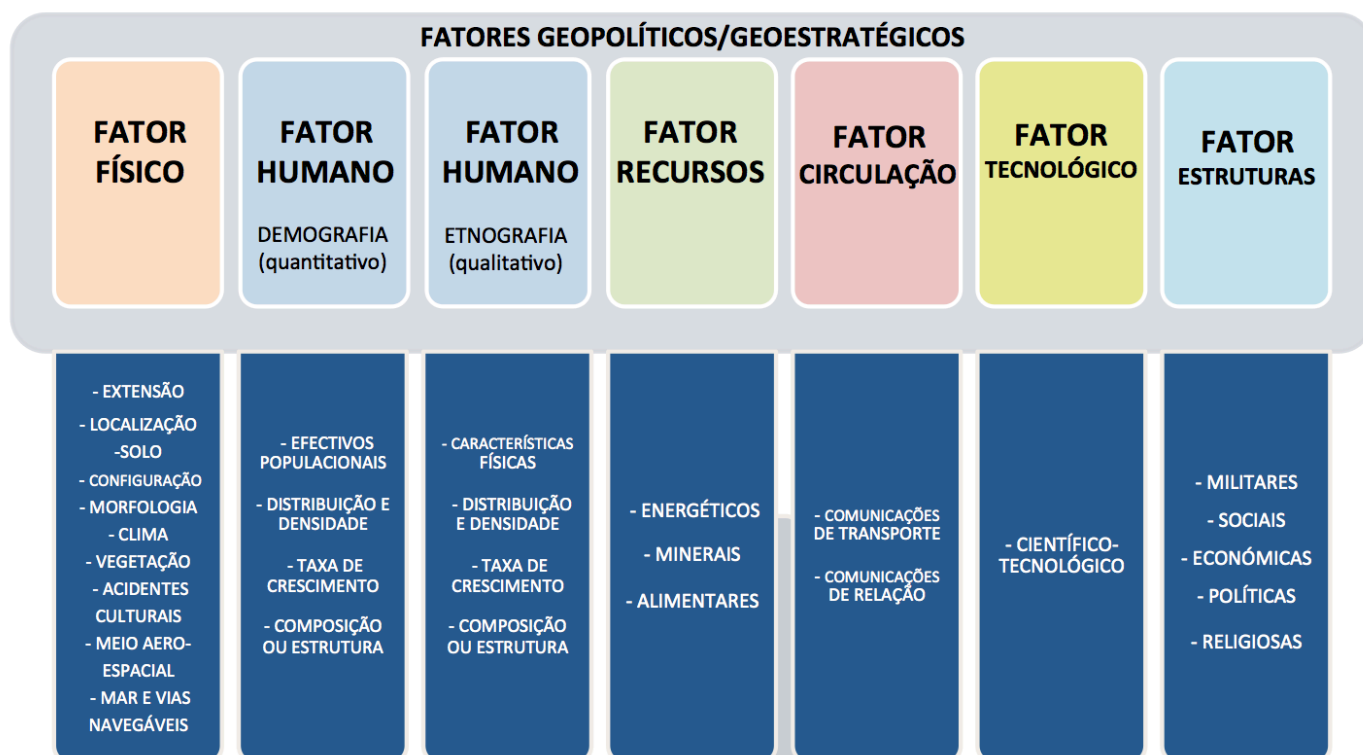
O potencial estratégico surge então como raiz estrutural do poder, sendo, conseqüentemente, difícil de objectivar. No entanto, o fator potencial não deverá ser o único a ter em conta, precisando ainda de ser considerada a capacidade de o utilizar (IAEM, 1993). Deste modo, a percepção do poder de um Estado ou ator deverá atentar para vectores que traduzam a sua vontade e capacidade, que será o resultado de uma relação equilibrada entre os seus constituintes, aquele que permite atingir maior Poder (ALMEIDA, 1990), o que se traduz, como aponta o Professor Adriano Moreira n’“uma relação variável dentro de um sistema mundial de confrontação regional” (1983, p. 12).

Neste sentido, foram vários os pensadores que se debruçaram sobre estas questões, nomeando alguns fatores geopolíticos/geoestratégicos distintos, que se traduzem em vectores de natureza geográfica e que permitem dotar os atores que são seus detentores de um estatuto de “*Primus Inter Pares*”<sup>44</sup> (BALÃO, 2014, p. 33) e, por isso, contribuem objectivamente para a aferição do poder dos estados (IAEM, 1993).

Porém, uma vez mais, de acordo com os diferentes autores considerados, poderão encontrar-se sistematizações diferentes destes fatores, pelo que se tornou imperativo fazer uma opção, encontrando-se sintetizada no quadro seguinte:

---

<sup>44</sup> Expressão do Latim que pode ser traduzida como primeiro entre iguais.



**Figura 7 – Sistematização dos Fatores Geopolíticos/Geoestratégicos**

Fonte: adaptado de: (IAEM, 1993, p. 18))

Com base neste quadro conceptual foi conduzida e orientada a análise dos fatores geopolíticos e geoestratégicos na região do Ártico, não como determinantes do valor absoluto do poder de um Estado ou da região, uma vez que esta investigação não tem essa pretensão, mas enquanto “conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, susceptíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspectivação consistente de apoio à política e à estratégia” (IAEM, 1993, p. 17).

Deste modo, para uma melhor compreensão dos fenómenos geopolíticos em estudo na região do Ártico considerou-se oportuno orientar esta análise, segundo alguns dos vetores apresentados, que “poderão contribuir para a coesão e poder” ou, pelo contrário, constituir-se uma “raiz de desagregação ou vulnerabilidade” (IAEM, 1993, p. 17). Como resultado, serão articulados ao longo dos próximos subcapítulos e alvo de

reflexão os diferentes agentes geopolíticos<sup>45</sup>, com especial foco para o fator físico, fator circulação e recursos, numa lógica de explicação/análise das hipóteses em estudo.

### 3.1 Fator Físico e Ambiental

A análise do fator físico ao longo deste subcapítulo pretende focar alguns dos vetores que o definem<sup>46</sup>, compreendendo dados relativos à região, nomeadamente a sua extensão, localização e delimitação, aspectos morfológicos - solo, clima, e vegetação, bem como ambiente e vias navegáveis.

Deste modo, quando se narra o fator físico, pretende-se expressar o território definidor da “existência física de uma entidade política, jurídica e administrativa” (IAEM, 1993, p. 19).

Citando as palavras do Professor Mendes Dias, o estudo deste vetor geopolítico/geoestratégico revela-se de grande significância para a investigação, por duas razões fundamentais, “a primeira diz respeito à importância que o seu conteúdo revela na caracterização de determinada entidade; a segunda respeita à permanência e prévia existência do conhecimento, permitindo que o mesmo seja conhecido antecipadamente com bastante rigor” (2010, p. 224).

A observação e compreensão das questões presentes entre estados do Ártico<sup>47</sup>, organizações supranacionais e o Sistema Internacional requer, forçosamente, uma compreensão da geografia e especificidades físicas da região, enquanto pano de fundo em que estas se desenvolvem. Convém, porém, realçar que não se pretende dar a conhecer detalhadamente a geografia desta região, matéria amplamente estudada e desenvolvida por diversos autores, devido a limitações de âmbito e extensão desta dissertação. Assim, partindo de aspectos globais, o espaço Ártico será geograficamente circunscrito e caracterizado.

---

<sup>45</sup> Físico, Humano, Recursos, Circulação, Científico-tecnológico e Estruturas.

<sup>46</sup> Cf. Figura 7 desta dissertação.

<sup>47</sup> Já definidos anteriormente.

Até ao período da II Guerra Mundial, o espaço do Ártico encontrava-se deficitariamente cartografado, tendo sofrido, após esta data, uma importante evolução graças ao contributo de autores como Nicholas Spykman<sup>48</sup>. Servindo-se de uma projeção polar, este teorizador geopolítico alertou para a proximidade entre USA e URSS, até então mal percebida, tendo demonstrado ainda a concentração de massas continentais no hemisfério boreal (LEAL, 2014b).

No presente, a delimitação desta região pode obedecer a três critérios distintos, que oscilam de acordo com os interesses específicos de quem os aplica. Usualmente, o Ártico refere-se à zona situada a norte do círculo com o mesmo nome e inclui o oceano com a mesma designação (BALÃO, 2014).

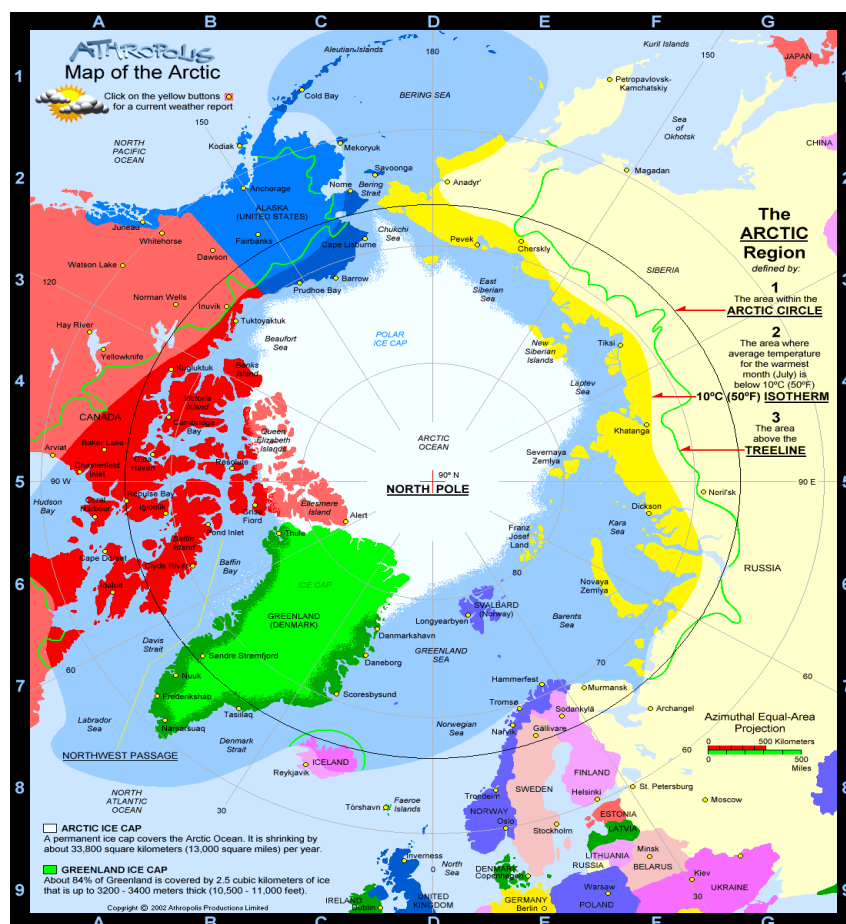


Figura 8 – Mapa da região do Ártico

Fonte: (ATHROPOLIS, 2009)

<sup>48</sup> Cf. Introdução ao capítulo 3 desta dissertação.

O mapa que anteriormente se apresenta retrata a região do Ártico e a sua circunscrição de acordo com os critérios invocados. Além do adotado - assinalado com a linha nº1, são ainda consideradas as delimitações com base na linha isotérmica dos 10°C do mês de Julho (nº2) e o critério que tem em conta a “*tree line*” ou linha de árvore<sup>49</sup> (nº3).

Deste modo, na sequência da imagem apresentada, são amplamente classificados como “estados ribeirinhos do Oceano Ártico, ocupando uma posição geográfica situada nas coordenadas 66° 33’N, o Canadá, a Dinamarca (pela posição da Gronelândia), a Noruega, a Rússia e os Estados Unidos da América” (BALÃO, 2014, p. 34).

Apesar do critério adoptado, no que diz respeito a matéria classificativa dos estados do Ártico, surgem diferentes perspectivas e classificações passíveis de serem tidas em conta, de acordo, naturalmente, com a óptica considerada. Na perspectiva de alguns atores, como é o caso da União Europeia, é adoptado o critério de maior amplitude, que considera como sendo oito os estados do Ártico, fruto das relações estabelecidas entre esta organização e os referidos estados, assim como os seus interesses estratégicos na região, como mais adiante aprofundaremos nesta dissertação.

No que concerne ao ambiente na região do Ártico, observa-se que as estações do ano são consideravelmente distintas das que subsistem noutras regiões do globo. Este facto deve-se à inclinação de 23,5° do eixo de rotação da Terra que, influenciando a forma como os raios solares atingem a superfície terrestre de forma desigual e por períodos distintos consoante a latitude dos pontos, é responsável pela alternância das estações do ano e dos períodos diurno e noturno (TFO, 2007a).

Com efeito, no Pólo Norte, o período de obscuridade pode prolongar-se durante cerca de seis meses consecutivos, a partir do solstício de inverno que ocorre a 21 de dezembro, enquanto os restantes meses do ano, que se seguem ao solstício de verão de 21 de junho, são caracterizados por um período de sol constante. Esta assimetria de períodos diurno e noturno, diminui com o aumento da distância ao pólo, sendo

---

<sup>49</sup> Esta linha imaginária traduz o limite do habitat em que as árvores são capazes de crescer, que se situa a norte da mesma, fruto da incapacidade das raízes em crescer no solo permanentemente gelado.

sucessivamente menos longos os períodos ininterruptos de escuridão ou claridade, até perfazerem um período de 24 horas consecutivas aos 66° 34' de latitude norte - latitude do círculo polar ártico (TFO, 2007a).

O clima na região do Ártico é, tipicamente, caracterizado por ventos gelados de grande intensidade, temperaturas mínimas que podem atingir os -46°C e ausência de chuva, aliado a noites e dias que se prolongam durante vários meses, criando condições extremamente inóspitas e pouco conciliáveis com as necessidades do ser humano (LEAL, 2014b).

De facto, as regiões nórdicas do planeta “são consideradas desertos frios, pois recebem apenas (com algumas exceções locais) menos de 254 mm de precipitação anual. Com efeito, algumas áreas do Ártico são mais secas do que alguns desertos tropicais. A maior parte da precipitação do Ártico acontece sob a forma de neve, que cai maioritariamente durante o outono e princípio de primavera” (NATO, 2009, p. 5).

Em consequência das condições extremas de luminosidade e temperatura suprarreferidas, a região polar é amplamente constituída por tundras, que se estendem ao longo de cerca de 45.000km de costa, representando aproximadamente 15% da superfície da Terra. Porém, dadas as condições inóspitas propiciadas pelo *permafrost*, as extensões de tundra são, na sua essência, constituídas por pedras e vegetação rasteira (ibidem).

O *Permafrost* ou solo permanentemente gelado, que constitui cerca de 24% da superfície terrestre exposta do hemisfério norte, é composto por solo - gelo, sedimentos ou rocha - que permanece a 0°C, ou a temperaturas negativas, durante pelo menos dois anos. Este solo, tanto existe em terra como em plataformas continentais árticas localizadas debaixo do mar. A sua espessura varia entre valores inferiores a 1 metro e superiores a 1.000 metros, não permitindo o crescimento de árvores ou raízes de grandes dimensões quando presente e dando origem a lamaçais quando derrete, consequência da impermeabilidade dos solos (NSIDC, 2008).

No que diz respeito ao Oceano Glacial Ártico (ou simplesmente Oceano Ártico), este é efetivamente o mais pequeno dos oceanos do Planeta Terra, possuindo uma área de cerca 14. 000. 000 km<sup>2</sup> e uma linha de costa com uma extensão de mais de 45 000 km, correspondente ao litoral dos cinco estados suprarreferidos (McCARTHY, 2009).

O Oceano Ártico é, como observa João Leal, fundamentalmente, um “mar fechado” (2014a, p. 236), com um numero limitado de ligações<sup>50</sup> aos oceanos Pacífico e Atlântico, possuindo, no entanto, fluxos de água internos e com outros oceanos, que desempenham um papel fundamental, condicionando<sup>51</sup> o clima e as condições de gelo (TFO, 2007b).

A camada de água do Atlântico, uma das que confluem no Oceano Ártico, proporciona na região enormes fluxos de água quente proveniente do oceano mais meridional que lhe dá o nome, operando como um “radiador”. Simultaneamente, a água do Ártico, proveniente do degelo das calotes polares e dos fluxos de água dos rios, constitui uma camada superior, com um índice de salinidade tipicamente inferior. Com efeito, a junção de massas de água, com consequentes variações de temperatura e salinidade, originam padrões de correntes<sup>52</sup>, largamente conhecidos e estudados, mas que poderão sofrer alterações significativas em consequência das alterações climáticas na região (LEAL, 2014b).

---

<sup>50</sup> Os oceanos Ártico e Pacífico encontram-se interligados, exclusivamente, pelo estreito de Bering, enquanto a interação do primeiro com o Oceano Atlântico ocorre através do Mar da Noruega, Estreito da Dinamarca e Baía de Baffin - Cf. figura 9 desta dissertação.

<sup>51</sup> As correntes do Ártico permitem atenuar o clima polar devido à água quente proveniente de regiões tropicais.

<sup>52</sup> As correntes oceânicas traduzem o movimento maciço de massas de água nos oceanos. Com uma envergadura de mais de 100 km, são causadas por ventos, marés ou diferenças de temperatura e densidade que ocorrem no fundo do mar. Dividem-se em duas categorias: correntes de superfície e correntes profundas, movendo-se (tipicamente) no sentido dos ponteiros do relógio no hemisfério norte e, no sentido contrário aos ponteiros do relógio no hemisfério Sul.

No centro da imagem seguinte, observa-se a Cordilheira de Lomonosov<sup>53</sup>, que separa as bacias Euro-asiática e Américo-asiática, possuindo uma elevação de aproximadamente 3.000 metros acima das regiões abissais e estendendo-se ao longo de cerca de 2.000 km, desde o Mar de Laptev até à Ilha Ellesmere, passando pelo Pólo Norte (LEAL, 2014a).

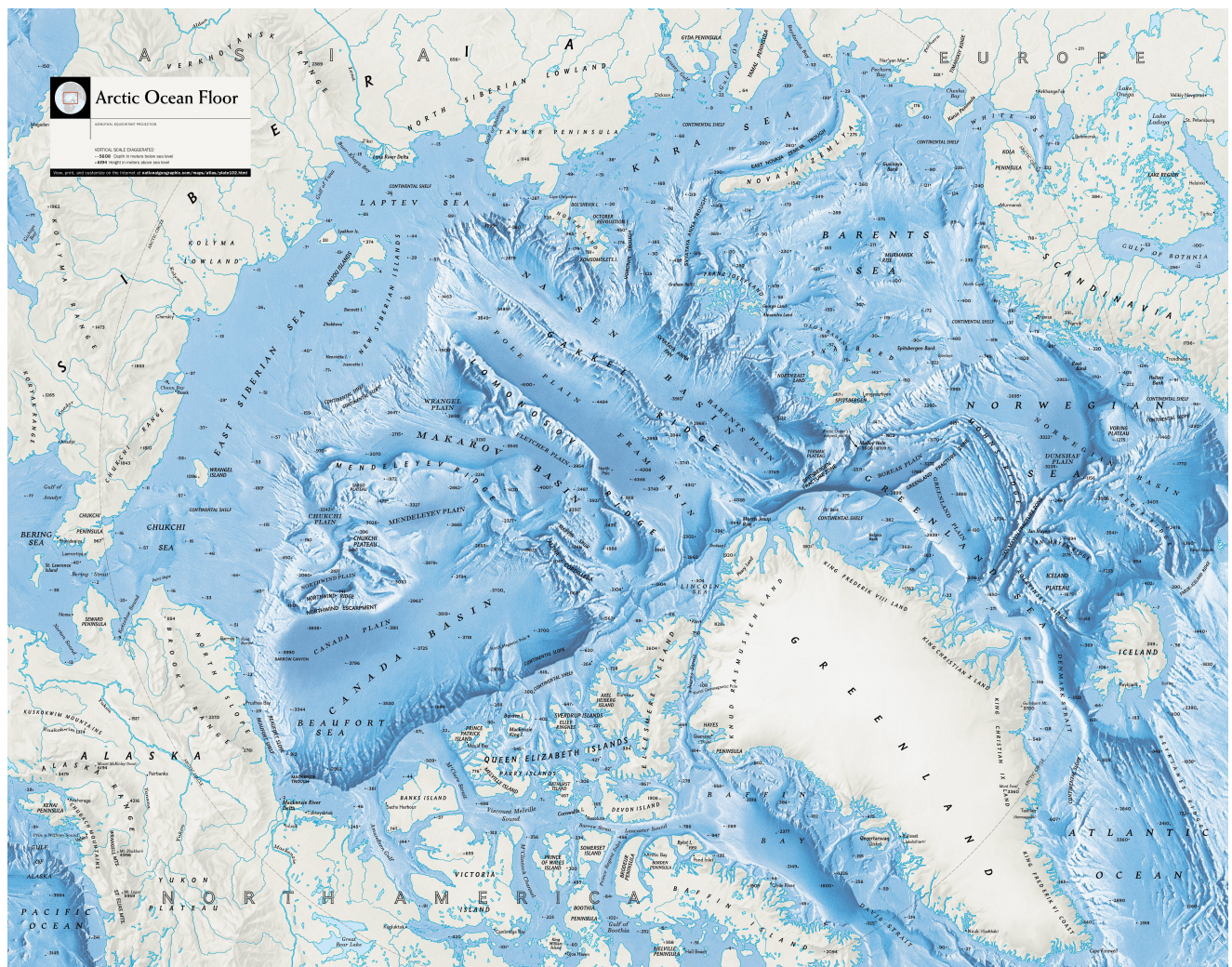


Figura 9 –Mapa Geofísico do Oceano Ártico

Fonte: (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2015)

<sup>53</sup> Esta formação natural surge, na óptica de alguns atores circumpolares, de que é exemplo a Gronelândia, como uma extensão natural da sua Plataforma Continental, constituindo um argumento para as suas reivindicações neste âmbito, como será apresentado mais adiante nesta dissertação.

Um dos diversos aspetos curiosos acerca deste oceano é o facto de metade do seu leito ser constituído por Plataforma Continental<sup>54</sup> (PC), no prolongamento da linha de costa, tipicamente com profundidades reduzidas (UN, 2012; UPRM, n.d.). Com efeito, as plataformas que se encontram nos limites costeiros dos estados ribeirinhos do Ártico são, efetivamente, as mais amplas do globo, sobretudo a que pertence ao domínio russo<sup>55</sup>, cuja extensão se prolonga para além dos mares marginais e cuja obliquidade e profundidade reduzidas, se traduzem em obstáculos à navegação por navios de grandes dimensões.

Uma observação curiosa acerca deste ponto e que vai ao encontro do que se acaba de referir é o facto de 35% da área total do Oceano Ártico ser ocupada pelos mares subsidiários e, no entanto, o volume de água que encerram ser de apenas 2%, situando-se os restantes 98% nas bacias profundas do Ártico (SECHRIST, FETT, & PERRYMAN, 1989).

Neste sentido, também os estreitos existentes junto às costas setentoriais dos estados ribeirinhos e as condições de navegabilidade no Ártico, decorrentes da sua batimetria<sup>56</sup>, são factores de grande relevo para o estudo, enquanto condicionantes e potenciadores de mais valias estratégicas, como se demonstrará no subcapítulo 3.2 desta dissertação.

Complementarmente a esta particularidade, face aos demais oceanos, o Oceano Ártico possui ainda a invulgaridade de se encontrar maioritariamente coberto por uma calote de gelo à superfície, cuja espessura e extensão<sup>57</sup> variam de acordo com as estações do ano (NASA, 2009).

De facto, as bacias do Ártico, encontram-se amplamente cobertas pela calote polar - camada tipicamente de grandes dimensões e espessura variável. Com efeito, a

---

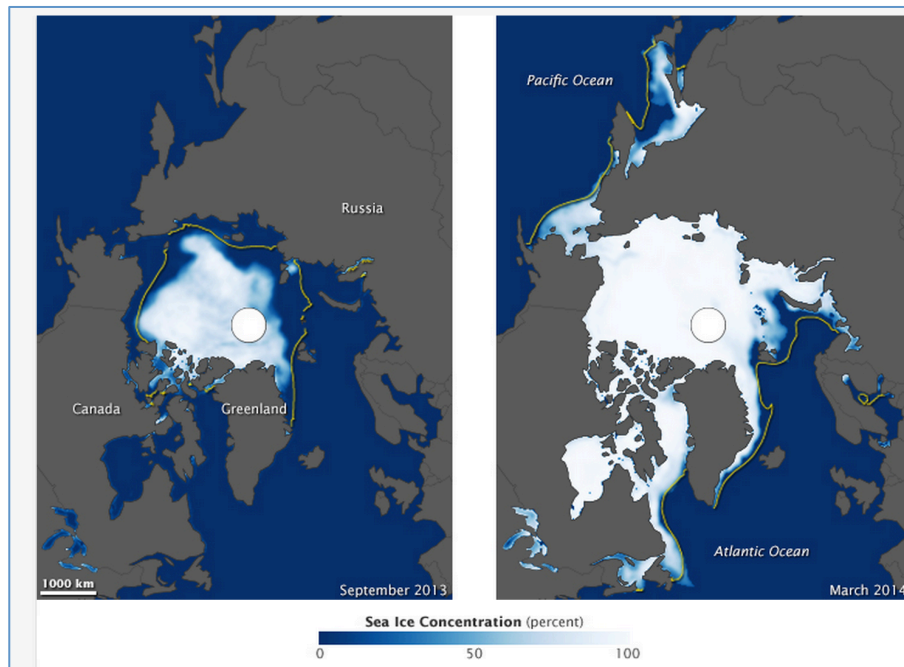
<sup>54</sup> O termo "plataforma continental" de um estado costeiro traduz o prolongamento do seu território que se encontra submerso, abrangendo a área entre a linha de costa e a região de acentuado pendor ou, no caso de não haver uma ladeira considerável, compreende a extensão entre o litoral e o ponto onde a profundidade da água sobrejacente é de aproximadamente entre 100 e 200 metros. A plataforma continental apresenta em média uma inclinação de aproximadamente 0,1°, terminando a região de acentuada obliquidade, denominada talude continental, que marca a transição entre a crosta continental e oceânica.— Cf. Anexo E desta dissertação.

<sup>55</sup> Cf. Figura 9 desta dissertação.

<sup>56</sup> Medição da profundidade e do relevo do fundo de mares, rios ou lagos - Cf. Anexo F desta dissertação.

<sup>57</sup> A extensão é definida como a área total em que a concentração de gelo é de, pelo menos, 15%.

amplitude máxima de gelo no Oceano Ártico ocorre entre os meses de fevereiro e março, período em que, chega a atingir um alongamento que se estende de costa a costa, enquanto a sua concentração mínima ocorre durante o mês de setembro (NASA, 2009), altura do ano em que as possibilidades de navegabilidade da região são acrescidas<sup>58</sup>.



**Figura 10 – Extensão de gelo no Oceano Ártico (variações sazonais)**

Fonte: (NASA, 2014a)

No mapa da figura anterior encontram-se representadas as referidas variações sazonais, respeitantes aos meses de setembro de 2013 e de março de 2014, oscilações que, historicamente variaram anualmente, desde cerca de 16 milhões de quilómetros quadrados em cada março, para valores próximos de 4,5 milhões de quilómetros quadrados em cada setembro<sup>59</sup> (NASA, 2009).

No entanto, fatores como o aquecimento global e as alterações climáticas têm vindo a acentuar este decréscimo sazonal e as concentrações glaciares médias anuais na

<sup>58</sup> Cf. Cap. 3.2 desta dissertação.

<sup>59</sup> Médias dos valores registados anualmente.

região<sup>60</sup> (NASA, 2012b), o que se traduz num importante fator de mudança, conferindo ao espaço do Ártico um foco de atenção adicional por parte da comunidade internacional.

As questões relacionadas com o ambiente estão, assim, cada vez mais, em discussão na esfera internacional<sup>61</sup>. Os diversos atores reconhecem a problemática ambiental como um dos principais desafios do nosso século e reafirmam a necessidade de adoptar uma nova ética de conservação e salvaguarda de recursos, intensificando a cooperação e fazendo esforços para reduzir o número e efeitos das catástrofes naturais ou resultantes da ação do homem (UN, 2000; UN, 2014e).

No entanto, numa conjuntura como a contemporânea em que as questões associadas às alterações climáticas assumem uma relevância incontestável, há, porém que assumir a distância que se pensa/considera existir entre aqueles que são os princípios e ideais consagrados nos documentos nacionais e veiculados nos discursos de diversos chefes de estado, e a prática, a realidade resultante da concretização das políticas, isto é, a ação levada a cabo pelos diversos atores políticos.

Na verdade, se por um lado assistimos às suas preocupações, espelhadas na assinatura de convenções onde as questões ambientais surgem sempre com alguma ênfase, como é o caso da Convenção das Nações Unidas Sobre as Alterações Climáticas (UN, 2014e), da Declaração do Milénio das Nações Unidas (UN, 2000) e da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UN, 1982), da Estratégia de Proteção do Ártico (AEPS, 1991), ou mais recentemente, na declaração de *Ilulissat* (AC, 2008), bem como nos mais diversos fóruns de discussão no âmbito do Conselho do Ártico (AC, 2011d), por outro lado, a exploração de hidrocarbonetos na região, com consequências ambientais amplamente reconhecidas, tem vindo a crescer, representando cerca de dois terços do valor das exportações da Rússia (COPELAND & WATKINS, 2013).

---

<sup>60</sup> Foram registados decréscimos significativos nos anos de 2007 e 2008, na ordem dos 4,5 milhões de quilómetros quadrados.

<sup>61</sup> Além dos documentos nacionais dos estados em que é espelhada esta preocupação (como é o caso do CEDN de 2013), apresentam-se, a título de exemplo, alguns dos diversos organismos de investigação e de discussão internacional com um foco na problemática das alterações climáticas e que constituem fontes bibliográficas desta dissertação: ONU, USGS, IPCC, NASA, NATO, EPA, EEA, ACIA, AC.

A par de alguma desresponsabilização pelas modificações na região decorrentes das alterações climáticas espelhada em discursos, de que é exemplo a observação da primeira-ministra, Erna Solberg (Noruega), no passado dia 21 de janeiro: “Não estamos a mudar os limites do gelo, é a natureza que está a mudar as fronteiras do gelo” (TVI, 2015), decorrente do anúncio da Noruega relativo à intenção de redefinição dos limites do gelo no Ártico, o que poderá estar na base de uma maior abertura do Mar de Barents à exploração do petróleo e do gás<sup>62</sup> (NORWEGIAN GOVERNMENT, 2015).

Enquanto centro de gravidade ao nível do clima à escala global, o Ártico é alvo de forte apreensão por parte da comunidade científica. Enquanto agente com elevado potencial gerador de tensões, as alterações climáticas constituem, efetivamente, o segundo maior risco de conflito e de maior impacto em 2014, de acordo com os dados do World Economic Forum (WEF, 2014) nas componentes de eventos climatéricos extremos, crises por escassez de água ou perda de biodiversidade e colapso de ecossistemas (WWF, 2015).

As alterações climáticas constituem, talvez, o maior fator de risco que se coloca à humanidade no século XXI, pois têm repercussões de largo espectro que apenas podem ser combatidas eficazmente através de uma ação concertada a nível global (IPCC, 2014; UN, 2014e).

Atendendo ao facto dos gases que provocam o efeito de estufa perdurarem na atmosfera várias décadas, conscientes da intensidade, amplitude e frequência com que continuam a ser emitidos nas diferentes zonas do globo terrestre, se ponderadas as consequências da subida do nível das águas do mar, da modificação dos regimes de pluviosidade, dos fluxos migratórios resultantes das alterações climáticas, do aparecimento de pandemias; então, poder-se-á ter uma percepção da dimensão e abrangência do problema (ACIA, 2004).

Entre as principais causas das alterações climáticas, amplamente difundidas ao longo da última década, são essencialmente apontadas um estilo de vida que explora

---

<sup>62</sup> É importante notar que esta área se encontra fechada à indústria do petróleo e do gás devido a um acordo que proíbe a sua exploração nos limites do gelo, neste reconhecidamente frágil ecossistema.

intensivamente os combustíveis fósseis, o aumento exponencial da emissão de gases que provocam o excessivo aumento do efeito de estufa - como o dióxido de carbono, metano e óxido nitroso – e ainda, a utilização extensiva de aerossóis que tem vindo a ser combatida com alguma eficácia na Europa e América, mas ineficazmente noutros continentes (IPCC, 2007; UN, 2014e).

Com efeito, são diversas as aceções que podemos encontrar para a expressão “alterações climáticas”, sendo possível identificar a existência, em todas elas, de uma base comum. A Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos EUA, entende que estas se definem como quaisquer mudanças significativas nos indicadores do clima, nomeadamente, temperatura, precipitação ou vento, que permaneçam por longos períodos de tempo, iguais ou superiores a uma década (EPA, 2015).

A Convenção das Nações Unidas Sobre as Alterações Climáticas, por sua vez, define-as como “...uma modificação no clima atribuível, direta ou indiretamente, à atividade humana que altera a composição da atmosfera global e que, conjugada com as variações climáticas naturais, é observada durante períodos de tempo comparáveis” (UN, 1993, p. 33).

Não deixa, portanto, de ser importante clarificar dois conceitos que se tornam essenciais no estudo da componente ambiental da região do Ártico – o de alterações climáticas e o de aquecimento global, muitas vezes mal percebidos ou confundidos em exposições informais.

Primeiramente, importa realçar que as alterações climáticas não decorrem exclusivamente de fatores humanos, não sendo linear a ligação entre as consequências destas e as causas antropogénicas, como muitas vezes o senso comum leva a crer, pelo que importa ainda ter em consideração alguns fatores influenciadores de origem natural, como as mudanças na órbita da Terra em torno do Sol, ou na circulação oceânica. Seguidamente, é relevante referir que estas se distinguem do conceito de aquecimento global, que consiste no aumento médio na temperatura da atmosfera perto da superfície terrestre (troposfera), o que pode, posteriormente, exercer uma significativa contribuição para mudanças nos padrões do clima global, como se estima

que aconteça no caso da região em estudo<sup>63</sup> (EPA, 2015).

Importa, porém reter, que esta não é mais uma discussão puramente académica ou uma tentativa de sensibilização baseada em previsões mais ou menos assertivas da realidade. De facto, algumas destas alterações têm já uma importante expressão no presente, observando-se as modificações por estas infligidas e agudizando-se os riscos destas decorrentes (UN, 2014e).

No que diz respeito aos impactos ambientais no Ártico, estes estendem-se efetivamente muito além desta área, com consequências que extravasam o domínio dos ecossistemas (ACIA, 2004), implicando, necessariamente, uma abordagem desta problemática ao nível global.

Indicadores como o aumento da temperatura, diminuição da extensão de neve, degradação do *permafrost*, e aumento do número de incêndios florestais e do caudal dos rios parecem confirmar o impacto das alterações ambientais no Ártico, enquanto região cada vez mais vulnerável ao aquecimento global (OVERLAND, 2008).

De facto, se nada for feito no sentido de reverter a tendência atual, algumas estimativas apontam para um aumento da temperatura média anual no planeta, até ao final do século XXI na ordem dos 5.8°C (IPCC, 2007).

Intimamente relacionado com o aumento das temperaturas, a perda de gelo marinho sazonal é considerado um dos principais fatores da mudança ecológica no Ártico. As mudanças na temperatura do ar, padrões de precipitação, e extensão do gelo marinho combinam-se, assim, para suscitar mudanças nos sistemas ecológicos no Ártico (NSIDC, 2014).

Grande parte da área de terra do Ártico é sustentada por *permafrost* - solo perenemente congelado. No entanto, o terreno que se encontrou congelado ao longo de diversos séculos, passa hoje por um processo de gradual aquecimento e

---

<sup>63</sup> O aquecimento global, enquanto potencial causa de modificação dos padrões do clima global pode ser o resultado de ações humanas, fatores naturais ou uma combinação de ambos. O aumento das emissões de gases de efeito de estufa decorrente de atividades antropogénicas, encontra-se identificado como apenas uma das suas principais causas.

degelo. Com efeito, casas, estradas e outras infraestruturas construídas em cima de *permafrost*, estima-se que possam ficar instáveis com o degelo deste solo (NSIDC, 2014).

Progressivamente, assiste-se ao aparecimento de um Ártico mais verde, isto é, as plantas tornam-se nesta área mais abundantes e os arbustos e as árvores começam a avançar para o norte, substituindo a vegetação de tundra, o que pode contribuir para o aquecimento, diminuindo o albedo (a capacidade de refletir a energia) da superfície da Terra.

Em algumas partes do Ártico, a perda de gelo marinho expõe linhas costeiras à força do vento e das ondas durante as tempestades do Ártico, resultando numa rápida erosão<sup>64</sup> (USGS, 2009b). As águas oceânicas, mais quentes, também contribuem para o degelo do *permafrost* que une sedimentos em zonas costeiras, tornando-se estas ainda mais suscetíveis à erosão costeira, sendo estimado que algumas zonas tenham já recuado mais de vinte e quatro metros (JONES, et al, 2009).

Outro dos problemas associado ao *permafrost* é o facto das alterações climáticas induzirem um ciclo causa-consequência autossustentável. Isto é, com o aumento das temperaturas médias provocadas pelo efeito de estufa, tem-se verificado um progressivo recuo do *permafrost* na região. No entanto, sendo este solo congelado um reservatório significativo de matéria orgânica, a sua desagregação, implicará a libertação de carbono para a atmosfera – gás intimamente ligado com o efeito de estufa.

Progressivamente, com a fusão do gelo, as superfícies tornam-se mais escuras, aumentando a absorção da radiação solar incidente, enquanto a superfície do oceano, ao ficar com menos gelo, diminui igualmente a sua reflectividade, absorvendo mais calor e ficando sujeita ao aumento da temperatura (ACIA, 2004).

Do aumento da temperatura global do planeta, resulta ainda diretamente uma modificação do habitat natural típico destas latitudes, com consequente alteração das

---

<sup>64</sup> Em 2009 era estimado que a erosão costeira no Alasca progredisse à razão de 45 pés por ano, tendo duplicado a sua velocidade de erosão entre 2002 e 2007.

cadeias alimentares dos seres vivos da região, com consequências que se estendem além do nível regional.

*“ Many species from around the world depend on summer breeding and feeding grounds in the Arctic, and climate change will alter some of these habitats significantly”*  
(ACIA, 2005, p.45).

De facto, à medida que o ambiente no Ártico se altera, é expectável que as rotas migratórias sofram alterações, bem como o movimento de cardumes, provocando um desequilíbrio no Ártico, que se ramifica por todo o globo (ACIA, 2005).

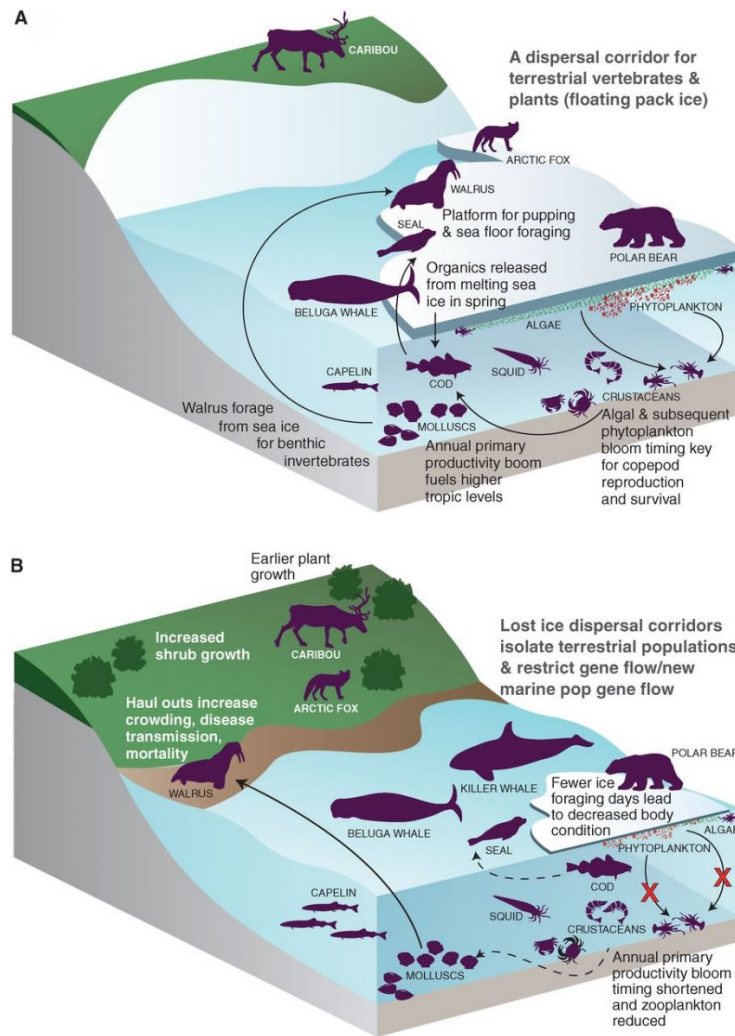


Figura 11 – Alterações nos Habitats no Ártico

Fonte: (NSIDC, 2014)

Deste aquecimento, resulta ainda, indiretamente, uma alteração nas correntes de circulação dos mares no Ártico, amplamente influenciadas pela salinidade (densidade) e temperatura das águas, com consequências no clima à escala global. Com efeito, uma alteração quer na temperatura como na salinidade destas águas, poderá pôr em causa a manutenção das suas temperaturas tipicamente baixas (TFO, 2007b).



**Figura 12 – Padrão de Circulação normal das águas marítimas**

Fonte: (MIT, 2010)

A contínua diminuição de gelo nesta zona do globo comporta ainda implicações para a navegação. Esta é possivelmente uma das poucas, se lhe podemos chamar vantagens, das alterações climáticas nesta área. O recuo das calotes de gelo nos mares do ártico,

veio efetivamente permitir a exploração de rotas marítimas<sup>65</sup> antes inacessíveis, que, embora ainda não o seja em absoluto no presente, se especula que possa vir a ser uma grande mais valia para o comércio internacional (FERRÃO, 2014).

Outra das potenciais vantagens da redução da extensão da calote polar será a criação de condições mais favoráveis para perfuração *offshore* de petróleo e gás natural sob o Oceano Ártico, diminuindo as infraestruturas e custos necessários. Nesta ponderação, surgem como fatores chave a taxa de diminuição de gelo no Ártico contra as taxas de aumento/diminuição dos preços de petróleo e gás natural no mercado global.

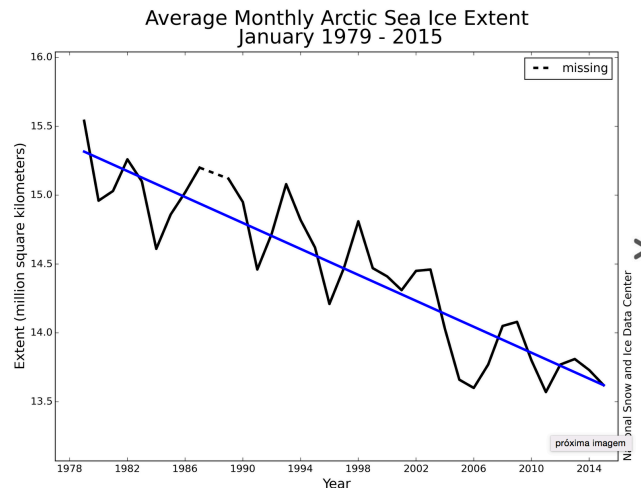
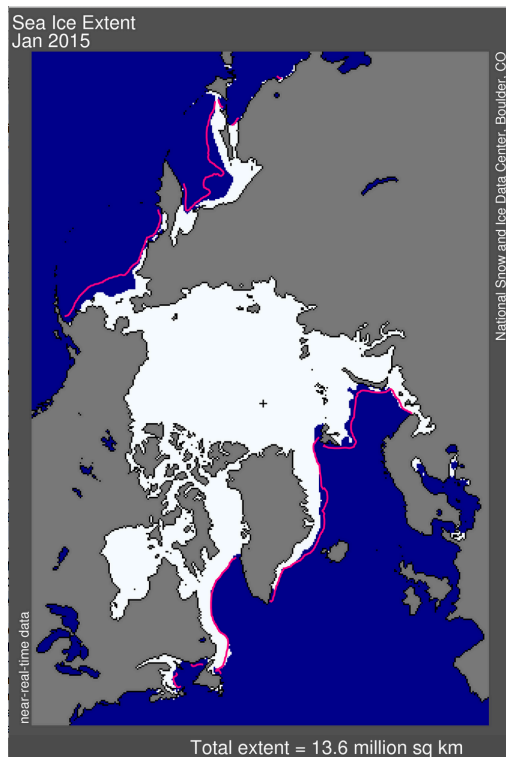
As consequências anteriormente descritas podem ser observadas, nomeadamente através de gráficos de tendência de evolução ao longo dos últimos anos ou na comparação de um padrão médio com as observações atuais.

Com efeito, são diversos os gráficos e representações que ilustram estas variações e linhas de tendência expectáveis para um futuro próximo (NSIDC, 2015b). Neste sentido, a nossa seleção incidu no testemunho das observações mais recentes, referentes a Janeiro de 2015, que demonstram efetivamente uma extensão de gelo no Ártico abaixo da média anual<sup>66</sup>, representada na imagem na linha de cor rosa e a efetiva tendência decrescente das suas concentrações, face às observações de anos anteriores, referentes ao mesmo mês (NSIDC, 2015b).

---

<sup>65</sup> Este ponto será desenvolvido mais à frente, nesta dissertação.

<sup>66</sup> A média é de 13,62 milhões de quilómetros quadrados (5,26 milhões de milhas quadradas). No mês de janeiro a medição é de 910.000 quilómetros quadrados (351.000 milhas quadradas) abaixo da média de longo prazo dos anos 1981-2010.



**Figura 13 – A Extensão de Gelo no Ártico – Janeiro de 2015**

Fonte: (NSIDC, 2015b)

Aponta-se como sendo de aproximadamente 40% a redução da área coberta por gelo durante o verão e de 70% a diminuição do seu volume até ao presente (NSIDC, 2015b). Observa-se ainda que estes valores de extensão de gelo no Ártico referentes a Janeiro de 2015 são os terceiros mais baixos desde 1979<sup>67</sup>, estimando-se, com base nestes que o declínio seja de cerca de 3,2% por década (NSIDC, 2015b).

Futuramente, apesar de nos dois últimos anos se observar uma diminuição menos abrupta da camada de gelo no Ártico, é certo que esta continuará a decrescer, havendo estimativas que apontam, no caso de se manter este decréscimo anual, que a sua extensão atinja um valor inferior a 1 milhão de quilômetros quadrados já em 2030<sup>68</sup> (NSIDC, 2015b).

<sup>67</sup> Ano a partir do qual estão disponíveis as imagens de satélite.

<sup>68</sup> Há naturalmente uma grande variabilidade, divergência de opiniões e um elevado grau de incerteza. É apenas de realçar que, com base nestas previsões, o Ártico tornar-se-ia sazonalmente desprovido de gelo.

Do mesmo modo, persistem ainda muitas incertezas quanto às consequências do degelo do *permafrost*. Há efetivamente uma grande quantidade de carbono armazenado nestes solos que, no caso do seu degelo, implicaria um potencial aumento da atividade microbiana no solo, conduzindo à libertação de carbono, como foi referido anteriormente. Subsistem, no entanto incertezas em relação à real importância que este fenómeno possa ter em termos globais (NSIDC, 2014).

No que diz respeito à subida do nível do mar, como consequência do degelo de massas polares, observa-se, desde o século XX uma tendência crescente, sendo o seu aumento estimado a nível global para o período 1901-2010 de 0,17m a 0,21m, realçando-se ainda que estes valores têm vindo a aumentar nas últimas décadas (IPCC, 2014).

Muitas são as perspectivas para o futuro face às alterações climáticas do Ártico. Observa-se que dois vectores chave concorrem na definição das políticas dos estados circumpolares para esta região. Se, por um lado, preconizam ideais de exploração de recursos de forma sustentada, reconhecendo o papel que as questões ambientais possuem a nível global, por outro, as mais valias que estas proporcionam revelam-se tentadoras, nomeadamente se tivermos em conta as estimativas de hidrocarbonetos por explorar na região ou o que os lucros da sua exploração representam nos orçamentos de alguns estados.

### **3.2 Fator Energético e Circulação**

O estudo integrado dos fatores energético e circulação neste subcapítulo procura evidenciar dois dos grandes vetores de interesse na região mais boreal do globo terrestre, por parte dos atores que aí desenvolvem as suas estratégias.

Enquanto fatores que motivam a atenção dos estados circumpolares, mas também da comunidade internacional, serão abordados numa óptica justificativa do novo olhar que se desperta em relação a esta região.

A par das preocupações relacionadas com as alterações climáticas e o degelo no Ártico, o acesso às reservas de recursos que se estima existirem nesta área, tem suscitado tão ou mais interesse/atenção por parte da comunidade internacional.

Com efeito, poderíamos discorrer largamente sobre os imensos recursos naturais disponíveis nesta região, uma vez que os seus atores foram privilegiados pela natureza. No entanto, mais do que centrar esta análise nos recursos ao dispor de cada Estado do Ártico, procuramos fornecer uma visão de conjunto, analisando o potencial da região como um todo coeso, ainda que saibamos que, na prática, tal não se verifique<sup>69</sup> (COPELAND & WATKINS, 2013; NORDREGIO, 2011).

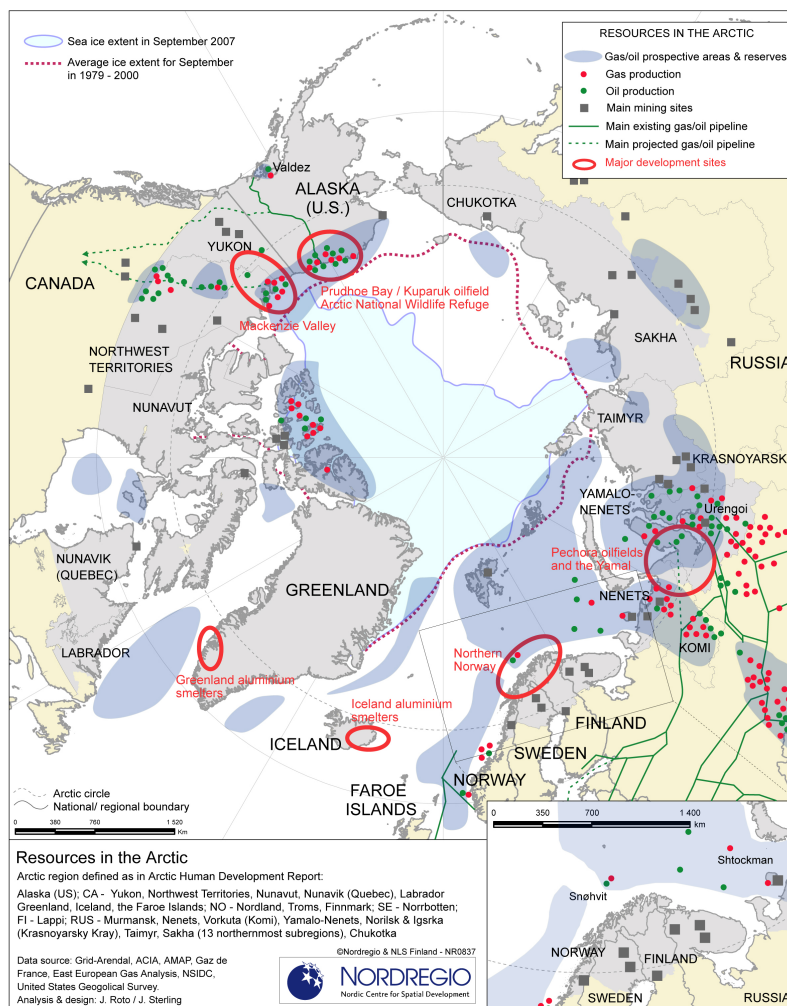
Para além dos hidrocarbonetos<sup>70</sup>, sobre os quais nos iremos focar primariamente, esta área é ainda abundante em recursos piscatórios, bem como chumbo, zinco, ouro, prata, níquel, urânio e diamantes (COHEN, 2011).

Na imagem seguinte encontra-se representada a região do Ártico, sendo evidenciados os principais focos de concentração de recursos energéticos explorados, áreas com recursos mineiros e alguns pontos de prospecção futura.

---

<sup>69</sup> Nomeadamente no que diz respeito à exploração *offshore* de recursos energéticos, que são maioritariamente explorados pela Federação Russa.

<sup>70</sup> Recurso sobre o qual focamos grande parte da nossa atenção, dada a sua abundância estimada e amplamente divulgada.



**Figura 14 – Recursos no Ártico**

Fonte: (NORDREGIO, 2011)

É ainda de salientar, com base na imagem, que os principais pontos em desenvolvimento no que diz respeito à exploração de recursos se centram nas áreas de domínio russo, pelo grande potencial exploratório que aquelas detêm, águas territoriais do Canadá e dos USA (Alasca), começando a surgir novos focos nos domínios da Noruega e Gronelândia<sup>71</sup> (NORDREGIO, 2011), como veremos mais adiante nesta dissertação.

<sup>71</sup> A Gronelândia encontra-se assinalada enquanto foco em desenvolvimento, apesar de não estarem evidenciadas áreas de exploração efetivas. Este facto prende-se com as estimativas de recursos nesta região, como será evidenciado mais à frente. No que diz respeito à Islândia, o fator de destaque refere-se à exploração de recursos minerais.

Focando-nos então nos recursos energéticos, pela sua ampla divulgação e mais valia que se pensa representarem, de acordo com os estudos efetuados na região estima-se que a norte do Círculo Polar Ártico se encontrem entre 25% a 30% das reservas mundiais de gás e entre 13% a 15% das reservas de petróleo (USGS, 2009a; UN, 1998), encontrando-se os maiores depósitos nas Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) dos estados ribeirinhos do Ártico (USGS, 2009a).

O facto de serem estimadas cerca de 84% das reservas como localizadas em águas até 500m da costa e, por isso dentro das ZEE, afastando-se das zonas onde existem disputas territoriais (OSTRENG, 2012), poderá constituir um fator de valor acrescentado, enquanto atração para as empresas petrolíferas nesta região (DODDS, 2010).

Nas figuras seguidamente apresentadas, encontram-se ilustrados estes dados, evidenciando-se as zonas de maiores concentrações de gás natural e petróleo e as restantes regiões detentoras destes recursos.

É ainda de realçar que as principais reservas estimadas de petróleo se localizam nos mares da Gronelândia, Barents, Kara e Beaufort pelo que, cerca de 54% das reservas de petróleo e 71,3% das reservas de gás natural estão em territórios sob a jurisdição da Federação Russa, o que se pensa que possa conferir a este país uma posição dominante na região (USGS, 2009a; FERRÃO, 2014).

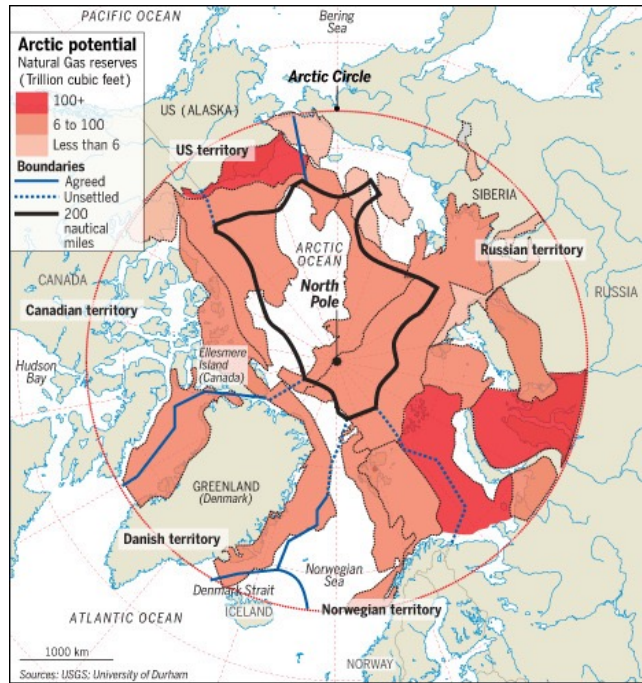


Figura 15 – Reservas de Gás Natural no Ártico

Fonte: (USGS, 2009a)

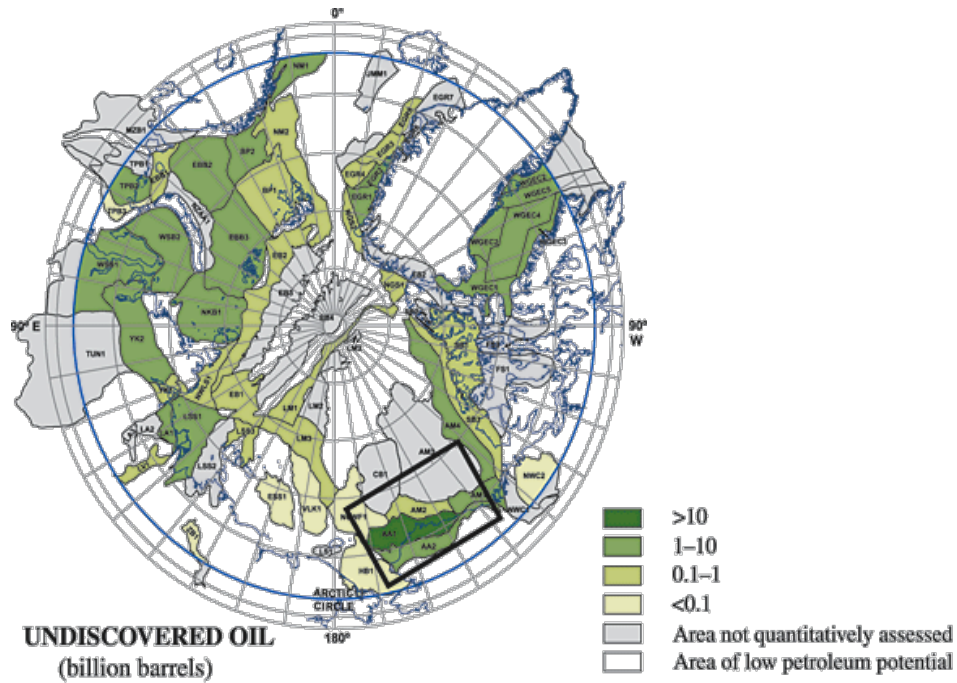


Figura 16 – Reservas de Petróleo no Ártico

Fonte: (USGS, 2009a)

Decorrente da análise das estimativas de gás natural nesta região, se ponderado numa mesma base de energia, observa-se que este recurso é cerca de três vezes mais significativo<sup>72</sup> comparativamente com o petróleo, estimando-se que cerca de 75% do gás natural se encontre nas faixas norte da Europa e Ásia e que cerca de 65% do petróleo por descobrir se encontre na faixa norte na América (HONG, 2011).

Com efeito, como se pode observar, é expectável que a esmagadora maioria dos recursos ainda por descobrir, cerca de 60%, se circunscreva maioritariamente aos mares setentrionais da Rússia, nomeadamente Mar de Barents e Mar de Kara, o que se poderá traduzir numa crescente afirmação deste Estado, regional e globalmente, passando, possivelmente, por uma reorientação estratégica das suas prioridades (ANTRIM, 2010).

No presente, a Federação Russa ainda não potenciou a sua exploração *offshore* (GAZPROM, 2015b)<sup>73</sup>, face ao desafio económico e tecnológico que se coloca, e porque para este efeito só poderão concorrer sociedades em que exista uma participação maioritária do Estado e que detenham uma experiência na região, de pelo menos 5 anos. Atualmente apenas as empresas Rosneft (petrolífera) Gazprom (gasífera) obedecem ao critério (FERRÃO, 2014), pelo que se poderia perspectivar o recurso a empresas privadas ou estrangeiras, como é o caso das multinacionais Shell, Total, British Gas, Exxon Mobil, entre outras, como meio de explorar os seus recursos abastados (PIM, 2008; ANTRIM, 2010).

No que diz respeito à região Norueguesa, não obstante ser a menos explorada do país, apresenta um potencial de exploração de hidrocarbonetos avultado, estimando-se que, da totalidade do potencial da sua extensa plataforma continental, cerca de 30% represente os referidos recursos, integrando ainda a primeira rede de gás natural liquefeito, com vista a responder às necessidades decorrentes da abertura e exploração

---

<sup>72</sup> Cerca de 80% das reservas energéticas exploradas na região são de gás natural.

<sup>73</sup> Em Dezembro de 2013 foi iniciada a produção de petróleo do campo de Prirazlomnoye, a uma distância de cerca de 60 Km da costa, pela Gazprom Neft (subsidiária da empresa Gazprom). Esta plataforma resistente ao gelo é um ponto chave da exploração destes recursos e da empresa, encontrando-se em fase de pré-desenvolvimento e prometendo integrar plataformas adjacentes e reduzir custos.

de novos campos no mar mais boreal deste Estado (NMFA, 2005).

A opção pelo transporte de gás natural liquefeito no Mar de Barents materializa assim uma estratégia diferente daquela que foi adotada para as regiões mais meridionais da Noruega, onde se privilegia o transporte em pipelines (FERRÃO, 2014). Estima-se, portanto, que esta opção estratégica da Noruega lhe possa conferir vantagens competitivas que se traduzam em lucros perante um aprofundamento das relações comerciais com outros estados que não disponham dessa capacidade.

Fruto da crescente exploração de recursos energéticos pela Noruega observam-se dados que atestam a sua representatividade na economia nacional. Com efeito, tendo em conta apenas os lucros do sector petrolífero, admitia-se em 2008 um impacto de cerca de 36% na receitas do Estado (RAAEN, 2008).

No entanto, Håvard Raaen(2008), esclarece que a elevada tributação aplicada pelas autoridades norueguesas às atividades petrolíferas e de gás natural<sup>74</sup> são ainda bastante mais proveitosas que os dividendos provenientes da sua propriedade, visando ainda, em conjugação com a adoção de medidas de preservação ambiental não discriminatórias, dissuadir outros estados de desenvolver estas atividades no arquipélago Svalbard<sup>75</sup>.

Resta ainda realçar que, muito embora as reservas de hidrocarbonetos no domínio norueguês do Ártico, bem como os impactos que a sua exploração tem na economia nacional sejam significativos, de facto, “a Noruega não possui mais que um por cento das reservas conhecidas de petróleo, mas é o décimo exportador mundial” (CLAUSONNE, 2007, p. 88). Do mesmo modo, apesar das suas reservas de gás natural não representarem mais de 3% das mundiais, a Noruega consegue posicionar-se entre os cinco primeiros produtores mundiais deste recurso. Tal é possível graças às suas políticas de exportação, uma vez que, comercializando quase na totalidade os

---

<sup>74</sup> A Noruega definiu impostos aplicáveis às empresas que pretendam fazer prospecção e exploração de petróleo no Arquipélago Svalbard, tendo, para este efeito de pagar uma sobretaxa de 50%, que acresce aos 28% aplicáveis a todas as empresas que desenvolvem estas atividades na PC da Noruega. As companhias são assim tributadas em 78%, o que é um valor consideravelmente elevado, quando comparado como, por exemplo, com os regimes fiscais aplicáveis noutros países produtores de petróleo e gás natural.

<sup>75</sup> Cf. Cap. 3.3.2 desta dissertação.

seus hidrocarbonetos, constitui-se o segundo fornecedor de gás natural da Europa, logo a seguir à Federação Russa (ibidem).

No domínio americano, a descoberta de petróleo no Ártico ocorreu em 1968 no Mar de Beaufort, em Prudhoe Bay (Alasca), tendo sido apressada a sua exploração devido ao choque petrolífero de 1973. Com efeito, estima-se que nesse período os lucros da exploração do petróleo representavam 85% do orçamento total do Alasca (CLAUSONNE, 2007).

No presente, “contudo, os campos de petróleo de Prudhoe Bay estão em declínio acentuado” (COHEN, 2011), o que tem conduzido à procura de novas fontes viáveis de exploração deste recurso. De acordo com os estudos realizados em 2008 pelo USGS, estima-se que os maiores depósitos de hidrocarbonetos estejam, de facto, localizados nas águas imediatamente a norte da costa do Alasca (USGS, 2009a), constituindo reservas especialmente atrativas, visto estarem sujeitas a restrições legislativas menores comparativamente com as que se situam *onshore* (TITLEY & JOHN, 2010).

No entanto, os planos de licenciamento propostos em janeiro de 2015 pela Administração de Obama para o período 2017-2022 (USDOL, 2015) apresentam-nos outro cenário, manifestando a efetiva intenção de abrir as águas do Ártico à exploração *offshore* de petróleo e gás natural, ao mesmo tempo que prevê a proibição de perfuração em partes do mar de Beaufort e Chukchi, procurando, desta forma expandir a independência energética dos EUA, tal como referiu o Secretário do Interior Sally Jewel:

*"This is a balanced proposal that would make available nearly 80 percent of the undiscovered technically recoverable resources, while protecting areas that are simply too special to develop,"; "The areas off the table are very small in comparison to areas on the table"* (RT, 2015).

Observa-se, assim, alguma disparidade no potencial petrolífero *onshore* e *offshore*, uma vez que alguns autores estimam que as reservas em terra apenas tenham capacidade para satisfazer cerca de 16 meses de procura do mercado interno dos EUA

(CLAUSONNE, 2007), atingindo as suas reservas deste recurso, na ZEE do Alasca, valores três vezes superiores, justificando, assim, a mais valia e esforço que representam a prospecção de hidrocarbonetos nesta área (TITLEY & JOHN, 2010).

No domínio canadiano do Ártico, estima-se que este, sobretudo em comparação com os atores supra referidos, possua parcas reservas de petróleo (CLAUSONNE, 2007). Por enquanto, a exploração efetiva de petróleo e gás natural restringe-se à área do delta do Rio Mackenzie, onde existe a intenção de efetivar o Mackenzie Gas Project, gasoduto que contribuirá para viabilizar a exploração de hidrocarbonetos, e das plataformas *offshore* do Mar de Beaufort (BRIGHAM & ELLIS, 2004).

Com efeito, desafios que se colocam à prospecção no Mar de Beaufort são grandes, pois a sua profundidade, varia de poucos metros junto à costa até cerca de 2000 metros<sup>76</sup>. A par deste, existem ainda diversos desafios relacionados com as condições de navegabilidade deste mar, uma vez que as rápidas alterações das correntes e ventos têm um forte impacto na zona de transição (com tendência crescente), entre os gelos permanentes da calote polar e os gelos de um ano existentes na beira-mar, podendo conduzir ao transporte de blocos de gelo até junto da costa, mesmo durante referida temporada de águas abertas, em que existem extensões menores de gelo (MATTHEWS, 2011).

No entanto, está já em fase de exploração o campo petrolífero de Amauligak, no Mar de Beaufort, a norte da Baía de Mackenzie, onde companhias canadianas autorizadas pela Dinamarca efetuam prospecções de hidrocarbonetos na região da Gronelândia.

Por último, de acordo com os dados mais recentes da USGS, é precisamente na Dinamarca (Gronelândia) que começam a surgir pontos de importante foco relativamente aos recursos energéticos por explorar, estimando-se um volume médio de 6,9 triliões de metros cúbicos de gás natural em *Alum Shale*, maioritariamente situados no *offshore* desta região (USGS, 2013).

Face ao exposto, admite-se que os recursos energéticos do Ártico possam surgir, na

---

<sup>76</sup> No campo de Chevron.

esfera internacional, de facto, como uma alternativa viável em relação a outras regiões do globo, em que as tensões religiosas e étnicas transportam um factor de insegurança energética para os estados importadores que deles se encontram dependentes. Assim, estados como a China ou Japão, que conjuntamente com os EUA se situam entre os maiores consumidores mundiais de hidrocarbonetos (CLAUSONNE, 2007), possivelmente com vista a uma salvaguarda destes interesses, têm também eles próprios procurado uma aproximação a esta área do globo (AC, 2011b).

No entanto, a exploração de hidrocarbonetos no Ártico, comporta ainda no presente, custos e riscos que, em muitos casos, a inviabilizam. O custos de exploração nestas latitudes podem atingir valores cerca de cinco vezes mais elevados comparativamente com outras regiões do globo, comportando ainda riscos elevados decorrentes dos deslizamentos de plataformas, em consequência do degelo, e das temperaturas inhóspitas que se fazem sentir.

Neste sentido, observa-se que, apesar de aliciante em termos de resultados, este processo de extração traduz-se num grande investimento e desafio tecnológico<sup>77</sup>, pelo que, não se prevê que a exploração de hidrocarbonetos nas bacias oceânicas do Ártico ocorra nas próximas duas a três décadas<sup>78</sup>.

A par das abastadas reservas de hidrocarbonetos, como foi supra referido, o Ártico é também detentor de recursos de outra ordem que, embora não se revelem tão apelativos como os primeiros de forma a adquirirem a mesma notabilidade na comunidade internacional e na opinião pública, têm o seu lugar de destaque nas economias dos atores circumpolares.

Com efeito, a atual exploração de recursos minerais materializa a base do desenvolvimento económico sustentado no Grande Norte. A indústria de diamantes na região do Canadá estima-se que atinja lucros de dois mil milhões de dólares

---

<sup>77</sup> É necessário recorrer a perfurações direcionais e explorações remotas, obter reforços de aço que permitam que as infraestruturas suportem temperaturas extremamente baixas e, simultaneamente, que sejam tão maleáveis que suportem fluxos de gelo e a ação violenta das ondas do mar.

<sup>78</sup> Os desafios e limitações referidos, a par das dificuldades de acesso, as longas linhas de reabastecimento que teriam de ser constituídas e, os elevados custos de investigação, exploração e transporte assim o pressagiam.

americanos por ano, o que representa cerca de 50% da economia dos Territórios do Noroeste, e prevê-se que esta possa “em breve representar 15% do valor mundial” (CLAUSONNE, 2007, p.88), enquanto, paralelamente, se calcula que o Mackenzie Gas Project, venha a valer um total de 16 mil milhões de dólares norte-americanos (CANADIAN GOVERNMENT, 2009).

Este Estado “...é o primeiro produtor mundial de energia hidroelétrica; o primeiro produtor e exportador de urânio; o segundo exportador de gás natural, com reservas estimadas de 1.700 Gm<sup>3</sup>, representando o equivalente a doze anos de produção” (CLAUSONNE, 2007, p.88), podendo ainda vir a disfrutar de uma posição privilegiada quando o metano for comercialmente explorável, pois este recurso energético, encerrado nas profundezas das águas árticas e nas vastas áreas de *permafrost*, existe no território canadiano em quantidades incalculáveis (ibidem).

A Islândia, estado pobre em recursos naturais, dada a natureza e a atividade vulcânica desta ilha, é totalmente dependente do exterior em termos de hidrocarbonetos, o que a torna, no âmbito dos recursos, o ator mais vulnerável do espaço Ártico.

Face ao exposto, consideramos que os Estados ribeirinhos do Ártico, tendo como pano de fundo os recursos naturais da região, tendem, no presente, a desenvolver relações de acomodação entre si, desenvolvendo as suas economias com base nas explorações nacionais, intensificando as prospeções e exploração nos mares subsidiários do Oceano Ártico e promovendo relações de cooperação. No entanto, reconhecemos que este ambiente regional possa sofrer desenvolvimentos aquando da confirmação da localização e das quantidades efetivas dos recursos estimados, uma vez que persistem na região diversas fronteiras por acordar<sup>79</sup>, ainda que o recurso a métodos coercivos ou situações de instabilidade não sejam, no presente, previsíveis (HIICR, 2014).

Reconhecemos ainda a eventualidade de o Ártico se constituir, num futuro não muito distante, um importante foco energético internacional, face ao seu potencial, com a conseqüente intensificação das explorações pelos diversos estados circumpolares e possibilidade de aproximação de atores internacionais externos a esta região, como a

---

<sup>79</sup> Cf. Cap. 3.3 desta dissertação.

China, que poderão procurar estabelecer ligações comerciais desta natureza, garantindo a diversificação de abastecimentos e segurança energética, numa região politicamente estável ao contrário de muitas das atuais regiões exportadoras de hidrocarbonetos.

Tendo em conta as já anteriormente referidas necessidades de transporte a que estão intimamente ligados os fluxos de exportação de recursos entre o Ártico e o exterior, discorreremos, de seguida, acerca das potencialidades e limitações das mesmas.

Deste modo, tendo como base o degelo provocado pelas alterações climáticas, observa-se que o transporte marítimo é uma das áreas beneficiadas pelo recuo da calote polar no Ártico, possibilitando a abertura de novas rotas de circulação e aumentando a sua navegabilidade.

Podemos observar que o fator circulação, de uma forma geral e abrangente, se relaciona com a dinâmica da economia e com a ação política no desenvolvimento (DIAS, 2010), uma vez que “representa a acessibilidade do território e da população a bens e ideias” (IAEM, 1993, p. 39).

O mar e as suas vias navegáveis, enquanto componentes deste fator, surgem, de facto, em três vertentes fundamentais, influenciando significativamente o Poder de um ator, enquanto fonte de recursos, como acaba de ser demonstrado, enquanto espaço militar e como meio de circulação (IAEM, 1993).

O transporte marítimo, não obstante o desenvolvimento de meios mais céleres e cómodos, permanece assim com um lugar de destaque no comércio internacional, sendo, inequivocamente, o transporte dos grandes volumes, das longas distâncias e baixos custos (COUTEAU-BÉGARIE, 2007).

De facto, esta via é responsável por cerca de 90% do volume total do comércio mundial (OECD, 2012), uma parcela muito significativa<sup>80</sup>, sobretudo se tivermos em consideração as de outros meios como, por exemplo, o transporte aéreo que tem uma

---

<sup>80</sup> Verificando-se, no presente, um progressivo aumento destes valores, nomeadamente no que diz respeito às frotas dos USA, enquanto potência económica mundial.

representatividade mínima de cerca de 1% (COUTEAU-BÉGARIE, 2007).

Neste sentido, para a análise deste fator, centrando-nos na componente marinha, proceder-se-á à descrição das principais vias de comunicação marítima no Ártico, nomeadamente no que se refere aos mares e rotas do norte, pela mais valia estratégica que representam para a região e enquanto matriz onde decorrem as explorações energéticas, as disputas territoriais ou mesmo a degradação ambiental que lhe dá subsistência conservando, assim, três funções essenciais, enquanto meio de projeção de poder, fonte de riqueza e importante via de comunicação (COUTEAU-BÉGARIE, 2007).

Cientes da importância do mar enquanto via de comunicação que se impõe no comércio internacional a nível global, importa agora determinar o papel que este meio de transporte assume no Ártico.

O Oceano Ártico, o mais pequeno dos oceanos, com uma profundidade máxima de 5000m, é considerado por diversos autores como um mar fechado, uma vez que tem um número restrito de ligações aos oceanos Pacífico (Estreito de Bering) e Atlântico (mar da Noruega, Estreito da Dinamarca e Estreito de Davis), sendo limitado pelos mares de Beaufort, da Gronelândia e Baía de Baffin, que banham o continente americano, e pelos mares da Noruega, Barents, Kara, Laptev, Sibéria Oriental e Chukchi, que banham os continentes europeu e asiático, frequentemente mencionados como mares periféricos (TFO, 2007b).



**Figura 17 – Mares do Ártico**

Fonte: (AP, 2015)

Este Oceano, como já referimos no capítulo anterior, não é navegável na maior parte da sua extensão, devido à superfície de gelo que o cobre amplamente durante vários meses do ano, pelo que as principais rotas marítimas do Ártico se desenvolvem ao longo dos seus mares periféricos (CLAUSONNE, 2007).

Com efeito, existem, nesta região, quatro rotas marítimas principais: as Passagens do Noroeste e Nordeste, a Rota Marítima Transpolar e a Ponte Ártica, que se encontram evidenciadas na figura seguinte.



**Figura 18 – Rotas marítimas do Ártico**

Fonte: (HUMPERT, 2012)

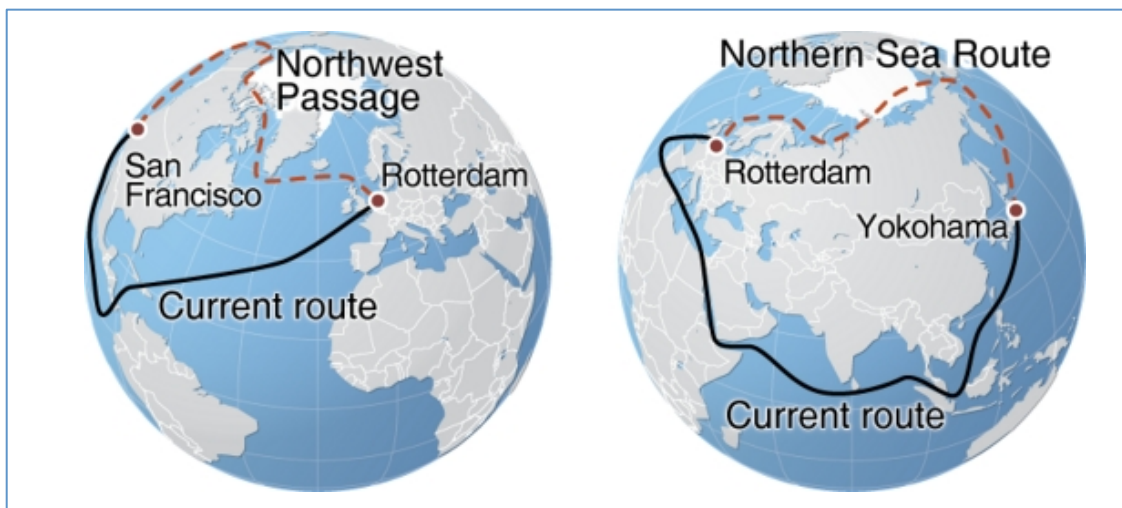
Decorrente dos objectivos desta dissertação revela-se de especial interesse a análise das passagens do noroeste e nordeste<sup>81</sup>, pela notabilidade crescente que têm vindo a ter no sistema internacional, enquanto rotas transárticas, cuja abertura ao tráfego marítimo regular se perspectiva e está na base de divergências entre estados circumpolares, como veremos no capítulo seguinte.

Na base dos interesses dos diversos atores internacionais nestas rotas, encontram-se as inúmeras vantagens que estas conferem à navegação internacional, nomeadamente no encurtamento das distâncias entre os portos europeus e asiáticos e entre a costa leste dos EUA e o Oceano Pacífico (PERRY, 2012).

De facto, no caso da Passagem do Nordeste, estima-se que a redução da distância entre Yokohama, no Japão e Roterdão, na Holanda, relativamente à rota do Suez, seja

<sup>81</sup> Neste capítulo serão apresentados alguns dados acerca destas rotas que serão complementados pelas informações do capítulo 3.3 desta dissertação.

de cerca de 40%, enquanto, no que se refere à Passagem do Noroeste, a distância entre Seattle, nos EUA e Roterdão possa ser encurtada em cerca de 25%.



**Figura 19 – Representação das Rotas do Norte**

Fonte: (GRID-ARENDAL, UNEP , 2012)

	Londres – Yokohama	Nova Iorque – Yokohama	Hamburgo – Vancouver
Panamá	23.000	18.560	17.310
Suez e Malaca	21.200	25.120	29.880
Cabo	32.289	32.639	27.200
Passagem do noroeste	15.930	15.220	14.970
Passagem do nordeste	14.062	18.190	13.770

**Figura 20 – Distâncias (Km) entre portos, em função das rotas**

Fonte: Adaptado de (LASSERRE, 2004, p. 398)

Para além da visível redução significativa das distâncias, estas rotas proporcionam ainda outras mais valias, nomeadamente, a possibilidade de evitar alguns *choke points*, considerados, por diversos motivos, como sendo sensíveis, podendo colocar em causa a segurança da navegação.

Choke points	Embarcações/ Ano	Limitação/Ameaça
Strait of Hormuz	50.000	Irão/ Terrorismo
Suez Canal	17.228	Terrorismo
Strait of Malacca	60.000	Terrorismo/ Pirataria
Panama Canal	14.323	----
Strait Bab el Mandeb	20.000	Terrorismo/ Pirataria

**Figura 21 – Principais *Choke Points* da navegação mundial**

Fonte: Adaptado de (HUMPERT, 2012, p. 296)

Complementarmente, a acessibilidade ao Ártico e à troca de recursos entre estes estados e o restante globo, constituem factores essenciais para o seu desenvolvimento, com repercussões ao nível global. Na imagem seguinte, observam-se as principais atividades científicas e económicas<sup>82</sup> na região, que atestam a relevância que as rotas comerciais detêm, não apenas como pontos alternativos de passagem para atores externos à região, mas também como factores potenciadores do desenvolvimento da economia da região (PERRY, 2012).

<sup>82</sup> Verifica-se efetivamente uma referência considerável à investigação científica, muito ligada à exploração de hidrocarbonetos como já referimos, a importância que o sector das pescas nesta área e ainda a emergência do sector do turismo.

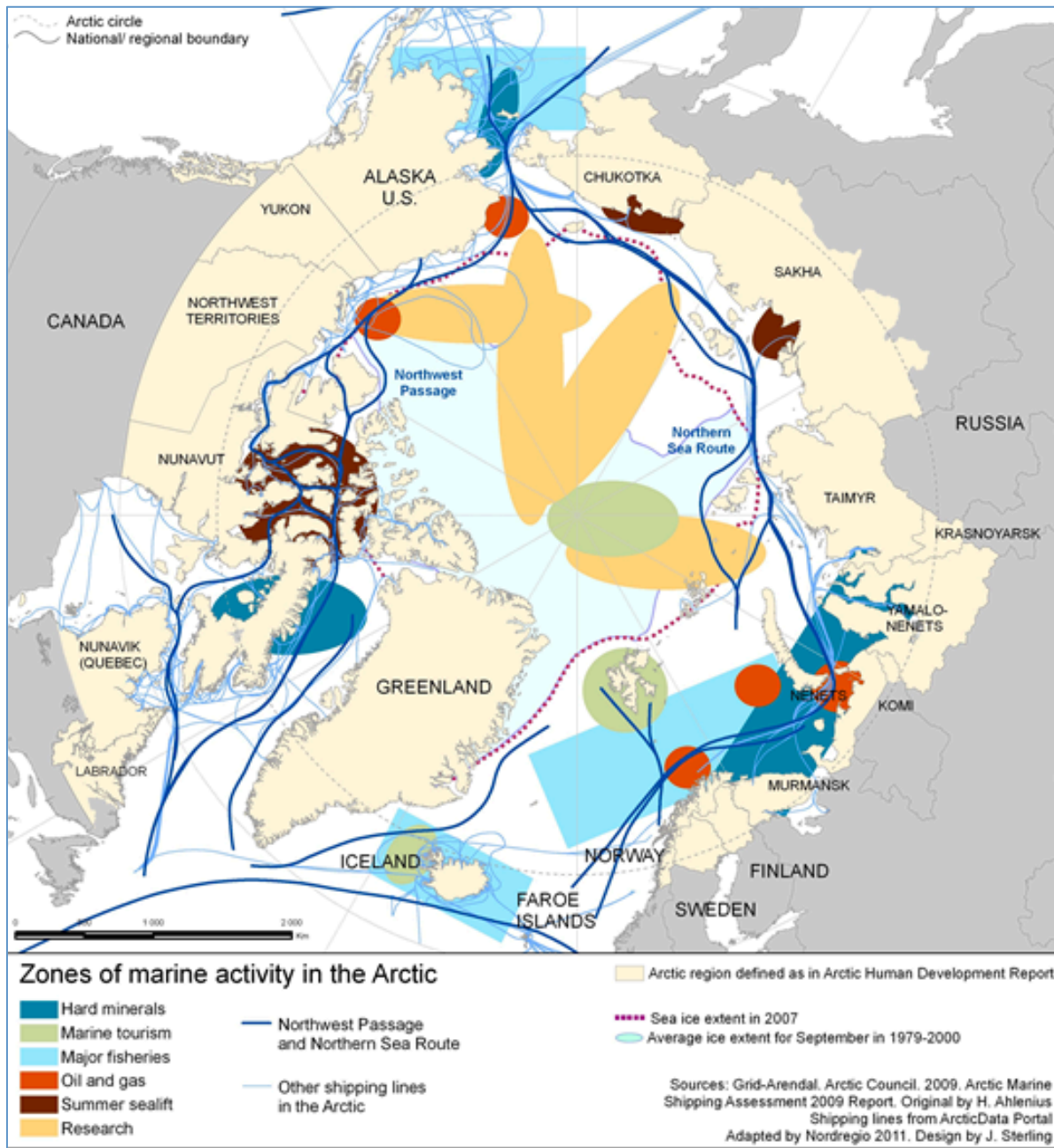


Figura 22 – Atividades Económicas no Ártico

Fonte: (NORDREGIO, 2011)

A Northern Sea Route (NSR), ou Passagem do Nordeste compreende uma série de rotas que se desenvolvem desde Nova Zemlya até ao estreito de Bering, com uma extensão que varia entre 2.200 e 2.900 NM e atravessa os mares de Kara, Laptev,

Sibéria Oriental e Chukchi. A ligação entre o mar de Barents e o mar de Kara é feita através do Estreito de Yugorskiy Shar, não causando especiais dificuldades à navegação, contrariamente ao seu sector Este que, no mar de Laptev está muito condicionado pela passagem através de estreitos (HUMPERT, 2012).

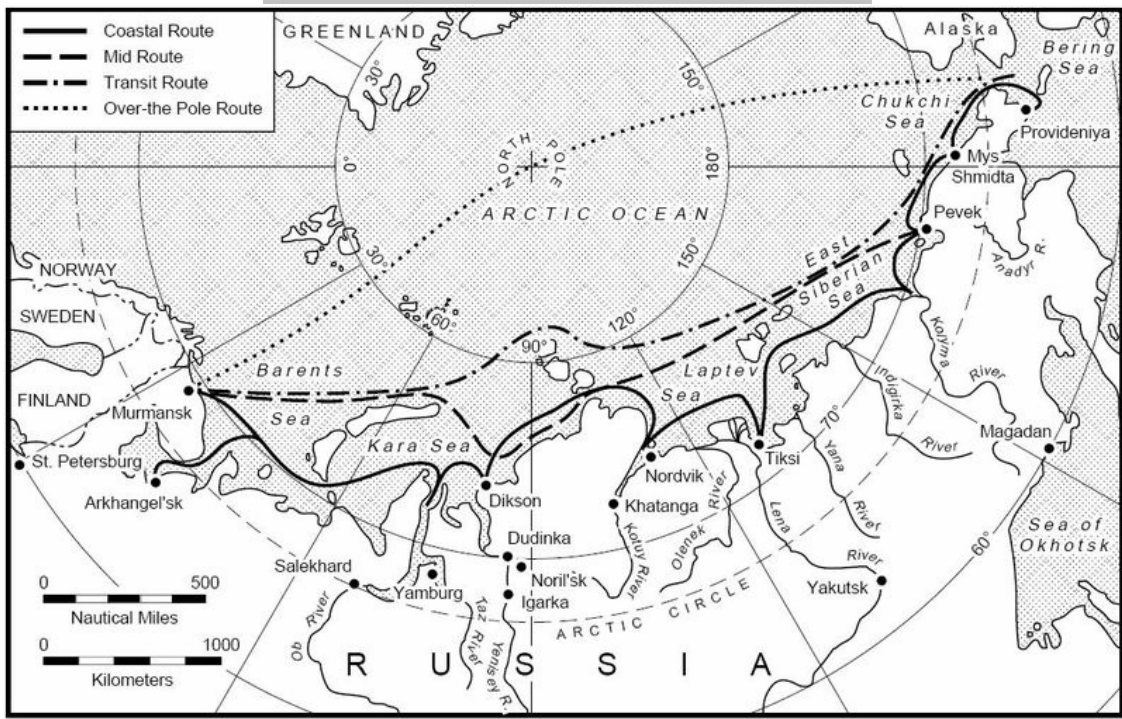


Figura 23 – A Rota do Nordeste

Fonte: (AE, 2008)

A NSR, aberta ao trânsito internacional desde 2009<sup>83</sup> encontra-se, no presente, sob o controlo da Federação Russa, que afirma que esta se desenvolve no seu espaço soberano, compreendendo as águas interiores, o mar territorial, a Zona Adjacente e ZEE (RUSSIAN FEDERATION, 2012), posição contestada pelos EUA, decorrente do interesse em que estes sejam conotados como estreitos internacionais, conferindo, deste modo, o direito de livre passagem internacional (UN, 1982)<sup>84</sup>.

<sup>83</sup> Apesar de Gorbachev ter criado condições que possibilitassem a sua abertura desde o verão de 1991.

<sup>84</sup> Cf. Cap. 3.3 desta dissertação.

Este constitui um tema que, como observaremos mais alargadamente no próximo capítulo, poderá conduzir a uma ação diplomática ou normativa, decorrente do crescente interesse nesta rota por diversos atores internacionais, nomeadamente no seio do Conselho do Ártico ou das Nações Unidas, tendo por base a legislação atualmente aplicável e a intenção dos cinco estados do Ártico de a fazer prevalecer (AC, 2008).

A NSR apresenta, no entanto, grandes limitações ao nível das infraestruturas de apoio à navegação, nomeadamente no que diz respeito a comunicações, sistema de busca e salvamento e monitorização meteorológica (PERRY, 2012).

Esta é de facto uma das preocupações da Rússia, espelhada no seu documento estratégico “*Strategic Program on Arctic development up to 2020*” que define as ações a desenvolver, dando prioridade às infraestruturas de apoio à NSR, nomeadamente no que diz respeito à recuperação dos portos do mar de Kara e no Estreito de Bering (PERRY, 2012) permitindo, respectivamente, um apoio à atividade extrativa e a existência de uma infraestrutura de apoio aos navios da Esquadra do Norte (BARENTS OBSERVER, 2013).

Neste sentido, com vista ao apoio à navegação, a Rússia dispõe, no presente, da maior frota de navios quebra-gelo entre os estados do Ártico, permitindo-lhe operar esta rota e potenciar a sua utilização, nomeadamente pela marinha mercante, e obter financiamento através da cobrança das taxas e serviços.

Observa-se, no presente um crescente interesse pela NSR, que se tem materializado no aumento do número de navios que a percorre (OSTRENG, 2012)<sup>85</sup>, representando, porém, valores ainda muito reduzidos. Estima-se, portanto, que a melhoria das condições de navegação possa contribuir para aumentar estes números, refletindo-se no desenvolvimento das regiões mais setentrionais da Rússia, seja através do abastecimento das populações, seja da exportação dos seus bens (GUDEV, 2013 apud FERRÃO, 2014).

---

<sup>85</sup> De dois navios em 2009, seis em 2010, 34 em 2011 e 46 em 2012.

No que diz respeito à Passagem do Noroeste, com uma extensão de aproximadamente 2800 NM, engloba um conjunto de rotas marítimas entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, que se desenvolvem através dos estreitos do Arquipélago Ártico Canadiano, o estreito de Davis e a Bacia de Baffin a Este, e o Mar de Beaufort e o Estreito de Bering a Oeste, como se encontra representado na figura seguinte.

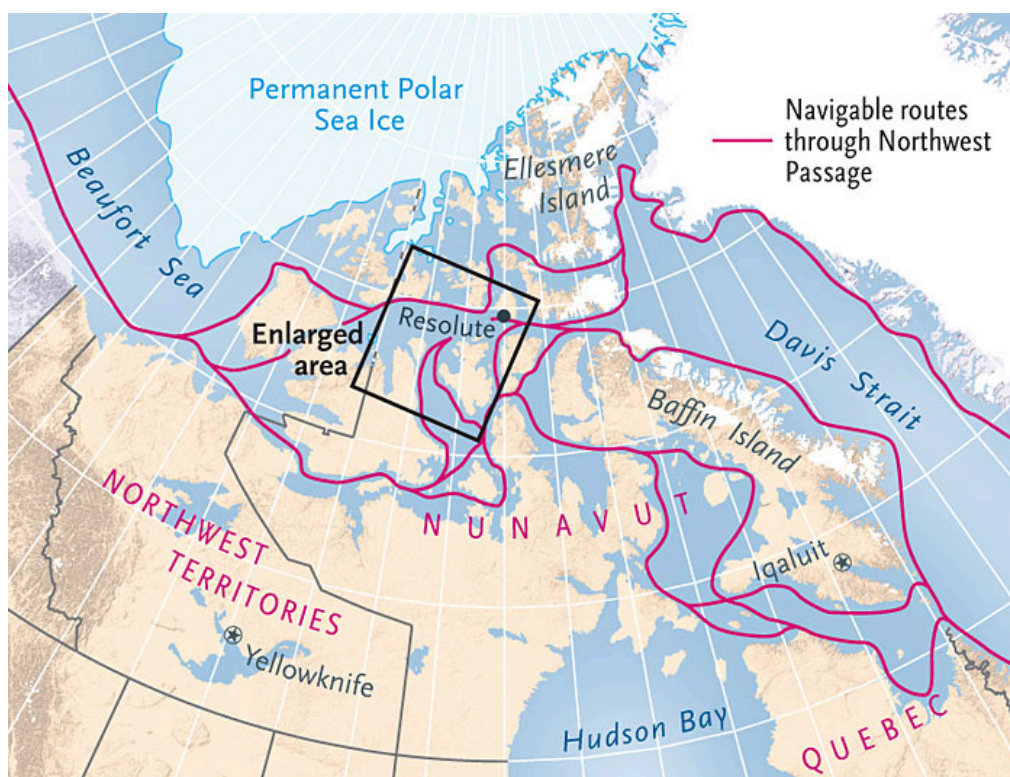


Figura 24 – A Rota do Noroeste

Fonte: (CG, 2012)

Os estreitos que atravessa, na sua maioria com largura e profundidade reduzidas, associados ao seu histórico de bloqueio pelo gelo de vários anos, constituem um dos principais condicionamentos à navegação, podendo-se mesmo falar da existência de vários *choke points* ao longo desta passagem (FERRÃO, 2014).

Nesta área, à semelhança da posição da Federação Russa relativamente à NSR, o Canadá argumenta que as águas do Arquipélago Ártico são soberanamente suas, pelo que não lhes reconhece a designação de estreitos internacionais ou o direito de livre

passagem em trânsito<sup>86</sup>.

À semelhança da NSR, esta passagem não é igualmente muito transitada. Servindo fundamentalmente o comércio regional, que apresenta uma dimensão reduzida, no ano de 2012 registou apenas 22 viagens, num total de 100 dias navegáveis. Churchill, o principal porto de destino, através do qual são depois exportados os cereais canadianos, conta com um período de navegação que tem uma duração média de 60 dias, regista cerca de 14 a 15 viagens anuais, destinadas, fundamentalmente, ao escoamento de produtos locais. Por sua vez, no que diz respeito à navegação através do Ártico, os valores são ainda mais reduzidos, registando-se apenas 182 travessias, entre 1903 e 2004, o que totaliza uma média de 1,7 viagens anuais (OSTRENG, 2012).

As significativas limitações desta rota, como a falta de portos de abrigo ao longo da costa e do arquipélago, a falta de comunicações e as lacunas no sistema de busca e salvamento<sup>87</sup> parecem estar na origem desta falta de afluência (OSTRENG, 2012).

Paralelamente, as limitações dos seguros colocadas pelas seguradoras, a par da escassez de formação em navegação em águas com gelo e das imprecisas previsões relativas ao gelo que flutua no mar, em parte, por falta de compreensão exata das relações estabelecidas entre os oceanos polares e a atmosfera, bem como pelas complexas interações que surgem a partir dos processos globais, regionais e locais, são factores dissuasores na navegação nestas latitudes (TITLEY & JOHN, 2010).

Com efeito, o entusiasmo em torno destas passagens é contrabalançado pelo ceticismo provocado pelos avultados investimentos necessários à sua efetiva navegabilidade e a falta de consenso em torno da ideia de que esta possa vir a tornar-se uma rota segura, confiável e livre de gelo (TITLEY & JOHN, 2010).

De facto, as opiniões divergem quanto à viabilidade económica destas rotas, uma vez que a poupança de combustível que parece ser possível obter é contrapesada pela

---

<sup>86</sup> Cf. Cap. 3.3 desta dissertação.

<sup>87</sup> Em relação a este ponto tem-se assistido a uma crescente preocupação, materializada numa aposta crescente nas questões de busca e salvamento no Ártico expressas no “Arctic Search and Rescue Agreement” em 2011 – Cf. Anexo I desta dissertação.

reduzida velocidade de navegação, investimentos necessários à criação de infraestruturas de apoio e de reforço dos cascos dos navios, pelos custos das escoltas por navios quebra-gelo e taxas cobradas (LEAL, 2014b).

O transporte marítimo tem, assim, merecido a aposta dos Estados ribeirinhos, mas também de outros atores exteriores à região, pois todos poderão usufruir dos benefícios percebidos, decorrentes das reduções drásticas de distância.

Dispondo de outros meios de comunicação, a prioridade estratégica da Rússia, a título de exemplo, tem sido conferida ao transporte marítimo, reforçando a esquadra de navios quebra-gelo para dinamizarem a Passagem do Nordeste, ao mesmo tempo que incrementa a exploração dos recursos naturais da região (RUSSIAN FEDERATION, 2009).

A Sovcomflot<sup>88</sup> é o reflexo desta aposta assumindo-se cada vez mais como referência mundial no transporte de hidrocarbonetos em ambientes extremos, mas também como instrumento da estratégia russa na NSR (SCF, 2015).

Neste sentido, observa-se, na sequência do que foi evidenciado anteriormente, que os estados circumpolares com vista à defesa dos seus interesses, procuram crescentemente alargar o seu território de influência e exercer direitos de exploração de recursos (energéticos) no Ártico.

Conjugadamente com o fator energético o domínio do fator circulação traduz-se num desafio à escala global. Com efeito, desenvolver as rotas de circulação “poderia revitalizar as regiões árticas, desenvolver a indústria naval e contornar áreas politicamente instáveis, reduzindo custos e emissões de carbono. Mas o projeto depende de grandes investimentos, melhores regulamentos e vontade política” (BERGO, 2014).

---

<sup>88</sup> Empresa estatal russa de transporte marítimo especializada no transporte de petróleo e de gás natural líquido.

### 3.3 UNCLOS e as Fronteiras no Ártico

O desenvolvimento das vias de comunicação marítimas do Ártico apresenta-se como uma questão de grande relevo para a comunidade internacional, na medida em que permite o desenvolvimento do comércio entre estados, o apoio logístico à exploração de recursos e o acesso a regiões isoladas, nomeadamente na Sibéria e norte do Canadá (MARCELINO, et al., 2007).

Neste sentido, observa-se não ser do interesse de nenhum dos atores internacionais a persistência de conflitos que possam comprometer este proveito. No entanto, a região do Ártico é, no presente, alvo de diversas contendas jurídicas, decorrentes das diferentes aceções por parte dos estados, relativamente ao estatuto que deve ser adoptado na classificação dos mares e na delimitação das suas zonas de soberania nesta área.

Para uma compreensão dos fundamentos que justificam as referidas contendas, torna-se, assim, imperativa a análise do contexto em que estas se desenrolam, tendo por base o quadro legal atualmente em vigor.

Historicamente, a gestão dos oceanos encontrava-se, até ao século XX, sujeita à doutrina *mare liberum* (mar livre) formulada no século XVII por Hugo Grotius, que, fundamentalmente, limitava os direitos e a jurisdição dos estados sobre os oceanos a uma estreita faixa costeira, não conferindo nenhum estatuto de pertença à restante área marítima, situada para além destes domínios (GROTIUS, 1916).

Com o início do século XX, na sequência de uma série de fatores que se iam conjugando – nomeadamente o aumento das reivindicações territoriais por parte dos estados, os riscos associados à poluição, a competição por recursos valiosos em águas costeiras e mares adjacentes e o aumento da presença e pressões por parte de potências marítimas na navegação de longo curso - o espaço marítimo (no qual se inclui o Ártico), transformava-se progressivamente numa área de potencial conflito e instabilidade (UN, 1998), surgindo a necessidade de conceber um quadro legal que

regulasse os novos desafios que se almejavam.

Com efeito, a primeira proposta de definição dos contornos do território do Ártico surge em 1907 por parte do Supremo Tribunal do Canadá<sup>89</sup>, que propunha uma divisão do Oceano Ártico em sectores, centrados no Pólo Norte, limitados lateralmente pelos meridianos que cruzam os limites da linha de costa dos estados e que se estendiam até ao litoral dos mesmos (CANADIAN SENATE, 1907). Esta formulação foi, no entanto, recusada pelos estados da Noruega, Dinamarca e USA<sup>90</sup>, uma vez que a URSS ficaria claramente beneficiada, arrecadando um sector de cerca de 160 graus de amplitude nesta região (CLAUSONNE, 2007).

Face à intenção de diversos estados de alargar as suas áreas de domínio oceânico, amplificando as suas zonas de exploração de recursos minerais, piscatórios e obtendo meios mais eficazes de controlo da poluição, a Sociedade das Nações<sup>91</sup> convocou em 1930 uma conferência em Haia, com vista à resolução destas novas exigências, não tendo, porém, resultado qualquer acordo normativo (LEAGUE OF NATIONS, 1930).

Na ausência de uma doutrina normativa clara, baseando-se em princípios de direito internacional consuetudinário, em 1945 o Presidente Harry S. Truman, demonstrando a preocupação com a salvaguarda dos interesses dos USA, alargou o seu controlo a todos os recursos naturais da plataforma continental americana (TRUMAN, 1945), evento que foi seguido pela adopção de medidas semelhantes por diversos países<sup>92</sup> (UN, 1998).

Em meados do século XX observava-se, assim, um considerável aumento das inquietações relacionadas com a intensificação da exploração de recursos por frotas de pesca de longo alcance e a ameaça de poluição causada pelos resíduos de navios de transporte e petroleiros em rotas marítimas, assistindo-se, conseqüentemente, a um impulso significativo nas reivindicações por parte dos estados, um pouco por todo o

---

<sup>89</sup> Posição reafirmada em 1926 pela URSS.

<sup>90</sup> O Canadá reviu esta posição em 1956.

<sup>91</sup> League of Nations – sociedade precursora da ONU.

<sup>92</sup> Entre 1946 e 1950, Chile, Peru e Equador alargaram os seus direitos de exploração até à distância de 200 milhas náuticas (370 quilómetros), enquanto diversas outras nações estenderam os seus mares territoriais para 12 milhas náuticas (22 km).

globo (UN, 1998). A corrida à exploração de recursos *offshore*, por parte das potências marítimas, traduziria assim a crescente competição para afirmar a sua presença no mundo, através do poder económico.

A criação de um quadro jurídico internacional, tornava-se, deste modo, uma necessidade imperiosa. Com efeito, o primeiro quadro legal aplicável à região do Ártico surge em 1958 com a aprovação das Convenções de Genebra sobre o Direito do Mar (CGDM)<sup>93</sup>. Ficavam portanto fixadas as primeiras disposições acerca das diferentes zonas marítimas, que seriam sujeitas a normas jurídicas específicas, definidos os conceitos de «águas interiores», «mar territorial», «zona contígua» (UN, 1958a), «plataforma continental» (UN, 1958d) e «alto mar» (UN, 1958b), bem como estabelecido um regime normativo acerca das pescas e conservação de organismos vivos em alto mar (UN, 1958c) deixando, porém, em aberto, a questão importante da extensão do mar territorial<sup>94</sup> (UN, 1998).

Na sequência das limitações da CGDM face às novas exigências levantadas (PARDO, 1967), foi reunida a terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM III)<sup>95</sup>, tendo desta resultado a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar<sup>96</sup> (UNCLOS), “possivelmente, o instrumento jurídico mais importante deste século”, como o Secretário-Geral das Nações Unidas o descreveu depois da sua assinatura” (UN, 1998), acordando um conjunto significativo de regras aplicáveis ao domínio oceânico.

---

<sup>93</sup> Em 1956, a Organização das Nações Unidas realizou a sua primeira Conferência sobre o Direito do Mar (CNUDM I) em Genebra, na Suíça, da qual resultaram quatro tratados celebrados em 1958: Convenção sobre o Mar Territorial e Zona Contígua, entrada em vigor: 10 de setembro de 1964; Convenção sobre a Plataforma Continental, entrada em vigor: 10 de junho de 1964; Convenção sobre o Alto Mar, entrada em vigor: 30 de setembro de 1962 e Convenção sobre a Pesca e Conservação dos Recursos Vivos do Alto Mar, entrada em vigor: 20 de março de 1966.

<sup>94</sup> A questão da reivindicação das águas territoriais foi primeiramente levantada na ONU em 1967 por Arvid Pardo, de Malta.

<sup>95</sup> A terceira Conferência decorreu entre os anos de 1973 e 1982 – ano da publicação da ata final. A Convenção entrou em vigor, de acordo com o seu artigo 308, em 16 de novembro de 1994. Portugal ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em 14 de outubro de 1997, data em que foi publicada em Diário da República.

<sup>96</sup> Também chamada de Lei da Convenção do Mar ou a Lei do Tratado do Mar.

Hoje, é o regime globalmente reconhecido como quadro legal de referência em assuntos relativos ao direito do mar. A Convenção<sup>97</sup>, com um total de 320 artigos e nove anexos, face ao quadro legal anterior, permitiu formalizar os direitos de navegação, os limites das águas territoriais, a competência económica dos estados, o estatuto jurídico dos recursos no fundo do mar, situados além dos limites da jurisdição nacional e legislar a passagem de navios através de estreitos internacionais (UN, 1982).

Incorporando conjuntamente princípios de conservação ambiental, estabeleceu ainda um quadro legal para a preservação e gestão dos recursos marinhos vivos, para a proteção do ambiente aquático e um regulamento de investigação marinha (UN, 1982). Entre os aspetos mais importantes desta Convenção, funda-se ainda uma posição inovadora, que consistiu na formulação de um procedimento obrigatório para a resolução de litígios entre estados, contando, para além da jurisdição nacional, com a criação da International Seabed Authority<sup>98</sup> (ISA, 1982) e com o Princípio de Património Comum da Humanidade.

A tabela seguinte sintetiza alguns dos conceitos-chave definidos pela UNCLOS e que se encontram diretamente envolvidos nas dinâmicas de competição por territórios na região do Ártico. Com efeito, importa esclarecê-los antes de prosseguir com a análise das disputas que aí decorrem, de forma a melhor compreender os seus fundamentos.

---

<sup>97</sup> A partir de janeiro de 2015, 166 países e a União Europeia juntaram-se na Convenção. Portugal ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em 14 de Outubro de 1997, data em que foi publicada em Diário da República.

<sup>98</sup> A Autoridade Internacional sobre o Fundo do Mar (ISA) é a organização por meio da qual os Estados Partes da Convenção devem, de acordo com o regime estabelecido para o fundo do mar, fundo do oceano e do seu subsolo além dos limites da jurisdição nacional, organizar as atividades de controlo na área, nomeadamente com vista à gestão dos recursos da mesma.

<b>ÁGUAS INTERIORES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As águas situadas no interior da linha de base do mar territorial fazem parte das águas interiores do Estado.</li> <li>- Direito de passagem inofensiva, de forma contínua e expedita (excepto se publicado o contrário)</li> </ul>
<b>MAR TERRITORIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Até ao limite das 12 NM a partir da linha de base, os estados têm soberania.</li> <li>- Direito de passagem inofensiva, de forma contínua e expedita (excepto se publicado o contrário)</li> </ul>
<b>ZONA CONTÍGUA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Zona contígua ao mar territorial, até ao limite das 24 NM a partir das linhas de base usadas para a medição do mar territorial.</li> <li>- Direito de tomar medidas legais que impeçam infrações de regulamentos no seu território ou mar territorial.</li> </ul>
<b>ÁGUAS ARQUIPELÁGICAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Delimitadas pelas linhas de base arquipelágicas, que unem os pontos extremos das ilhas mais exteriores e dos recifes emergentes do arquipélago.</li> <li>- Soberania do Estado estende-se às águas arquipelágicas, independentemente da sua profundidade ou distância à costa.</li> <li>- O Estado ribeirinho pode traçar linhas de fecho para a delimitação de águas interiores. Os navios têm direito a navegar em águas arquipelágicas, através de rotas marítimas que o Estado arquipelágico possa designar.</li> </ul>
<b>ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA (ZEE)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Zona Situada além do mar territorial, adjacente a este, até ao limite das 200NM medidas a partir das linhas de base sujeita a um regime jurídico específico.</li> <li>- Estado detém direitos de soberania específicos para atividades de exploração e aproveitamento da zona para fins económicos (pescas, exploração do subsolo, produção de energia a partir das águas ou ventos,...)</li> <li>- Navios possuem o direito de passagem em trânsito (fins exclusivamente de trânsito contínuo e célere).</li> </ul>
<b>PLATAFORMA CONTINENTAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreende o leito e subsolo das águas submarinas que se estendem além do mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental ou à distância de 200NM a partir das linhas base (caso o primeiro não atinja essa distância)</li> <li>- Os direitos que o Estado detém sobre a sua PC não se extinguem em caso de não exploração da mesma, nem poderão ser usurpados por outros, sem claro consentimento do primeiro.</li> <li>- Poderá ser alargada a sua extensão, até um limite de 350NM, sob submissão fundamentada e aprovação da Comissão de Limites da Plataforma continental CLPC.</li> </ul>
<b>ESTREITOS INTERNACIONAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Navios possuem o direito de passagem em trânsito (fins exclusivamente de trânsito contínuo e célere).</li> <li>- Sujeição às leis e regulamentos formulados pelos estados ribeirinhos. Não poderão ser discriminatórias em relação à nacionalidade dos navios, nem poderão negar, dificultar ou impedir o direito de passagem em trânsito.</li> <li>- Outros direitos (pescas, embarque/desembarque de produtos/moedas/pessoas, ...) poderão ser sujeitos a condicionamentos legislativos por parte dos estados ribeirinhos.</li> </ul>

**Tabela A-1 – Disposições da UNCLOS relacionadas com as disputas do Ártico**

Fonte: (Adaptado de: UN, 1982)

A Convenção revela-se, assim, uma tentativa sem precedentes por parte da comunidade internacional de regular todos os aspectos relacionados com os recursos e delimitações do mar, trazendo assim uma nova ordem estável à própria fonte de vida da humanidade<sup>99</sup> (UN, 1982).

Muitas das questões de disputa territorial a que se tem assistido ao longo dos últimos anos<sup>100</sup> na região do Ártico fundamentam-se, nas diferentes interpretações que os atores circumpolares fazem da UNCLOS, de acordo com os interesses estratégicos que possuem ou na coincidência de conveniências por mais do que um Estado relativamente a uma mesma área geográfica (UN, 2014).

Com efeito, na imagem seguinte apresenta-se um mapa geopolítico da região, em que são evidenciadas as zonas sob jurisdição de cada um dos estados circumpolares, as zonas não reivindicadas e as áreas sob reivindicação por diversos estados, com base na referida Convenção.

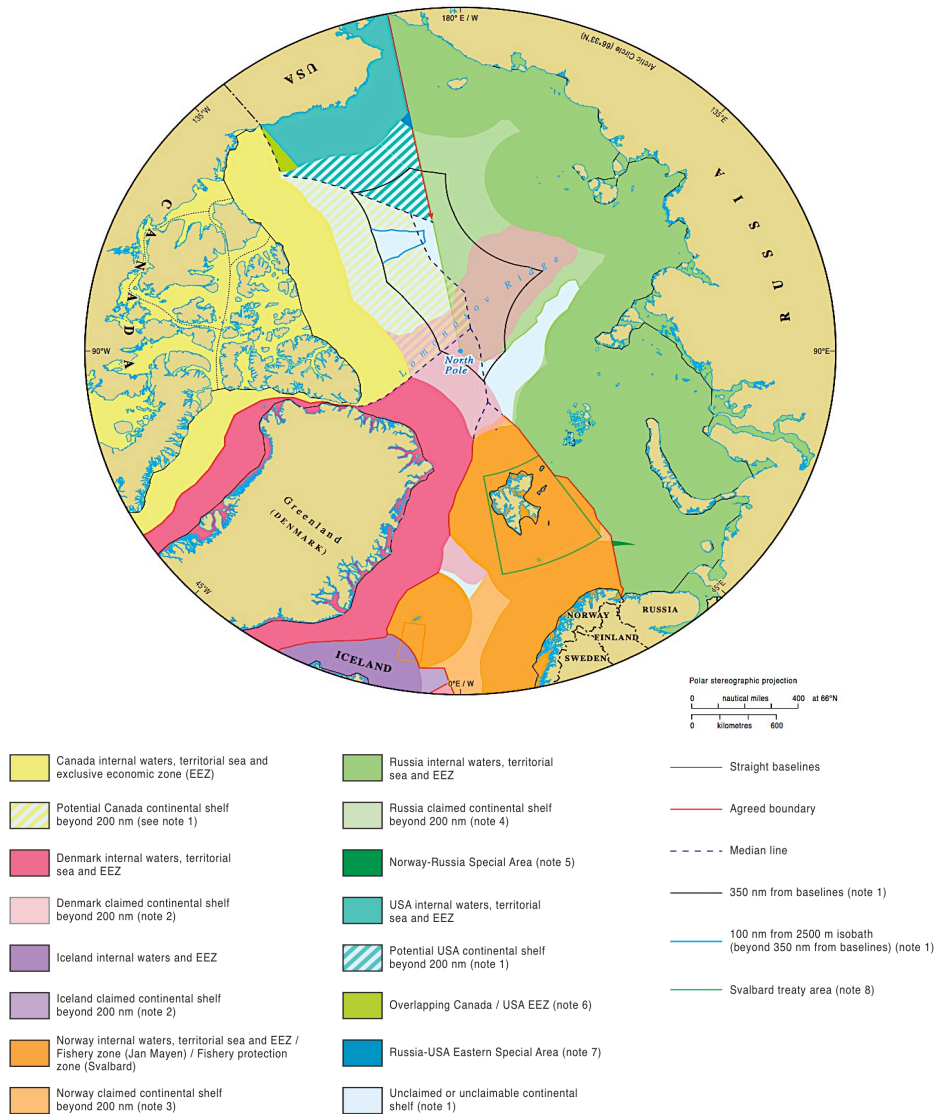
Encontram-se ainda ilustradas as delimitações oceânicas correspondentes às PC de cada um dos estados representados, bem como as referidas áreas de reivindicação (ou potencial reivindicação) (DURHAM UNIVERSITY, 2014), além das 200 milhas, correspondes aos estados do Canadá, Dinamarca, Noruega, Rússia, EUA e da Islândia.

Neste sentido, tendo como base a representação geopolítica que se segue e a base legal (UNCLOS) aplicável a cada situação, analisar-se-ão algumas das contendas entre os estados supra referidos da região do Ártico.

---

<sup>99</sup> A água é referida, tradicionalmente, como a fonte de vida do Homem. Neste caso, o potencial exploratório dos espaços marítimo e marinho (fatores recursos e circulação) constitui uma metáfora a essa referência.

<sup>100</sup> Cf. Anexo H desta dissertação - Acordos sobre os Limites Marítimos nos Ártico.



**Figura 25 – Fronteiras e Zonas de Soberania no Ártico**

Fonte: (DURHAM UNIVERSITY, 2014)

### 3.3.1 Mar de Beaufort

O Mar de Beaufort, situado a norte dos Territórios do Noroeste do Canadá, Yukon<sup>101</sup> e do Alasca, é palco de uma das disputas entre Canadá e USA nesta região. Como ilustrado na representação anterior, existe uma zona de sobreposição das ZEE do Canadá e USA, que se deve à falta de concordância quanto à definição da fronteira

<sup>101</sup> Território pertencente ao Canadá.

entre estes dois estados (DURHAM UNIVERSITY, 2014). Desta divergência resulta uma superfície marítima, de forma triangular, na qual não estão definidos objetivamente os direitos de soberania (PERRY, 2012).



**Figura 26 – Fronteira entre USA e Canadá no Mar de Beaufort**

Fonte: (AE, 2009)

Com efeito, o Canadá argumenta que a fronteira marítima no mar de Beaufort foi delimitada no Tratado de 1825 entre a Grã-Bretanha e a Rússia, definindo a fronteira entre o Alasca e o Yukon, seguindo os 141 ° W meridiano, até ao limite do oceano gelado (GREAT BRITAIN, RUSSIA, 1825). Os EUA, por sua vez, não reconhecendo as disposições deste Tratado, argumentam que nenhuma fronteira marítima se encontra definida por enquanto e que a delimitação deverá seguir a linha média entre as duas costas. Face à falta de conformidade entre os argumentos de ambos, verifica-se a existência de uma área de sobreposição entre as ZEE dos dois estados, com uma extensão superior a 7.000 NM<sup>2</sup> (DURHAM UNIVERSITY, 2014).

Na gênese da disputa parecem estar os direitos de exploração dos recursos energéticos nesta área, que se estima serem avultados, especialmente no que se refere a reservas de hidrocarbonetos (USGS, 2008). Neste sentido, pressagia-se que este

debate seja de célere resolução, na medida em que a exploração do potencial desta área estará dependente da existência de concórdia entre os dois estados.

Os primeiros passos no sentido da cooperação começaram já a ser dados, tendo decorrido em Agosto de 2010 uma reunião, por iniciativa do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, da qual resultou a decisão de ser realizada uma missão científica conjunta, com o objetivo de recolher dados que permitam chegar a um acordo consensual acerca da fixação desta fronteira, decorrendo até ao presente os trabalhos cooperantes (CIA, 2014).

### **3.3.2 Arquipélago de Svalbard**

Um outro ponto de conflito de interesses na região do Ártico situa-se em volta do arquipélago de Svalbard. De acordo com o Tratado assinado em Fevereiro de 1920<sup>102</sup>, a Noruega detém a soberania sobre o arquipélago de Svalbard e todas as ilhas entre as latitudes 74° e 81° norte e longitude 10° e 35° este (GOVERNMENT OF THE FRENCH REPUBLIC, 1920).

Não obstante, os cidadãos e as empresas de todas as nações do Tratado têm o mesmo direito de acesso e de residência em Svalbard, nomeadamente os direitos de pescar, caçar ou realizar qualquer tipo de atividade marítima, industrial, mineira ou comercial são concedidos em igualdade de condições. Toda a atividade neste arquipélago encontrar-se-ia, porém, sujeita à legislação adoptada pelas autoridades norueguesas, sendo ainda requerido à Noruega a proteção do ambiente natural de Svalbard e a garantia de que não existiriam fortalezas ou bases navais aí estabelecidas (GOVERNMENT OF THE FRENCH REPUBLIC, 1920).

A disputa em torno de Svalbard centra-se na sua PC e refere-se ao estatuto das águas

---

<sup>102</sup> Tratado assinado entre a Noruega, USA, Dinamarca, França, Itália, Japão, Holanda, Grã Bretanha, Irlanda e Suécia, que concedeu à Noruega a soberania do arquipélago de Svalbard, na altura Spitsbergen, com entrada em vigor em 14 de Agosto de 1925.

que rodeiam este arquipélago, onde existem importantes reservas de hidrocarbonetos (PERRY, et al., 2012). No centro da controvérsia está a ambiguidade das interpretações do Tratado suprarreferido. Com efeito, à data da sua assinatura, os estados signatários detinham legalmente o direito exclusivo aos recursos situados nas suas águas territoriais numa faixa costeira de 3 NM (GOVERNMENT OF THE FRENCH REPUBLIC, 1920).

No entanto, as divergências dizem respeito à aplicabilidade desta legislação na definição das PC e ZEE. A Noruega argumentando que o arquipélago não possui PC própria, sendo parte integrante da sua<sup>103</sup>, estabeleceu em 1977 uma Zona de Proteção de Pesca em torno do Arquipélago (NMFA, 2005), definindo zonas marítimas com a configuração definida, como se observa na figura seguinte.



Figura 27 – Disputa Territorial no Arquipélago de Svalbard

Fonte: (RAAEN, 2008, p. 55)

<sup>103</sup> Cujas delimitações geográficas foram aprovadas pela CLPC, considerando por isso sustentadas as suas pretensões.

Os estados signatários, acolhendo a legislação norueguesa relacionada com as atividades piscatórias, obtiveram assim o direito de pesca até às 200 milhas náuticas, com exceção da Rússia, cuja indústria pesqueira depende em grande escala dos recursos existentes naquela região, com cerca de 25% das capturas. Como consequência, as tensões entre os dois estados nesta região tem-se manifestado através da crescente detecção de atividades piscatórias ilegais levadas a cabo por barcos russos (PERRY, 2012). No entanto, têm vindo a ser desenvolvidas, paralelamente, relações de cooperação de que são exemplo os acordos assinados entre a Noruega e a Rússia sobre quotas de pesca (JNRF, 2012).

Na prática estará subjacente a esta divergência, mais do que o acesso a recursos piscatórios, que já se encontra regulamentado, a exploração das reservas de hidrocarbonetos que se encontram no fundo do mar (USGS, 2009a), tornando-se assim possível que outros países signatários da Convenção continuem a combater as pretensões da Noruega, procurando aceder aos recursos ali localizados. Contudo, a potencial exploração dos recursos existentes no fundo do mar poderá, à semelhança do cenário existente no Mar de Beaufort, suscitar um amenizar dos diferendos com os restantes signatários do Tratado, evoluindo para uma relação de acomodação (FERRÃO, 2014), através de um método equitativo de partilha, não se antevendo o recurso à metodologia coerciva.

### **3.3.3 Ilha de Jan Mayen**

Na estreita faixa do Mar que separa a Ilha de Jan Mayen (Noruega) da Dinamarca, onde se situaria a delimitação das ZEE dos dois estados, divergem opiniões e sobrepõem-se os interesses destes dois estados.

A plataforma continental de fronteira em si está localizada a 200 NM da costa da Gronelândia, mas a uma distância inferior a 100 NM da Ilha de Jan Mayen, o que reflete

a discrepância significativa entre os comprimentos das frentes costeiras<sup>104</sup>.

O Recurso ao Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), em 1993, com vista à resolução desta discórdia relativa à delimitação da PC, deliberou que ambos os estados deveriam acordar como fronteira uma linha entre a linha mediana e a das 200 milhas náuticas, medida a partir da linha de base da costa da Gronelândia (ICJ, 1993), como se encontra espelhado na imagem seguinte.

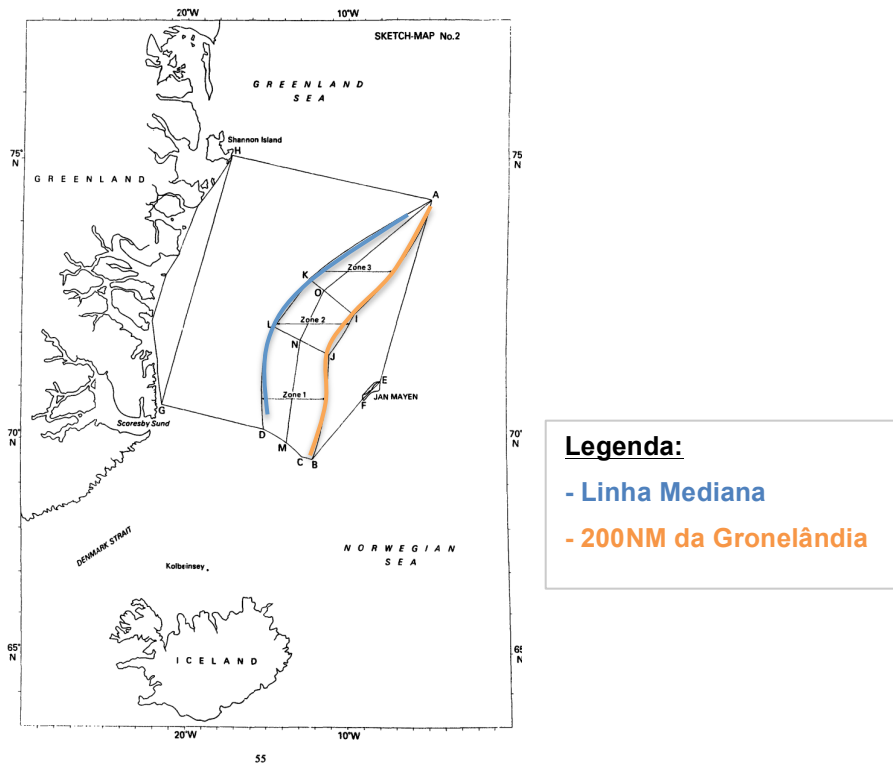


Figura 28 – Resolução do TIJ relativa à Ilha de Jan Mayen

Fonte: (ICJ, 1993, p. 80)

Neste acórdão do TIJ foi igualmente sugerida, como se encontra ilustrado, a divisão em três partes da linha mediana e da das 200 milhas, de forma a assegurar um acesso equitativo aos recursos piscícolas nesta área (ICJ, 1993), recomendação que não foi aceite pelo Estado da Noruega.

<sup>104</sup> A discrepância seria superior a uma razão de 18:1, a favor da Gronelândia.

No sentido de solucionar esta questão, foi criado pelos dois estados um acordo de conciliação que criou uma zona de desenvolvimento conjunto. Deste modo, encontra-se provisoriamente em vigor entre os dois estados um acordo que regula a gestão dos recursos piscícolas (UN, 1995) ficando, no entanto, por definir as delimitações das suas ZEE.

Com efeito, não se vislumbram relações conflituosas decorrentes desta disputa, face ao acordo que vigora entre os estados, como referido anteriormente e aos esforços de resolução diplomática das questões em aberto, materializados através de procedimentos conduzidos no âmbito da UNCLOS (UN, 1995).

### 3.3.4 Ilha de Hans

A Ilha de Hans, pequena porção de terra desabitada, com apenas 1,3 km<sup>2</sup>, situa-se no estreito de Nares, que faz a ligação entre a Baía de Baffin com o Mar de Lincoln, separando a Ilha de Elsmere (Canadá) da Gronelândia. A disputa em relação a esta ilha, a única referente a uma superfície terrestre, subsiste há mais de quarenta anos entre o Estado do Canadá e o Reino da Dinamarca (FERRÃO, 2014).

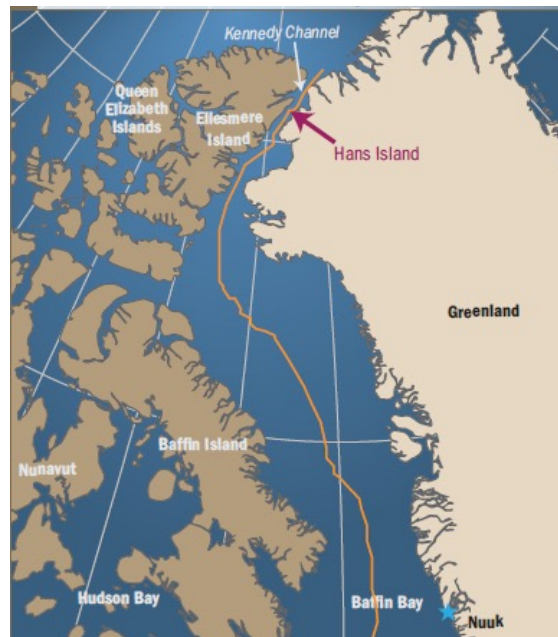


Figura 29 – Fronteira entre o Canadá e a Dinamarca – Ilha de Hans

Fonte: (PERRY, 2012, p. 96)

A delimitação da fronteira marítima entre o Canadá e a Dinamarca no estreito de Nares ficou fixada em 1973, com a assinatura do Tratado que definiu a sua localização na linha mediana entre as duas costas<sup>105</sup> (UN, 1973) tendo, porém, ficado em aberto a delimitação da fronteira marítima com uma extensão de 1,2 km à volta da Ilha, bem como a sua própria soberania.

Contrariamente às reivindicações anteriormente referidas, a disputa pela soberania da Ilha de Hans tem sido pautada por momentos de diálogo, a par de alguma tensão diplomática, nomeadamente provocada pelo movimento de meios militares na região, por declarações públicas de afirmação de soberania por parte dos estados (KILLABY, 2006b; CONN, 2014) ou através de campanhas de propaganda contra o Estado rival<sup>106</sup> (FHI, 2015).

Face ao exposto, poderão estar implícitos (FERRÃO, 2014) a esta disputa territorial interesses relacionados, novamente, com as reservas de recursos minerais e hidrocarbonetos existentes na região (USGS, 2009a) ou interesses estratégicos decorrentes da abertura da Passagem do Noroeste à navegação internacional e necessidade de afirmação nacional, facilitada pelo controlo que o posicionamento favorável da ilha proporciona.

Em face dos eventos<sup>107</sup> que se têm observado nos últimos anos (CBC NEWS, 2012; MERTL, 2012; DAWSON, 2013) e considerando o histórico de cooperação entre ambos os estados na região do Ártico, a resolução desta disputa passará, presumivelmente, por um equilíbrio entre o respeito pela soberania e a regulação do acesso a eventuais recursos.

---

<sup>105</sup> As questões relacionadas com o regime das águas e com tráfego marítimo também se encontram contempladas neste acordo.

<sup>106</sup> O site e estação de rádio "*Free Hans Island*" serve de propaganda contra a soberania do Canadá nesta região.

<sup>107</sup> Já em 2012 a Dinamarca confirmou que continuavam a ser desenvolvidas negociações diplomáticas, mas que estavam condicionadas por questões técnicas e que ainda demorariam algum tempo a resolver. Assistiu-se ainda à suspensão de exercícios militares nesta Ilha por parte do Canadá em 2013 e as declarações que espelham a intenção de cooperação diplomática por parte dos estados.

### 3.3.5 Mar de Lincoln

Face à disparidade de perspectivas quanto à delimitação das suas ZEE, o Canadá e a Dinamarca disputam no mar de Lincoln duas porções coincidentes de PC:

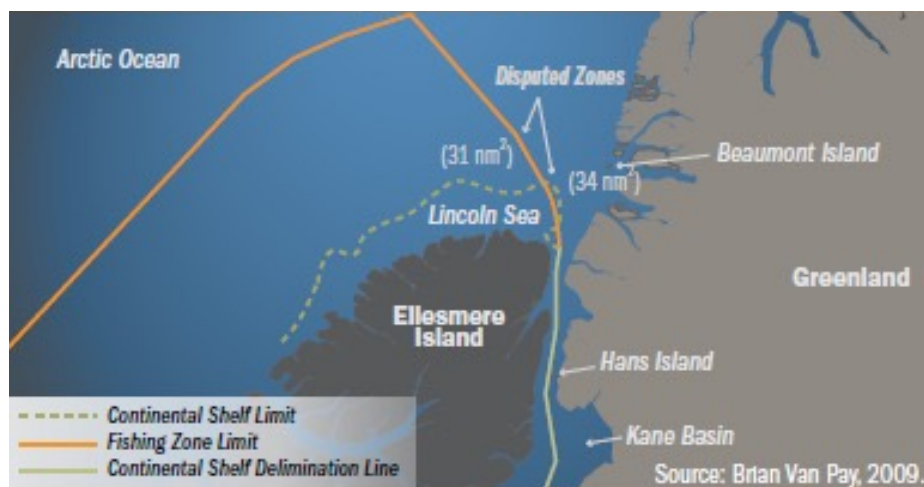


Figura 30 – Áreas em disputa entre Canadá e Dinamarca – Mar de Lincoln

Fonte: (PERRY, 2012, p. 95)

Uma vez mais a existência de recursos energéticos nesta área (USGS, 2009a) parece estar na origem destas disputas (FERRÃO, 2014). Um outro fator de relevo a ter em conta é o impacto desta questão na política interna do Canadá decorrente das disputas relacionadas com o exercício da soberania (BERGH, 2012). É amplamente considerada e reputada como antiga a obstinação do Canadá no exercício da soberania no Ártico, motivada por fatores históricos (KILLABY, 2006a), de forma a garantir a liberdade de ação necessária ao desenvolvimento das suas políticas estratégicas<sup>108</sup>, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento económico deste país com base na exploração de recursos.

Face ao exposto e observando os esforços de cooperação entre os dois estados, de acordo com a base legal aplicável<sup>109</sup> na região, admite-se a possibilidade de resolução

<sup>108</sup> As estratégias dos atores circumpolares, em que se inclui o Canadá, para a região do Ártico serão abordadas no ponto 3.4 desta dissertação.

<sup>109</sup> UNCLOS e Convenção das Nações Unidas Sobre Alterações Climáticas. Neste ponto destacamos a primeira pela natureza da questão abordada.

diplomática por meio de um acordo bilateral, tal como se verificou entre a Rússia e Noruega no Mar de Barents, que possibilite a exploração partilhada destes recursos. Deste modo, a regulação do acesso aos recursos potenciaria a obtenção de vantagens mútuas, não se perspetivando, pelos motivos supra referidos, o recurso a métodos coercivos.

### 3.3.6 Mar de Barents

A disputa entre a Rússia e a Noruega no Mar de Barents, apesar de se encontrar solucionada no presente, é aqui aludida como *lesson learned*<sup>110</sup>, enquanto exemplo de sucesso, com recurso à cooperação e resolução diplomática, face ao conflito de interesses de dois estados, abrindo pistas para a antevisão de resoluções de conflitos semelhantes.

De facto, entre a Noruega e a União Soviética existia acordada uma fronteira marítima parcial em Varangerfjord (UN, 1957). No entanto, durante vários anos ambas as partes foram incapazes de acordar o alinhamento da sua fronteira marítima no Mar de Barents. Por um lado, na óptica da Noruega, o limite deveria seguir a linha mediana, enquanto, por outro lado, a Rússia procurava um sector fronteira que se estendia para o norte, mas desviando-se em torno da área do Tratado de Svalbard de 1920 (DURHAM UNIVERSITY, 2014).

---

<sup>110</sup> A expressão refere-se à lição aprendida, procurando constituir-se, através do exemplo, num meio de aprendizagem centrado na observação/análise/reflexão resultantes da experiência.



Figura 31 – Limite acordado entre Noruega e Rússia – Mar de Barents

Fonte: (RCI, 2010)

Esta discórdia referente aos limites das ZEE dos referidos estados, que durava há mais de quatro décadas, foi recentemente solucionada com um acordo bilateral acerca da delimitação das fronteiras marítimas no mar de Barents (GOVERNMENT OF NORWAY, 2010), assinado em Murmansk em 2010 e revelando-se, assim, um caso de sucesso no que concerne à aplicação de princípios do Direito Internacional Marítimo, no Oceano Ártico (GOVERNMENT OF NORWAY, 2010b).

Na área da fronteira, que fica a cerca de 200 NM do continente norueguês, mas a uma distância superior a 200 NM a partir de território russo, o acordo concede à Rússia os direitos de ZEE que, de outra forma, recairiam sobre a Noruega (GOVERNMENT OF NORWAY, 2010). Este documento legal permitiu ainda renovar os acordos de pescas por, pelo menos, mais 15 anos e incluir disposições para a exploração, cooperação e gestão de depósitos de hidrocarbonetos transfronteiriços (DURHAM UNIVERSITY, 2014).

Deste modo, a existência de recursos energéticos nesta região poderá ter sido um elemento facilitador desta resolução, uma vez que existe efetivamente um grande

potencial energético (USGS, 2009a) que, face ao impasse gerado pela falta de consentimento entre as duas partes, se encontrava por explorar. Neste sentido, como já foi referido anteriormente, a persistência deste tipo de disputas por longos períodos de tempo tende a não se apresentar como vantajosa para nenhum dos estados envolvidos, pelo que uma solução materializada em relações de acomodação, ainda que com concessões necessárias, traduz-se numa soma final de valor acrescentado para todos, como é evidenciado neste caso concreto.

### **3.3.7 As Submissões à CLPC**

Com exceção dos USA que ainda não ratificaram a UNCLOS<sup>111</sup> (Wright, 2012; KATIGBAK, 2014), todos os restantes estados circumpolares a incluíram na sua legislação. Com efeito, tal como representado na figura com que iniciamos este subcapítulo, face à existência de áreas que não se encontram, por enquanto, sob jurisdição de qualquer Estado, não é praticável para os EUA apresentar uma proposta à CLPC, ao contrário dos restantes atores circumpolares, cujas submissões<sup>112</sup> para a extensão da suas PC se têm sucedido ao longo da última década<sup>113</sup> (UN, 2014).

Enquanto Estado pioneiro, a 20 de dezembro de 2001, a Rússia fez uma apresentação através do Secretário-Geral das Nações Unidas para a CLPC com vista à extensão da sua PC além do limite das 200NM, tendo sido aconselhada pela Comissão uma revisão da sua delimitação relativa ao Ártico (UN, 2009).

---

<sup>111</sup> Aquando das primeiras negociações da UNCLOS, o presidente norte-americano Ronald Reagan decidiu não se juntar à Convenção por entender que esta poria em causa os interesses dos EUA. Ao longo dos anos, os EUA têm ficado mais próximos da Convenção, o que conduziu à sua assinatura em 1994 e à tentativa de ratificação em 2007 por George W. Bush, não conseguida por oposição republicana no Senado, por se entender que a adesão prejudicaria a soberania e liberdade, nomeadamente em ações militares no Pacífico, por parte dos EUA. Hoje, poderá estar mais próxima a concretização deste passo pelos EUA, face à pressão crescente sobre o Senado, tanto pelo Presidente Barack Obama como pelos líderes militares norte americanos, o que certamente traria mais e novas mudanças para a região alvo do nosso estudo.

<sup>112</sup> Apenas consideramos as que se referiam a áreas compreendidas na região do Oceano Ártico. Com efeito, propostas apresentadas por estados ribeirinhos do Ártico referentes a outras zonas no globo não foram aqui contempladas uma vez que não vão ao encontro do objeto de estudo.

<sup>113</sup> Apenas a título de curiosidade, para além dos 5 estados aqui considerados, também a Islândia apresentou em 2009 uma proposta parcial relativa ao limite da sua PC na bacia de Ægir, encontrando-se a aguardar as recomendações da CLPC.

Identicamente, o Reino da Noruega, a 27 de novembro de 2006, apresentou à CLPC as informações sobre os limites da plataforma continental além das 200 NM. A sua proposta referia-se a três regiões: Mar de Barents, Bacia ocidental de Nansen e “Banana Hole” no Mar da Noruega.

Relativamente ao “Banana Hole”, a proposta da Noruega colidia com as pretensões da Islândia e Dinamarca. Contudo, no mesmo ano, foram previamente celebrados acordos entre os referidos estados, referentes à delimitação da parte sul, e em 2008 à definição da fronteira marítima entre a Gronelândia e o Arquipélago de Svalbard (RAAEN, 2008) persistindo, no entanto, as disputas na restante área. É ainda de salientar a existência confirmada de reservas de recursos energéticos nesta área, pelo que se vislumbra a resolução de um acordo relativamente a esta fronteira, que não comprometa a sua exploração, não envolvendo meios coercivos.

No que concerne à Bacia Ocidental de Nansen, situada no Oceano Ártico, após as recomendações da CLPC decorrentes da submissão da proposta da Noruega a este organismo, os estados concordaram em abandonar as suas intenções de extensão das respetivas PC (RAAEN, 2008).

O principal atrito nesta área, reside na divergência com a Rússia, no que concerne ao limite Este encontrando-se, porém, a decorrer negociações entre os dois estados. Neste sentido e tendo em conta os desenvolvimentos ocorridos entre estes dois atores no Mar de Barents, será expectável uma resolução diplomática deste conflito de interesses, através de um acordo bilateral.

Em Dezembro de 2013, o Canadá submeteu à CLPC uma apresentação parcial, manifestando a sua intenção de apresentar em data posterior informações acerca dos limites da sua PC no Oceano Ártico, que se estendem para além das 200NM e, nas cordilheiras Alpha e Lomonosov, para além da restrição das 350NM, encontrando-se a aguardar as recomendações por parte da Comissão (UN, 2014a).

Por último, as reivindicações mais recentes surgiram por parte do Reino da Dinamarca,

em conjunto com o Governo da Gronelândia, tendo apresentado propostas parciais<sup>114</sup>, referentes à extensão da plataforma continental norte da Gronelândia e encontrando-se presentemente a aguardar um parecer<sup>115</sup> da CLPC (UN, 2014).

Primeiramente, o Reino da Dinamarca, a 26 de Novembro de 2013, submeteu uma apresentação parcial a este órgão, relativa ao limite exterior do nordeste da PC da Gronelândia. A delimitação proposta cria, no entanto, uma área de sobreposição com a PC da Noruega de cerca de 140 NM<sup>2</sup> (UN, 2014c), de acordo com o que havia sido recomendado pela CLPC a este Estado anteriormente, o que significa que 2.450 NM<sup>2</sup> de leito do mar, futuramente, também fariam parte da sua área (DURHAM UNIVERSITY, 2014).

Na segunda apresentação parcial, também referente à PC da Gronelândia, submetida a 15 de Dezembro 2014, pode ler-se que a cordilheira de Lomonosov, que atravessa o centro do Oceano Ártico, é morfológica e geologicamente parte integrante da margem continental norte deste território (UN, 2015). Neste sentido, o Reino da Dinamarca, conjuntamente com a Gronelândia, procuram definir uma fronteira que abrange a cordilheira e se estende até ao limite exterior da ZEE da Rússia, o que, sumariamente, se traduz por uma distância superior a 1000NM desde ponto mais próximo da costa da Groenlândia<sup>116</sup> (DURHAM UNIVERSITY, 2014).

A submissão prevê ainda a possível sobreposição com uma futura proposta que possa ser apresentada pelo Canadá ou pelos USA. Neste sentido, o sumário executivo ressalva que a Dinamarca consultou os referidos estados a respeito desta sua proposta, referindo-se a acordos de não-objeção por parte da Noruega e Rússia, que permitem que a CLPC tenha em conta esta apresentação, sem prejuízo da futura delimitação das áreas apresentadas pelas respectivas partes (UN, 2015).

---

<sup>114</sup> Foi ressalvada a intenção de submeter separadamente reivindicações parciais, referentes a diferentes fronteiras da Gronelândia.

<sup>115</sup> Esta submissão será incluída na ordem do dia, provisória, do trigésimo oitavo período de sessões da Comissão, a ser realizada em Nova York a partir de 20 julho - 4 setembro de 2015.

<sup>116</sup> A área da PC definida nesta apresentação é de cerca de 895 mil quilómetros quadrados, sobrepondo-se às áreas de PC submetidas à CLPC pela Noruega (sobreposição de 3,020 NM<sup>2</sup>) e pela Rússia (sobreposição de 163,350 NM<sup>2</sup>).

### 3.3.8 Estreitos Internacionais no Ártico – As Rotas do Norte

A definição de estreitos internacionais no Ártico reveste-se de grande importância para a Comunidade Internacional, na medida em que confere às frotas internacionais o direito de livre passagem em trânsito<sup>117</sup> (UN, 1982), possibilitando a abertura de novas rotas no Norte, mais curtas, seguras, e portanto mais competitivas<sup>118</sup>, para fins de comércio internacional, o que se traduziria numa mais valia a nível global.

Pretendendo ver assegurado o seu direito de livre circulação nestas águas, Washington materializa, deste modo, na Convenção das Nações Unidas o seu principal argumento. No entanto, não desejando acordar o direito de livre-trânsito a Federação Russa e o Canadá definem as águas do seu arquipélago no Ártico como mares interiores, por razões históricas, tendo-as encerrado dentro de um sistema de linhas de base retas, recusando a sua classificação como estreitos internacionais, não havendo portanto o direito automático de passagem inocente pelas águas internas para navios estrangeiros (UN, 1982). Estas águas encontram-se, assim, sujeitas ao exercício pleno das respectivas soberanias nacionais e o seu usufruto devidamente limitado e regulamentado.

A questão da definição dos estreitos internacionais no Ártico foi, ao longo de alguns anos, um debate puramente académico, face à inacessibilidade destas rotas devido à acumulação de grandes quantidades de gelo.

No presente, com o progressivo recuo da calota de gelo polar nestas áreas, a Passagem do Noroeste (Canadá) e a Passagem do Nordeste (Rússia), tornaram-se navegáveis, acentuando-se o interesse da comunidade internacional nestas áreas.

No entanto, uma vez que os caminhos marítimos supra referidos transitam por águas que os governos russo e canadiano consideram da sua exclusiva jurisdição, tem sido levada a cabo, essencialmente por parte dos Estados Unidos, uma política com o intuito

---

<sup>117</sup> A Convenção de Montego Bay reconhece o direito de livre-trânsito a todos os navios e aeronaves em estreitos que servem para a navegação internacional e servem de ligação entre uma parte e outra parte de alto mar ou entre duas ZEE's.

<sup>118</sup> Cf. Cap. 3.2: Figura 19 e Figura 20 desta dissertação.

de declarar internacionais, e por conseguinte livres, os estreitos que aquelas vias cruzam, pretensões contra as quais Moscovo e Ottawa têm procurado defender os seus interesses nacionais.

Apesar da obstinação em conceber o Ártico como parte do universo mitológico nacional, o Canadá nunca se afirmou verdadeiramente como Estado soberano do Ártico (KILLABY, 2006b), conduzindo, apenas nos últimos anos e por pressentir a sua soberania ameaçada, políticas de afirmação, nomeadamente através de legislação ambiental que obrigue os navios a respeitar determinadas normas pré-definidas pelas autoridades canadianas sob o risco de verem a sua passagem negada.

Do ponto de vista da sua utilização e viabilidade no presente, face a valores tão baixos e períodos tão curtos de acesso,<sup>119</sup> respetivamente, quando se equaciona o investimento necessário, não faz sentido, na ótica de alguns autores, sequer colocar-se no presente a questão de classificação dos estreitos árticos como estreitos internacionais (FERRÃO, 2014).

Com efeito, está provado que a navegação atual nas rotas do Ártico não é suficiente para que estas se possam considerar, efetivamente, importantes vias de comunicação entre mares e oceanos, facto pelo qual, nenhum outro Estado, para além dos EUA, tem levado a cabo políticas no sentido de dotar estas águas do estatuto de estreitos internacionais.

Não obstante, como foi referido anteriormente, o avanço da calote polar no Ártico poderá, num futuro próximo, alterar profundamente este cenário atual, sendo neste sentido e antevendo as suas potencialidades, que os EUA pretendem que esta terminologia seja adoptada, com o que isso implica, na salvaguarda dos seus interesses estratégicos, quer em termos de uso potencial ou uso futuro (BRUBAKER, 2005).

---

<sup>119</sup> Cf. Anexo K desta dissertação.

### 3.3.9 Síntese Conclusiva

Na sequência do que foi abordado nos subcapítulos anteriores, observa-se que as questões fronteiriças assumem efetivamente um papel de grande relevo nos estudos geopolíticos, nomeadamente na região do Ártico. Com efeito, numa metáfora com o que sucede com as placas oceânicas, nesta área, também “...as placas geopolíticas estão em movimento constante. Acontecem tremores maiores e menores, mas os sinais de mudança estiveram lá para todos aqueles que se preocuparam em vê-los” (COHEN, 1991, p.559) – sendo precisamente sobre estes sinais ténues que procuramos focar o nosso olhar.

A questão que subsiste no Ártico prende-se, fundamentalmente, com o facto de se tratar de uma região aparentemente hostil, mas com um grande potencial de exploração de recursos (USGS, 2009a) e capacidades (antes inimagináveis) que no presente afloram<sup>120</sup>, o que veio fazer incidir um novo foco na região, abrindo espaço a novas reivindicações de acordo com os interesses dos atores em questão.

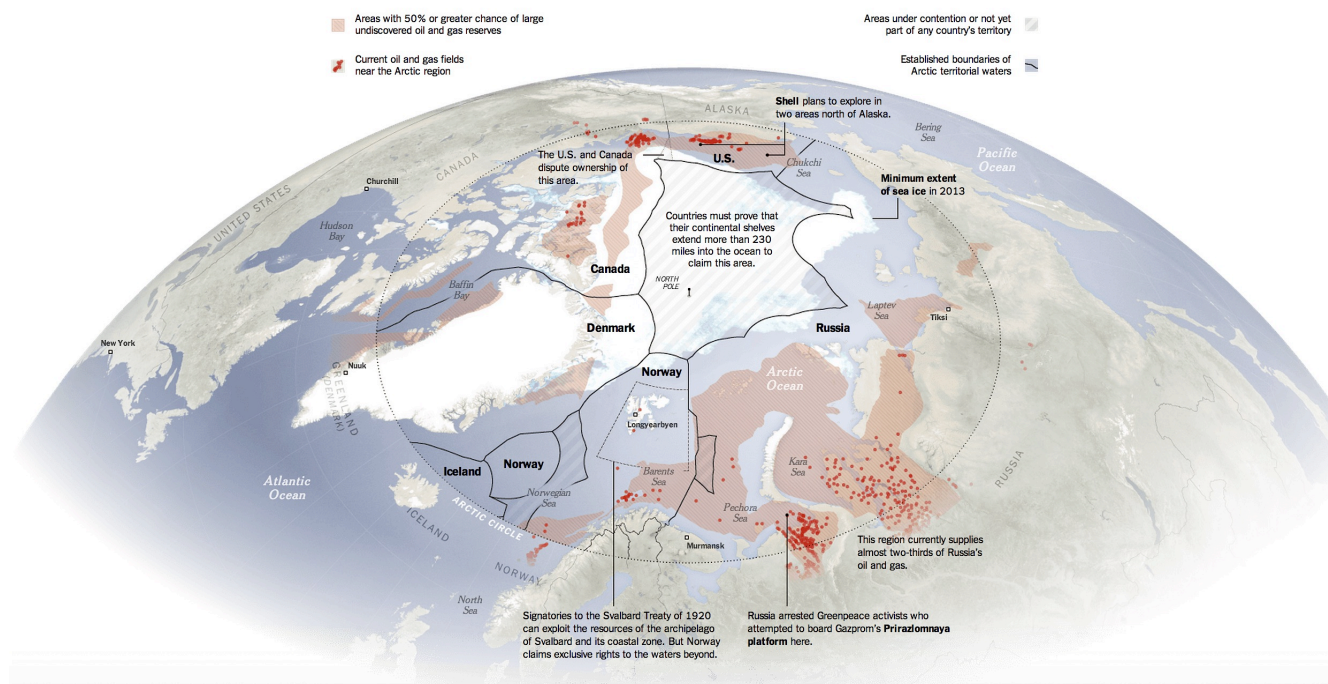
O despertar para o potencial inexplorado materializou-se, desde um passado próximo até à atualidade por uma corrida na salvaguarda dos interesses nacionais por parte dos atores circumpolares, nomeadamente através de diversas reivindicações de extensão das suas plataformas continentais, por razões de afirmação nacional e soberania nesta área, salvaguarda da gestão de recursos piscatórios e preocupações ambientais que, amiúde, parecem camuflar/evitar uma corrida declarada aos recursos energéticos que abundam nestas áreas.

Na imagem seguinte, apresenta-se uma representação das fronteiras geopolíticas do Ártico no ano de 2013, constituindo uma síntese global do que foi apresentado a escalas regionais mais reduzidas, contando ainda como pano de fundo com a ilustração da imensa área de hidrocarbonetos<sup>121</sup> de que esta região é dotada (USGS, 2009a).

---

<sup>120</sup> Como é o caso das rotas marítimas do norte, abertas na sequência do degelo na região.

<sup>121</sup> Os pontos vermelhos pretendem representar as áreas de exploração de recursos energéticos no presente, enquanto as manchas vermelhas, mais claras, se referem às áreas por explorar, com uma probabilidade igual ou superior a 50% de existência destes recursos.



**Figura 32 – Recursos energéticos no mapa geopolítico do Ártico**

Fonte: (COPELAND & WATKINS, 2013)

De facto, um olhar atento sobre o Ártico, demonstra-nos, não apenas o vasto potencial energético que este encerra, como as fronteiras que o delimitam, o que nos permite um olhar crítico sobre as ações presentes e futuras de estados como o Canadá, USA, Rússia<sup>122</sup> ou Noruega enquanto detentores das maiores reservas de petróleo e gás natural nestas latitudes e, sobretudo, face a um contexto em que se especula a possível escassez e/ou dificuldades negociais destes recursos noutras áreas do globo (COPELAND & WATKINS, 2013).

Neste sentido, no seguimento das transformações observadas na região do Ártico e tendo em conta o aflorar de interesses a nível internacional, centrados nesta região, poder-se-á antever uma alteração significativa no mapa geopolítico da mesma,

<sup>122</sup> Conscientes da importância que a exportação de hidrocarbonetos detêm na economia deste estado, assinalamos que, de facto, a área da Rússia, assinalada próximo do Mar de Kara, representava em 2013 cerca de dois terços do seu fornecimento de petróleo e gás.

decorrente do conflito de interesses entre estados e em que o pano de fundo será a UNCLOS, que, com base nas disposições anteriormente referidas, permitirá gerir os direitos e deveres de cada ator<sup>123</sup> (AC, 2008).

De facto, existem no presente diversas questões de disputa relacionadas com fronteiras marítimas ainda não solucionadas, como foi demonstrado anteriormente. Outras, como a que se verificou no Mar de Barents, podem servir como padrão para a antevisão do futuro. Facto é que as propostas de extensão das PC, parecem traduzir a importância que os estados circumpolares dedicam ao Ártico, orientando neste sentido as suas estratégias e interesses nacionais, sendo, portanto, de esperar futuramente uma crescente interação entre estes, no sentido de diminuir os entraves à exploração destas áreas (ZWAAG, 2008).

Neste sentido, no que diz respeito à resolução do conflito de interesses que se observa na região, destacam-se, essencialmente, duas teses: a primeira, apoiando-se no recurso ao meio militar, formula uma especulação acerca da existência de um contexto semelhante a uma nova guerra fria na região (BLAU, 2013), que poderá ou não evoluir no sentido de um conflito; a segunda, no nosso entender mais ajustada ao SI atual, embora admitindo a competição entre os estados, numa corrida aos recursos do Ártico, vislumbra o recurso aos meios diplomáticos e à cooperação entre os atores envolvidos, realçando o papel das organizações supranacionais<sup>124</sup> nesta encruzilhada (BALÃO, 2014), não antevendo a probabilidade de conflitos ou o recurso a meios coercivos (COPELAND & WATKINS, 2013).

O que se observa no presente é uma conjugação ténue entre ambas, em que cooperação e diplomacia parecem surgir como vias idealmente eleitas, proferidas nos discursos dos dirigentes políticos e espelhadas nas estratégias dos estados circumpolares para a região<sup>125</sup>. No entanto, paralelamente a este discurso, observa-se

---

<sup>123</sup> A declaração de *Ilulissat*, de Maio de 2008, acórdão entre os cinco estados do Ártico, veio demarcar objetivamente a visão destes face à necessidade de um novo regime jurídico internacional para o Ártico. Com efeito, não é reconhecida essa necessidade, entendendo-se que a UNCLOS (quadro jurídico atual) deverá ser o recurso para a resolução dos diferendos nesta região.

<sup>124</sup> O papel nas organizações nomeadamente na cooperação no Ártico será desenvolvido mais à frente nesta dissertação.

<sup>125</sup> Este aspecto será demonstrado mais à frente nesta dissertação.

uma preocupação na identificação de regiões de potencial interesse estratégico dissimulando, por vezes, um acautelamento dos interesses nacionais de cada Estado, em alguns casos, já com uma aposta crescente nos meios de defesa.

Facto é que no presente, nenhuma das disputas territoriais na região aparenta pôr em risco a estabilidade e segurança globais ou regionais (WEF, 2015; HIICR, 2014). No entanto, não poderemos deixar de ter em conta que as fronteiras no Ártico são frágeis, mesmo mantendo um forte envolvimento na diplomacia e na cooperação<sup>126</sup> (ZWAAG, 2008). Com efeito, apenas “resta saber se a vontade política se manifestará através da ação ou da omissão. Em qualquer dos casos, a humanidade não deixará de ser a principal destinatária e, por isso, beneficiada ou prejudicada” (BALÃO, 2014).

### **3.4 Atores da Geopolítica do Ártico**

Os cinco estados do Ártico, com vista à consecução dos seus objectivos estratégicos na região do Norte, sintetizam as suas principais linhas de ação, de forma mais ou menos pragmática, naquela que pretende ser a base da condução das suas políticas na região.

É portanto sobre estes documentos estratégicos, mais ou menos publicamente esboçados e apresentados, que nos iremos centrar, procurando observar as linhas que presidem à sua ação, bem como os interesses que intentam acautelar.

Torna-se, porém, imperativo referir que estes documentos, apresentando linhas de fundo desejavelmente concordantes com uma ação política consistente, não possibilitam um conhecimento profundo, como poderia ser ambicionável e tentador, acerca da estratégia real destes estados. Neste sentido, importa conservar um olhar crítico face ao exposto, tendo por base a dualidade entre poder/interesses existente na região, demonstrada em alguns pontos dos capítulos anteriores e a certeza de que “o

---

<sup>126</sup> Entre 1957 e 2006 foram de facto resolvidas, de forma negociada, à luz do DI, nove disputas relativas à delimitação das fronteiras marítimas entre estados circumpolares – Cf. Anexo H desta dissertação.

silêncio, a imagem e a falta de autenticidade têm que ser sempre equacionados quando se verifica o recurso às fontes primárias porque emanadas diretamente dos órgãos do poder efetivo” (BALÃO, 2010, p. 36).

Neste sentido, procuramos analisar as estratégias publicadas pelos estados do Ártico para esta região, tendo em conta os factores anteriormente abordados, segundo vetores comuns. Optamos ainda por incluir como anexo desta dissertação uma síntese das estratégias dos atores circumpolares para o Ártico, matéria amplamente estudada por João Leal (2014). Procuramos, deste modo, evitar a redundância em relação ao seu estudo, procedendo, no entanto às atualizações necessárias que espelham ainda uma visão pessoal acerca desta mesma temática.

Tendo em vista a análise comparativa das estratégias projetadas pelos diversos atores e procurando estabelecer uma base comum de comparação entre estas, optamos por orientá-las segundo os vetores geopolíticos que presidiram igualmente à divisão desta dissertação e se encontram elencados nos cinco documentos estratégicos, pelo que, centrar-nos-emos nos pontos referentes a fatores ambientais, condições de navegação, desenvolvimento económico, defesa dos interesses nacionais e soberania e, cooperação.

No que diz respeito ao vector ambiental, verifica-se que a atenção que lhe é conferida é transversal a todos os estados. Conscientes da fragilidade desta região, em linhas gerais, todos preconizam princípios de preservação do ambiente e exploração sustentável de recursos, apoiando-se significativamente na investigação científica como um meio de sustentação das suas políticas, conferindo um conhecimento mais sustentado desta região, que permita o apoio ao processo de decisão, na condução de políticas que conduzam à consecução destes fins.

*“We have learned from past mistakes. Any company now undertaking Industrial development in the North must undertake a rigorous environmental assessment”*

(GOVERNMENT OF CANADA, 2009).

O Canadá, reconhecendo as inúmeras possibilidades e desafios que se colocam à região do Norte, admite centrar hoje, mais do que nunca, um foco no Ártico, nos seus ecossistemas únicos e frágeis, atuando na salvaguarda das gerações futuras. Reconhecendo-o como parte da sua herança e identidade nacional, admite que este se venha a constituir vital para o futuro deste Estado, bem como para o Sistema Internacional (GOVERNMENT OF CANADA, 2009).

Neste sentido, como parte da sua estratégia para esta região, considera fundamental a preservação do seu ambiente natural, pretendendo tornar-se líder nas investigações científicas, nomeadamente através da criação de um organismo de pesquisa que promova a cooperação internacional (GOVERNMENT OF CANADA, 2009).

Os investimentos na investigação científica, herdados do contributo no International Polar Year (2007-2008), bem como a manutenção das relações de cooperação com organizações internacionais, como a UN, a World Meteorological Organization (WMO) ou a International Maritime Organization (IMO), são algumas das linhas de ação que apontam neste sentido (GOVERNMENT OF CANADA, 2009).

Paralelamente, a criação de parques naturais, nomeadamente da Baía de Baffin, bem como áreas de proteção de espécies, a par de um crescente investimento na Guarda Costeira<sup>127</sup>, serão ainda políticas essenciais ao encontro dos seus objetivos ambientais (GOVERNMENT OF CANADA, 2009).

No caso dos EUA a sua estratégia passa, em grande parte, pelo fortalecimento das relações de cooperação bilateral e multilaterais, no âmbito do conselho do Ártico, procurando estabelecer acordões legais que vão ao encontro dos interesses colectivos (THE WHITE HOUSE, 2013).

A Proteção do ambiente do Ártico e dos seus recursos surge como um dos três vectores fundamentais da sua estratégia para a região, apoiando-se numa forte aposta na investigação científica, nomeadamente através do mapeamento da região, com vista

---

<sup>127</sup> No sentido de assegurar as suas capacidades de intervenção/resposta à poluição.

a uma compreensão mais clara dos fenómenos ambientais e enquanto factor de apoio à decisão (THE WHITE HOUSE, 2013).

São assim identificados como pontos chave que requerem uma atenção urgente o gelo nas massas terrestres e o seu papel na subida do nível do mar, o papel das calotes polares no clima, a perda da biodiversidade e o apoio aos povos do Ártico, promovendo-se o recurso à cooperação, na promoção do desenvolvimento sustentável e de princípios de *shared prosperity*<sup>128</sup> (THE WHITE HOUSE, 2013).

O Reino da Dinamarca, na mesma linha dos estados anteriormente referidos, atribui um grande relevo à necessidade de assegurar que o desenvolvimento da região tenha em conta o respeito pelo ambiente, pelo que reafirma a necessidade de uma aposta crescente na investigação científica, no sentido da preservação dos recursos e do ambiente natural, num contexto de cooperação entre estados do Ártico, prioritariamente e com a integração dos povos indígenas (KINGDOM OF DENMARK, 2011).

Focada no conhecimento aprofundado dos fundos oceânicos, a Noruega, por sua vez, estabelece a investigação científica nesta área como sendo prioritária, não relevando as outras componentes ambientais igualmente mencionadas pelos demais estados. Neste sentido, a consecução da sua estratégia passa, em parte, pelo desenvolvimento de um centro de investigação regional, que abarque as restantes instituições nacionais dedicadas a esta área, pretendendo tornar-se uma referência mundial neste campo (NMFA, 2009).

A Federação Russa, considerando o conceito alargado de segurança ambiental promove igualmente uma estratégia que vai ao encontro da preservação dos ecossistemas e do meio natural. Neste sentido, a recente aprovação do “Strategic Program on Arctic Development up to 2020” (RUSSIAN FEDERATION, 2009), destaca a importância do reforço da capacidade científico-tecnológica do país, através de um sistema integrado que permita o controlo ambiental desta região, salientando ainda a necessidade das relações de cooperação internacional neste âmbito (BARENTS OBSERVER, 2013).

---

<sup>128</sup> Partilha de recursos/prosperidade da região.

No que concerne ao factor circulação no Ártico, todos os estados ribeirinhos espelham nas suas estratégias a importância que o transporte marítimo e a segurança na navegação detêm para a região, permitindo potenciar a exploração da mesma. Deste modo, observa-se que este vetor é considerado prioritário, sendo tido em consideração nos seus objectivos e concretizado em linhas de ação.

No sentido de potenciar a exploração de recursos e a segurança nas rotas marítimas, nomeadamente através do investimento em infraestruturas SAR, é sobre o Canadá e Rússia que recaem os maiores investimentos (BARENTS OBSERVER, 2013).

Neste sentido, o Canadá considera fundamental desenvolver as condições que permitam a exploração comercial da Passagem do Noroeste, para o que pretende melhorar as suas capacidades de SAR, nomeadamente de vigilância, a par do desenvolvimento de infraestruturas em terra (GOVERNMENT OF CANADA, 2009)

À semelhança do Canadá, a Federação Russa releva, igualmente como prioridade as rotas de navegação no Ártico (RUSSIAN FEDERATION, 2009). Neste sentido, promovendo a abertura da NSR, perspectiva o desenvolvimento de um sistema integrado de controlo da navegação, e uma melhoria das condições de navegabilidade, nomeadamente com recurso ao reforço da sua frota de navios quebra-gelo (BARENTS OBSERVER, 2013).

Para os EUA, manter linhas de comércio internacional abertas, apostar em meios de prevenção e resposta em caso de acidentes petrolíferos, a par de uma crescente promoção dos serviços SAR no Ártico, constituem vectores fundamentais da sua estratégia (THE WHITE HOUSE, 2013).

Defendendo princípios de Mar Livre, procuram ainda a resolução diplomática das suas disputas territoriais na região, à luz da UNCLOS, em relação à qual estabelecem como meta trabalhar no sentido da sua adesão (THE WHITE HOUSE, 2013).

A segurança marítima surge ainda como preocupação espelhada na estratégia do Reino da Dinamarca, destacando a necessidade de criar um quadro de cooperação regional, no âmbito do Conselho do Ártico, e internacional, nomeadamente com a UE,

com vista a uma melhoria das condições de navegabilidade (KINGDOM OF DENMARK, 2011).

Na estratégia da Noruega, à semelhança do Canadá e Reino da Dinamarca é apresentada a preocupação com a regulamentação da navegação e segurança marítimas. Neste sentido, surge como linha de ação a criação de um quadro de acompanhamento das mesmas, a par da necessidade de reforço das capacidades e meios SAR nesta região (NMFA, 2009).

A cooperação internacional, nomeadamente através do fórum de discussão do Conselho do Ártico surge uma vez mais como linha essencial no reforço das relações e diálogo entre os estados. No quadro bilateral é enfatizada a necessidade de promover a cooperação com o estado Russo (NMFA, 2009).

Face ao exposto, observa-se uma efetiva vontade estratégica de cooperação, nomeadamente nos domínios SAR<sup>129</sup>, no sentido da melhoria das condições de navegabilidade nesta região. O respeito pela UNCLOS e a referência ao CA como meios de diálogo entre os estados permitem, assim, perspectivar, pelo menos em termos teóricos, uma melhoria das referidas relações de cooperação bilateral e multilateral, no que se refere à navegação e segurança marítimas.

O desenvolvimento económico baseado em fatores de exploração sustentável de recursos apresenta-se como o terceiro vector transversal às cinco estratégias dos estados ribeirinhos do Ártico.

Neste sentido, é assumida como de grande importância para o Canadá a realização de prospecções, com vista ao mapeamento dos seus recursos naturais, aferindo possíveis pontos de investimento que, a par de um estreitar de laços comerciais com outros atores circumpolares ou internacionais, possam contribuir para o desenvolvimento e crescimento económico da região norte (CANADIAN GOVERNMENT, 2009).

Na óptica americana, as questões energéticas e de segurança encontram-se intimamente relacionadas. Reconhecendo as potencialidades energéticas da região, faz

---

<sup>129</sup> Cf. Anexo I desta dissertação.

parte da estratégia dos EUA expandir as suas explorações de gás e petróleo na região, atuando segundo princípios de desenvolvimento sustentável (THE WHITE HOUSE, 2013).

Complementarmente, planeiam o estabelecimento de novos acordos com parceiros internacionais ou sector privado, no sentido de potenciar o seu desenvolvimento e gestão das suas capacidades para alavancar um maior avanço das suas prioridades estratégicas, encorajando estados não Árticos a expandir o seu papel na região (THE WHITE HOUSE, 2013).

A Dinamarca, pretendendo promover o crescimento e desenvolvimento da sua economia com base na exploração sustentável dos seus recursos naturais, pretende promover a criação de novas indústrias apostando, fundamentalmente, no sector das pescas, turismo e exploração de recursos minerais (KINGDOM OF DENMARK , 2011).

Neste sentido, importa realçar o relevo que é dado à exploração de recursos piscatórios, pelo impacto que têm sobre a população e economia locais, mas também pela necessidade de promover a cooperação internacional, no sentido de uma gestão eficiente dos seus stocks (KINGDOM OF DENMARK , 2011).

No caso da Noruega, para além do foco nos recursos piscatórios, a sua estratégia encontra-se igualmente voltada para a exploração de recursos energéticos, nomeadamente, a extração de petróleo e gás natural *offshore* (NMFA, 2009).

Para além destes dois sectores económicos, a estratégia definida pela Noruega estabelece ainda como linha da ação o desenvolvimento do turismo na região do Ártico, da aquacultura, biotecnologia e transformação de recursos piscatórios. A conjugação da nova aposta nestas áreas económicas, a par do desenvolvimento das já enraizadas, estima-se que constitua um importante vector de desenvolvimento da região. Neste sentido, apostando em políticas de exploração sustentável e privilegiando as relações de cooperação com o estado russo, a Noruega pretende assumir-se como exemplo de desenvolvimento sustentável (NMFA, 2009).

Em relação à Federação Russa, a aposta no desenvolvimento económico é um vector

de grande relevo no seu planeamento estratégico para esta região. Através da aposta na construção de novas infraestruturas, criação de indústrias e exploração de recursos energéticos nesta área, observamos, não apenas a importância crescente que a região detém na economia da Federação Russa, mas também o factor económico na região se assume como centro de gravidade estratégico (RUSSIAN FEDERATION, 2009).

Observa-se, assim, que, com exceção dos EUA, as estratégias dos estados circumpolares passam por uma aposta robusta no investimento económico das suas regiões mais setentoriais, revelador da crescente importância desta região e da economia que aí se desenvolve para as economias nacionais de cada um dos atores considerados.

A segurança e o exercício da soberania são factores primordiais e transversais às estratégias dos cinco atores considerados. Surgem frequentemente associados uma vez que parece haver, nas estratégias analisadas, uma relação próxima entre o exercício da soberania territorial no Ártico e a segurança das suas áreas, referindo-se explicitamente a sua relação com a manutenção das fronteiras marítimas e a salvaguarda dos seus recursos naturais.

No que diz respeito à estratégia dos EUA para o Ártico, a definição do seu objectivo primário é claro e centrado na “defesa dos seus cidadãos, dos seus direitos e soberania territorial, dos recursos naturais e dos interesses dos Estados Unidos” (THE WHITE HOUSE, 2013, p. 6).

À semelhança do Canadá, o primeiro dos princípios que preside às linhas orientadoras da estratégia norte-americana é a necessidade de manter e preservar a região do Ártico enquanto zona livre de conflito, reafirmando como vectores essenciais a segurança, paz e estabilidade nesta área (THE WHITE HOUSE, 2013).

Deste modo, o pilar da segurança e defesa, associado à necessidade de garantir a liberdade de navegação, suportam as importantes linhas de ação dos EUA e expõem o papel imprescindível das suas Forças Armadas na garantia da defesa autónoma das suas fronteiras e águas (THE WHITE HOUSE, 2013).

Do mesmo modo, o exercício da soberania sobre os espaços marítimos é prioritário na estratégia do Canadá, estabelecendo como principal linha de ação neste campo, o reforço da sua capacidade militar na região (GOVERNMENT OF CANADA, 2009).

Na estratégia da Dinamarca a questão da soberania surge intimamente ligada à economia. Neste sentido, o emprego e desenvolvimento das suas forças armadas reveste-se de grande importância como fator que conduz à salvaguarda dos seus interesses, neste âmbito (KINGDOM OF DENMARK , 2011).

Na mesma linha, a Noruega realça o papel desempenhado pelas suas Forças Armadas, nomeadamente na manutenção da segurança. Neste sentido, pretende desenvolver as capacidades da sua Guarda Costeira, no sentido da afirmação nacional, salvaguarda da sua soberania e com vista ao exercício da autoridade e controlo das suas fronteiras na região (NMFA, 2009).

No caso da Federação Russa, a questão da soberania prende-se com a percepção da ameaça que poderá representar a crescente acessibilidade e conseqüente abertura dos seus territórios, decorrente das novas rotas da e na região. Neste sentido, a sua estratégia é clara e peremptória na defesa dos interesses nacionais. Assim, o reforço planeado das suas forças armadas deverá garantir a segurança e liberdade de navegação nesta área, bem como a manutenção das suas fronteiras (RUSSIAN FEDERATION, 2009).

Por fim, a cooperação internacional é referida em todas as estratégias em estudo, atuando como matriz sob a qual se desenvolvem e perspectivam os demais objectivos. Existe uma forte referência ao Conselho do Ártico, entre as demais organizações mencionadas, enquanto principal fórum multilateral de discussão de questões relacionadas com esta região e promoção da cooperação entre atores circumpolares e/ou atores externos.

A segunda referência, face às questões em discussão no Ártico e que já foram referidas anteriormente vai para a UNCLOS, enquanto quadro legal de base, preconizado para a resolução das contendas territoriais e de navegação na região e à qual se espera, num

futuro próximo, que o último dos estados ribeirinhos se congregue.

Face ao exposto, observa-se existir uma considerável preocupação por parte de todos os estados com as questões ambientais, o desenvolvimento das suas economias locais, preconizando princípios de desenvolvimento sustentável e gestão responsável de recursos.

Por outro lado, não deixa de ser notória a preocupação com o exercício da soberania na região, decorrente, em grande parte, da necessidade de controlo e manutenção das suas fronteiras, o que suscita um desenvolvimento das suas capacidades militares. A Noruega, Canadá e a Federação Russa, no sentido de aumentar a sua presença e vigilância no Ártico planeiam uma aposta crescente nas suas Guardas Costeiras, traduzindo-se num aumento do potencial militar na região.

Por outro lado, às luz dos princípios estratégicos presentes nos documentos que acabamos de analisar e tendo em conta o exposto na Declaração de *Ilulissat* (AC, 2008), observa-se uma intenção de apostar no recurso ao diálogo e à cooperação para resolução pela via diplomática das divergências atualmente existentes na região. Porém, admitimos que ainda que tal constitua um facto necessário, não será suficiente para que se possam excluir os métodos coercivos na região.

### **3.4.1 Cooperação e Papel das Organizações Internacionais**

Como já referimos anteriormente, embora o mediatismo do Ártico na opinião pública se restrinja, frequentemente, ao contexto ambiental, é facto que estas “questões da policy ambiental não são senão a face visível ou, se se preferir, a ponta do iceberg do real impacto desta região na política internacional (...) e/ou na política supranacional global” (BALÃO, 2014, p.35).

Neste sentido, e indo ao encontro das estratégias dos principais atores da região do Ártico, também as organizações internacionais, enquanto atores do SI, sistema aberto e

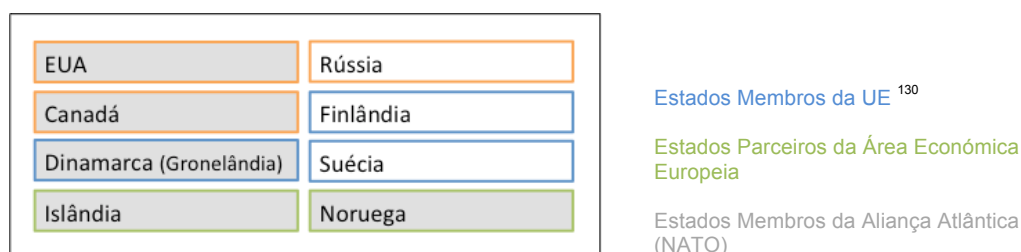
profundamente globalizado no qual se observam os seus impactos, estabelecem relações bilaterais ou multilaterais com vista ao desenvolvimento de políticas conjuntas.

#### **3.4.1.1 União Europeia**

A Europa e, conseqüentemente a União Europeia, permanecem, no presente, no centro da ação política à escala global (BALÃO, 2014), encontrando-se indissociavelmente ligada à região do Ártico, em virtude de uma combinação única de factores históricos, geográficos, económicos e de realizações científicas (CCE, 2008).

Enquanto ator na cena internacional com interesses na região, a UE tem conduzido sucessivas tentativas de aproximação, nomeadamente através do seu órgão executivo, a Comissão Europeia, antevendo-se a necessidade de cultivar um leque de aliados nesta região, com vista a um aumento das probabilidades de consecução dos seus objectivos a curto prazo (BALÃO, 2014).

Como se demonstra na imagem seguinte, a região do Ártico encerra em si áreas de três Estados Membros da União Europeia: Dinamarca (Gronelândia), Finlândia e Suécia e inclui territórios de dois estados parceiros da Área Económica Europeia: Islândia e Noruega (CCE, 2008), atores que se poderão constituir como uma “porta” de acesso, “na e para a região”, enquanto importantes “interlocutores noutros domínios da ação política” e “potenciais elementos facilitadores” (BALÃO, 2014, p. 34).



**Figura 33 – Os 8 Estados do Ártico – UE e NATO**

Fonte: Autor

No que concerne à concretização destes interesses em documentos estratégicos, o ano de 2008 é apontado como o momento em que a UE delinea a sua política para o Ártico. Com o documento “A UE e a Região do Ártico”, a Comissão Europeia apresenta aquelas que viriam a ser as bases da política da organização para esta região, identificando, fundamentalmente três objectivos estratégicos: “proteger e preservar o Ártico, em unísono com a sua população; promover uma utilização sustentável dos recursos e contribuir para uma melhor governação multilateral do Ártico” (CCE, 2008, p. 3).

Complementarmente a estes três vectores-chave, a integração dos povos indígenas, o acesso aos recursos energéticos, a responsabilização ambiental, a gestão de pescas e navegação, bem como o estatuto político e legal do Ártico, encontravam-se igualmente na agenda da UE para a região, tendo em consideração a importância do estabelecimento de relações de cooperação com organizações internacionais de que o Arctic Council é um exemplo, bem como a necessidade de aposta numa governança (THE WORLD BANK, 2014)<sup>131</sup> multilateral no círculo ártico (CCE, 2008).

<sup>130</sup> Não se considerou as Ilhas Faroe, dada a especificidade do seu estatuto e não estarem integradas na União Europeia, não obstante das facilidades e benefícios concedidos aos seus cidadãos serem em tudo semelhantes aos dos Estados Membros.

<sup>131</sup> O conceito de Governança ou *Governance*, tal como o Banco Mundial o definiu, refere-se às tradições e instituições pelas quais a autoridade de um país é exercida, incluindo o processo pelo qual os governos são seleccionados, monitorizados e substituídos, a capacidade do governo para formular de forma eficaz e implementar políticas sólidas, o respeito dos cidadãos e do Estado pelas instituições que governam e as interações económicas e sociais entre eles.

Relativamente ao primeiro objetivo elencado, observa-se a preponderância que as questões ambientais assumem, encontrando-se transversalmente espelhadas nas estratégias dos diversos atores. Pode ainda associar-se esta referência à promoção dos valores intrínsecos da UE, surgindo neste documento alguns projetos da CE e de estados-membros no domínio da investigação ambiental, que se deverá manter uma prioridade para esta região (ibidem).

Já no que diz respeito ao segundo objetivo, são identificadas quatro áreas prioritárias: hidrocarbonetos, pesca, transportes e turismo. Face à importância dos recursos energéticos, salienta-se a necessidade de uma exploração em respeito pelo ambiente, em que o CA poderá assumir um importante papel. Paralelamente, destaca-se a importância da necessidade de exploração sustentável dos mares da Noruega e Barents (visto a UE ser o maior importador de peixe desta região) e da abertura das rotas marítimas do Ártico, garantindo os princípios de liberdade de navegação.

O turismo, por último, surge como atividade que deverá continuar a ser desenvolvida na região ressalvando-se, porém, a necessidade de desenvolver esforços para minimizar a pegada ecológica decorrente desta atividade. No sentido do desenvolvimento da governação multilateral do Ártico o documento realça que nenhum país ou grupo de países detém a soberania do Pólo Norte ou sobre o Oceano Ártico (CCE, 2008) pelo que se deverá recorrer à UNCLOS para a resolução pacífica das disputas da região.

A orientação política deste documento foca-se, ainda, em desenvolver um mecanismo cooperativo de governança para o Ártico, centrado na UNCLOS e com vista à segurança e estabilidade, gestão ambiental rigorosa, e à utilização sustentável dos recursos, bem como o acesso livre e equitativo aos mesmos (CCE, 2008). Este, é efetivamente, um ponto essencial na medida em que permite o acesso à região por estados que não têm as suas fronteiras no Ártico e que, de outro modo, não teriam essa possibilidade (BALÃO, 2012).

De facto, observa-se uma preocupação com a garantia do acesso aos recursos existentes nesta região, enquanto factor de grande impacto na segurança energética da

UE, em grande parte assente nas importações de gás e petróleo da Rússia e da Noruega (EC, 2013)<sup>132</sup>.

No decurso deste documento, o Parlamento Europeu aprovou, no mesmo ano, a resolução intitulada “Uma política sustentável da UE para o grande norte” e, mais recentemente, uma resolução acerca da estratégia da UE para o Ártico (PE, 2014).

No ano de 2013, o principal objectivo político da CE no âmbito da estratégia da UE para esta região polar parecia direccionar-se no sentido da obtenção do estatuto de observador permanente do Conselho do Ártico, adquirindo assim uma posição mais próxima das questões relacionadas com esta região, não tendo, porém, sido cumprido este objetivo (BALÃO, 2014).

Nos últimos dez anos, a UE e os seus Estados-membros investiram mais de 200 milhões de euros de fundos comunitários em atividades de investigação relacionadas com as alterações climáticas, as consequências para as populações e os efeitos na economia (EC, 2012). Só desde 2008 já foram lançados 12 projetos, no âmbito do 7º Programa Quadro (7PQ), estando previstos mais oito programas, que contribuirão para a criação de novas redes de centros de investigação na Europa e potenciarão os centros já existentes.

Estas ações da UE podem ser entendidas como uma importante ferramenta para estreitar as relações com os estados do Ártico. Inserida nas preocupações com a segurança da navegação, incluindo as questões ambientais, a UE tem ainda participado na elaboração do Código Polar, a par do apoio ao desenvolvimento de capacidades de busca e salvamento (EC, 2012).

No entanto são ainda vários os problemas a carecerem de uma resposta, assim como os desafios transnacionais a serem enfrentados e ultrapassados, que envolvem esta região do globo. Para o futuro a UE estabelece como metas a prossecução dos seus

---

<sup>132</sup> A Rússia é o 3º parceiro comercial da UE, constituindo o petróleo 78,9% do total das suas exportações, as quais correspondem a 32,3% do total de importações da UE. A Noruega é o 5º parceiro comercial da UE, constituindo o petróleo 64,4% do total das exportações, as quais correspondem a 12,3% do total de importações da UE.

objectivos estabelecidos em 2008 e reafirmados em 2012, reforçando ainda a necessidade de (PE, 2014, pp. 4-6):

- “Prosseguir uma sólida política climática que preveja metas vinculativas, e a apoiar ativamente a França nos seus esforços para acolher a Conferência de Paris sobre o Clima, em 2015, tendo em mente que, para combater as alterações climáticas, são necessárias decisões à escala global que envolvam os EUA, a China, a Rússia e outros países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), bem como a UE”;
- “Estabelecer um diálogo regional permanente com a sociedade civil na região do Ártico”;
- “A CE e os Estados-Membros concentrarem a sua atenção nos corredores de transporte, como as estradas, as vias ferroviárias e as vias navegáveis, com vista a manter e a promover as ligações transfronteiriças no Ártico europeu e a trazer mercadorias do Ártico para o mercado europeu - a ligação ao Ártico europeu necessita ser melhorada”;
- “Tomando conhecimento da Declaração de Kiruna do Conselho do Ártico, de maio de 2013 e da sua decisão no sentido de acolher afirmativamente o pedido da UE para beneficiar do estatuto de observador permanente, o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) e o Canadá, que exerce a Presidência do Conselho do Ártico, resolverem as questões pendentes”;
- “Realçar as relações sólidas que a UE mantém com a Gronelândia e a importância geoestratégica deste território. Tomando nota das prioridades do Governo da Gronelândia que colocam uma ênfase renovada no desenvolvimento económico e na exploração de matérias-primas, procurar aferir de que forma a UE pode contribuir para o desenvolvimento sustentável na Gronelândia e prestar assistência neste domínio, tendo em conta quer as preocupações ambientais, quer a necessidade do desenvolvimento económico”;
- “Encontrar uma solução positiva, nomeadamente para questões futuras relacionadas com a pesca, que passem pela conservação das populações de peixe e pela

prevenção da extinção de outras espécies e de danos graves no ambiente marinho, decorrente da evolução dos acontecimentos entre a UE e os Estados costeiros em matéria de quotas de pesca”.

### **3.4.1.2 Conselho do Ártico**

O Conselho do Ártico (CA) foi criado em 1996 enquanto fórum intergovernamental para a promoção da cooperação, coordenação e interação entre os Estados do Ártico e as populações indígenas da região, para todos os assuntos comuns, com prioridade para as matérias relacionadas com a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável (AC, 1996).

Excluídas dos fóruns de debate e do âmbito de responsabilidade deste Conselho ficam, no entanto, as questões de segurança por posição expressa dos EUA (AC, 1996).

Deste fórum fazem parte os cinco estados ribeirinhos do Ártico, a Finlândia, a Suécia e a Islândia, representantes das diversas populações indígenas da região, bem como atores externos, estados ou organizações, governamentais ou não, que se constituem membros observadores (AC, 2011b).

O CA, no seio da crescente preocupação com os temas sobre os quais se debruça, nomeadamente alterações climáticas, perda de biodiversidade, questões relacionadas com os oceanos e preocupação com os povos indígenas, tem assumido um importante papel na gestão dos interesses<sup>133</sup> relacionados com o Ártico, a par de uma importância política crescente (AC, 2013)<sup>134</sup>.

A UE tem ainda vindo a desenvolver uma ampla cooperação com o CA, participando, com o estatuto de convidado, nos vários Grupos de Trabalho que estão constituídos em permanência.

---

<sup>133</sup> De que é exemplo, entre outros acordos, a contribuição para o Acordo de Busca e Salvamento, assinado em 2011

<sup>134</sup> Na última reunião ministerial, em Nuuk, em 2011, pela primeira vez, todas as delegações foram chefiadas pelos respetivos Ministros dos Negócios Estrangeiros.

Na Reunião Ministerial do CA ocorrida a 15 de maio de 2013, o Canadá assumiu a Presidência da organização, cujo mandato tem a duração de dois anos, e para o qual definiu como prioridade fundamental, a garantia de que o futuro do Ártico se encontra efetivamente nas mãos das suas populações (AC, 2013).

## 4 Dinâmicas de Poder na região do Ártico

*"Na política, os ódios comuns são a base das alianças."*

Alexis de Tocqueville (n.d.)

Ao longo do capítulo anterior foi possível identificar algumas características que tornam o espaço Ártico um lugar único e com um enorme potencial, para onde confluem interesses de diversos estados.

Neste sentido, vários atores, como os estados ribeirinhos do Ártico ou a União Europeia, formularam as suas estratégias para esta região, demarcando os seus interesses, objectivos essenciais e linhas de ação em que estes se materializam, centrando-se em vectores de natureza ambiental, económica, securitária, entre outros.

As dinâmicas de cooperação no Ártico assumem, igualmente um papel preponderante, constando em todos os documentos estratégicos como meio de concretização dos objectivos dos estados, bem como de resolução diplomática dos diferendos existentes na região<sup>135</sup>. Neste âmbito, as organizações como o Conselho do Ártico ou a União Europeia, enquanto fóruns de diálogo primordiais (AC, 2011b) e parceiros estratégicos dos estados circumpolares, permitem equacionar o desenvolvimento de mecanismos de desenvolvimento sustentável, promovendo as potencialidades da região, a par da concretização de acordos regionais, ou multilaterais (EC, 2012), em que os estados assumem um papel central.

Com efeito, a criação de quadros de governança multilateral no Ártico, equacionando estratégias assentes na promoção do diálogo e na cooperação geopolítica, como forma de projeção do poder, constitui um importante desafio político transnacional no século XXI (BALÃO, 2014).

---

<sup>135</sup> Cf. Cap. 3.4 desta dissertação.

Tendo em conta o objetivo primordial da ação política – a aquisição, exercício e manutenção do Poder (BALÃO, 2014), podem antever-se dificuldades e/ou entraves à implementação deste quadro de governança na região, em que o número de atores, nomeadamente asiáticos<sup>136</sup>, interessados neste quadro regulatório é crescente (AC, 2011c) e em que apenas o futuro nos poderá esclarecer sobre os desenvolvimentos que desta aproximação possam advir.

Identificada desde 2001 como palco de disputas “não violentas” de âmbito diplomático pelo Heidelberg Institute for International Conflict Research (2014), a região do Ártico é classificada como zona de conflito latente.

De facto, com a consciência de que o Ártico não é, substantivamente, uma zona livre de desafios regionais ou transnacionais, as opiniões quanto à via da sua resolução divergem amplamente.

Se, por um lado, as dinâmicas de cooperação preconizadas nas estratégias dos seus atores e espelhadas em acordos bilaterais<sup>137</sup> entre estados com vista ao seu desenvolvimento e à segurança na região, predizem um futuro estável, assente na resolução diplomática e pacífica das divergências; por outro, o crescente investimento na área da defesa a par dos conflitos noutras partes do globo (IISS, 2014), de que é exemplo a mais recente crise na Ucrânia, ameaçam transbordar os seus efeitos para a região, afectando a sua estabilidade e segurança (OLESEN & CLEMMENSEN, 2014) e produzindo consequências que se estendem muito além do círculo que a delimita.

Contrariando a primeira visão, para muitos autores o norte do globo está a tornar-se, rapidamente, um espelho das tensões que se geram bem mais a sul tornando-se, ele próprio, um espaço frágil de instabilidade latente.

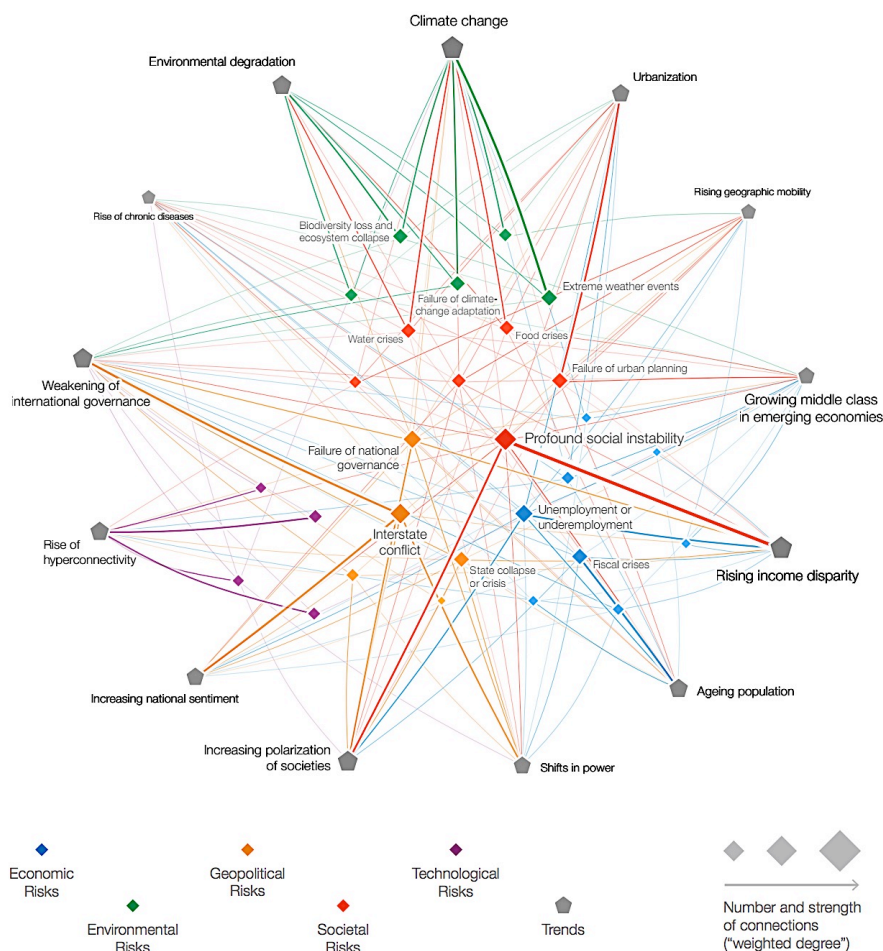
Neste sentido, como refere o Professor Mendes Dias, o Sistema Internacional é, no século XXI, “caracterizado pela multiplicidade e diversidade de atores, muitos deles

---

<sup>136</sup> Com destaque, entre outros, para a China, Índia, Japão que, entre as mais diversas aproximações à região, contam já com uma posição no Conselho do Ártico.

<sup>137</sup> O Acordo entre a Rússia e EUA em 2010 sobre o Mar de Barents é um exemplo - Cf. Cap. 3.3.6 desta dissertação.

com comportamentos imprevisíveis, quer no espaço, quer no tempo, materializando, assim a heterogeneidade e a heteromorfia do ambiente internacional”, reafirmando a importância dos demais atores, “embora o Estado se constitua ainda como ator privilegiado”, num meio caracterizado por “vulnerabilidades crescentes e intrusões externas e onde as fronteiras começam a caracterizar-se pela permeabilidade” (DIAS, 2010, p. 60).



**Figura 34 – Os desafios do SI no século XXI**

Fonte: (WEF, 2015)

A imprevisibilidade do Sistema Internacional torna, de facto, as alianças presentes e os laços de cooperação entre os estados ténues, pelo que se pensa poder afirmar que, com retorno da competição estratégica decorrente do conflito da Ucrânia, surge uma

maior necessidade de promover a consciência mais profunda entre os círculos políticos sobre a natureza volátil e inconstante do contexto de segurança no presente e das suas implicações para a sociedade e economia (EIDE & KASPERSEN, 2015)

De facto, no ano de 2013, era previsível, de acordo com o secretário da defesa norte-americano Chuck Hegel, um reforço dos laços de cooperação com a Federação Russa, no seio de um contexto político de crescente estabilidade (KOREN, 2014).

Não obstante, com a crise decorrente da anexação da península da Crimeia pela Federação Russa, em março de 2014, o desgaste das relações diplomáticas entre Washington e Moscovo conduziu à ruptura dos planos de cooperação entre as duas partes no Ártico, tendo sido suspensos os exercícios navais que decorrem anualmente no Oceano Ártico entre os dois estados e o Canadá, cancelado o encontro bilateral acerca das operações com Guardas Costeiras e deixada em aberto a parceria para o resgate de submarinos na região (ibidem).

Com a fragilização das relações entre estas duas potências, que partilham um importante acervo histórico de divergências, há mesmo autores que equacionam um novo período de guerra fria no Ártico. A Rússia possui, de facto, o maior contingente militar<sup>138</sup>, entre os cinco estados ribeirinhos do Ártico e tem investido no seu reforço a um ritmo consideravelmente mais acelerado que o Canadá ou EUA (ibidem).

O Canadá, por sua vez, admite como prioritária a defesa do seu território no Ártico, assumindo que, ainda que não seja o meio prioritário, o recurso à força possa ser considerado, se necessário (GLOBAL SECURITY, 2014).

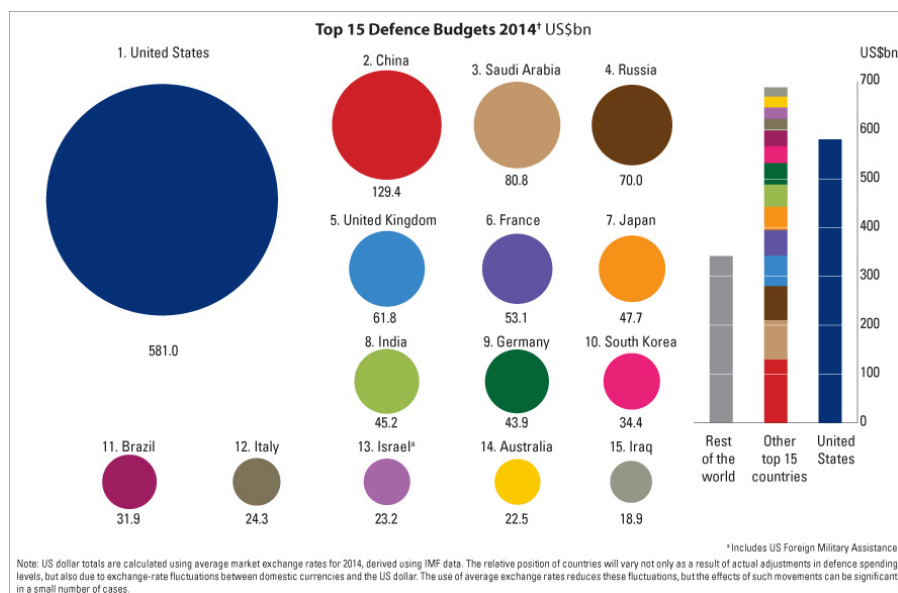
No que diz respeito aos EUA, porém, apesar de se constituírem a potência mundial com maior investimento na área da defesa, como se observa na imagem seguinte (IISS, 2014), não têm ainda um foco na região (HERRMAN, 2014), encontrando-se escassamente preparados para operar nas condições adversas do Ártico por longos

---

<sup>138</sup> Poderão ser consultados dados complementares aos fornecidos no corpo de texto, relativamente às capacidades militares dos estados circumpolares, no Anexo L desta dissertação.

períodos de tempo, a par de meios<sup>139</sup> específicos para o efeito a requerer um investimento urgente (KOREN, 2014).

Parece-nos importante ressaltar este ponto na medida em que os USA, sendo uma potência militar e apesar de não possuir, no presente, um grande contingente militar alocado especificamente à região do Ártico, poderá, em caso de conflito armado, e considerando a diversidade e atualidade de meios<sup>140</sup> de que dispõe (IISS, 2014) facilmente reverter esta situação de aparente fragilidade face aos demais atores (GLOBAL SECURITY, 2013).



**Figura 35 – Orçamentos de defesa 2014 – Top 15**

Fonte: (IISS, 2014)

Apesar do considerável investimento na área de defesa por parte do Canadá, a Rússia continua ainda um grande passo à frente dos restantes estados ribeirinhos do Ártico, observando-se uma tendência crescente nesta aposta nas suas capacidades militares e na região (GLOBAL SECURITY, 2015b), evidenciada na sua nova estratégia, em que o Ártico surge como uma das três áreas que se encontram na sua lista de prioridades (GLOBAL SECURITY, 2015c).

<sup>139</sup> Alguns autores estimam que a frota de navios quebra-gelo dos EUA atinja em 2020 o seu limite de vida útil.

<sup>140</sup> O tempo estimado de um míssil de longo alcance a partir do Mar de Barents até Moscovo é de cerca de 15 a 16 minutos.

Estima-se ainda que a frota do Norte da Marinha Russa conte brevemente com novos submarinos nucleares<sup>141</sup> encontrando-se, igualmente, em andamento a recuperação de instalações militares do Ártico, pertencentes à época soviética. Moscovo anunciou ainda o início da construção de um complexo de bases militares na região, que constituirão as primeiras estruturas de raiz desde o fim da Guerra Fria (KOREN, 2014; LUSA, 2014), conferindo-lhe uma significativa vantagem estratégica nestas latitudes.

Na palavras da Senadora americana Lisa Murkowski, “Ainda que o investimento de Moscovo em infraestruturas militares não signifique necessariamente hostilidades futuras, é mais do que evidente que os EUA não estão a agilizar apropriadamente os seus trabalhos no Ártico onde as atividades comerciais e internacionais estão a aumentar” (KOREN, 2014).

A par de um reforço das suas infraestruturas, faz parte da estratégia conduzida pela Rússia para esta região o investimento em meios técnicos e no fator humano. Assim, pretende multiplicar os meios estratégicos de defesa antimíssil nesta área, com vista à “anulação da superioridade militar de outras potências” (GLOBAL SECURITY, 2015c), estabelecendo ainda como meta a preparação de um contingente militar especificamente treinado para as condições adversas do Norte, procurando aumentar a proficiência na salvaguarda das capacidades de defesa da Federação Russa (GLOBAL SECURITY, 2015d).

Para além das ações destes três estados ribeirinhos, que cremos ser as mais consideráveis em termos de defesa na região, importa ainda destacar atores externos, como a China e Índia que, tendo já alcançado uma posição no CA, têm promovido relações de cooperação a par de um crescente investimento em meios estratégicos, como é o caso dos navios quebra-gelo<sup>142</sup>.

Por fim, também as tensões externas impostas, ao longo do último ano, à Federação Russa, marcaram a cena internacional, admitindo poderem traduzir-se em vectores de

---

<sup>141</sup> Cf. Anexo L desta dissertação.

<sup>142</sup> Cf. Anexo L desta dissertação.

tensão na região, potenciando assimetrias. Na verdade, as sanções da União Europeia e EUA impostas à Rússia decorrentes da crise na Crimeia, poderão constituir uma fragilidade à economia deste Estado, colidindo diretamente com as suas estratégias na região do Ártico.

Com efeito, foi limitado aos investidores europeus a realização de operações com valores mobiliários e instrumentos de dívida dos maiores bancos estatais russos, bem como o fornecimento de tecnologia de extração de petróleo em águas profundas às empresas russas, nomeadamente equipamentos de perfuração e torres móveis, bombas de petróleo e plataformas para perfuração *offshore*. Muito mais graves, na opinião de Dmitri Bedenkov<sup>143</sup>, parecem ser as sanções para restringir o fornecimento de tecnologia de apoio à extração de petróleo em águas profundas da PC, o que poderá traduzir-se numa interrupção das extrações sendo, porém, ainda precoce adiantar conjecturas mais detalhadas sobre tal possibilidade (LOSSAN, 2014).

Por último, não deixa de ser curioso referir que, entre o leque de restrições aplicadas, tendo incidido sobre a economia e o sector energético da Rússia, não foi contemplado o sector de exploração de gás liquefeito (GNL), sendo a Rússia o principal exportador deste recurso para a Europa (GAZPROM, 2015a)<sup>144</sup>, que conta com importantes parceiros como a empresa francesa Total ou a empresa americana ExxonMobil<sup>145</sup> (ibidem).

Face ao exposto, observamos que, num contexto profundamente globalizado como aquele em que vivemos no presente, em que os estados assumem ainda uma posição de topo da hierarquia do SI (BALÃO, 2011), a concepção de quadros de governança multilateral no Ártico é, simultaneamente uma tarefa complexa e necessária.

---

<sup>143</sup> Chefe do departamento de análise da agência financeira IK Russ-Invest.

<sup>144</sup> Segundo dados da Gazprom, empresa russa do sector energético, a Europa tem sido o mais importante consumidor de gás russo desde há quarenta anos atrás. Mais de vinte países da Europa Central e Ocidental são responsáveis por mais de 65% do total das exportações de gás desta companhia.

<sup>145</sup> Desde 2011 tem uma parceria de exploração na zona do Ártico com a companhia pública russa Rosneft.

A promoção do diálogo e cooperação geopolítica no Ártico, a par de uma preponderância crescente do fator militar e projeção de poder na região, traduzem desafios transnacionais que nos parecem de grande relevo no século XXI.

A mesma área que, no final do século passado, era encarada como um teatro fechado da Guerra Fria, é hoje um *hot spot* mundial para a pesquisa científica, exploração de recursos e expressão de poder (FERRÃO, 2014).

A sua natureza instrumental não mensurável (MOREIRA, 2002), traduz a capacidade de conduzir objectivos face à percepção das capacidades opostas (ALMEIDA, 1990). Neste sentido, a consciência das competências militares e/ou económicas afiguram-se de grande relevo enquanto elementos facilitadores na projeção de poder.

Em suma, partindo da articulação entre geoestratégia e poder no Ártico, poderão antever-se quatro quadros legais de governança, fundados numa matriz multilateral e global, com a UNCLOS como base legal aplicável e capaz de incluir todos os atores com interesses na região; numa matriz multilateral e regional, à semelhança do modelo organizacional da UE “que preconiza a extensão das boas práticas de governação à escala global”; através de um vetor unilateral, em que os estados do Ártico assumam um papel exclusivo em termos de governança ou, à semelhança do que se observa no pólo oposto, através da criação de uma legislação internacional polar (BALÃO, 2014, p.41).

A par desta questão importa ainda realçar que, desde a queda do muro de Berlim que vivemos sob a perspectiva optimista de estados ordenados que colaboram na resolução de problemas de forma pacífica. No entanto este ideal optimista é hoje ameaçado pela dura realidade de que a concorrência geoestratégica está de volta, caracterizada hoje mais por uma luta por poder e recursos do que ideológica (EIDE & KASPERSEN, 2015).

Neste âmbito, também a UE terá de optar entre o “medo” que tenderá a impedir uma ação efetiva e o desafio/compromisso que conduzirá à concretização de objectivos

através da implementação de políticas traduzidas na aplicação de medidas capazes de gerar outputs significando e marcando a diferença (BALÃO, 2014).

Refletir sobre a questão do Ártico no novo contexto global implica, assim, ter em conta a sua multiplicidade de povos e interesses, as questões globais de segurança e a evolução que o SI enfrenta, permitindo-nos, deste modo, perspectivar o futuro e ser proactivos, ao invés de apenas reativos perante a multiplicidade de desafios que se afiguram ou são hoje ainda inimagináveis.

*(página intencionalmente em branco)*

## 5 Conclusões

*Não é preciso ter olhos abertos para ver o sol, nem é preciso ter ouvidos afiados para ouvir o trovão. Para ser vitorioso é preciso ver o que não está visível.*

Sun Tzu (n.d)

Após o estudo efectuado ao longo dos dois últimos capítulos, ao encontro dos objetivos enunciados no ponto 2 desta dissertação e tendo como meta a pergunta de partida:

*“Que desafios Transnacionais se colocam à (região) Geopolítica do Ártico?”*

pensamos estar agora em posição de recuperar as hipóteses inicialmente formuladas que transmitiam os nossos preconceitos acerca da temática em estudo e que procurámos que se traduzissem numa matriz orientadora da nossa pesquisa e análise, pelo que, confrontando-as com os nossos resultados, procuraremos atestar ou refutar a sua validade.

Neste sentido, no que se refere à primeira hipótese secundária<sup>146</sup> ficou provado que, o progressivo degelo das regiões polares, tendo possibilitado a abertura de novas rotas de navegação marítima no Ártico e o acesso a regiões e a recursos anteriormente inacessíveis, provocou um crescente interesse dos atores circumpolares sobre as mesmas. No entanto, verificando-se a sobreposição e/ou choque de interesses entre as suas pretensões, admitimos que este se constitui, de facto, como um factor de competição, materializada, frequentemente, em submissões à Comissão de Limites

---

<sup>146</sup> HS 1: O progressivo degelo e consequente domínio dos espaços na região do Ártico contribuirão para acentuar as assimetrias e competição entre estados, intensificando tensões, o que se poderá traduzir num desafio geopolítico e normativo/legislativo para a Comunidade Internacional.

para a Extensão da Plataforma Continental ou na assinatura de acordos entre os estados.

Por outro lado, observamos igualmente que o vasto potencial de recursos na região não se encontra equitativamente distribuído pelos seus atores, dependendo estes das potencialidades proporcionadas pela natureza às áreas que ocupam, bem como das capacidades tecnológicas e de investimento que possuem para a exploração das mesmas. A disparidade entre as economias da Federação Russa ou do Canadá, comparativamente com a Islândia ou Dinamarca (Gronelândia) são um exemplo do que acabamos de referir.

Por último, observamos no quarto capítulo que a gestão das tensões e interesses constitui um desafio de governança para o Ártico, materializando-se através de diversas formas possíveis, nomeadamente a criação de um código de direito internacional polar específico. Neste sentido, embora haja uma legislação internacional de base, à luz da qual os atores polares pretendem que continuem a ser solucionados os diferendos desta região, a questão normativa permanece ainda em aberto, face aos novos desafios geopolíticos que se afiguram na região.

Face ao exposto, pensamos ter reunido as condições necessárias e suficientes que nos permitem considerar a primeira hipótese secundária como válida.

No que concerne à segunda hipótese secundária<sup>147</sup>, pensamos ter conseguido atestar a crescente valorização geopolítica da região do Ártico pela conjugação de mais valias que encerra em si.

Neste contexto, a crescente aposta na investigação científica, espelhada como meta em todas as estratégias dos estados ribeirinhos do Ártico, a par de um crescente investimento em tecnologia que possibilite a exploração dos recursos energéticos existentes na zona e o conseqüente desenvolvimento das suas economias regionais e

---

<sup>147</sup> HS 2: Os interesses geopolíticos no Ártico por parte de atores circumpolares, traduzir-se-ão, numa crescente valorização estratégica da região, espelhada em investimentos de índole militar na área de defesa e tecnologia por parte destes estados boreais.

internacionais, bem como na área da defesa, permitindo uma melhoria da navegabilidade e segurança das rotas marítimas do Ártico, a par da salvaguarda dos seus interesses nacionais, traduzem-se em fatores de valorização estratégica dos estados e da região circumpolar.

Pelo que se acaba de referir, considera-se igualmente válida a segunda hipótese secundária.

Por último, centrados na estratégia preconizada pela União Europeia para o Ártico, na sua crescente aproximação às questões da região, materializada em investimentos diversos e na tentativa de aceder ao seu fórum de excelência, o Conselho do Ártico, admitimos que possa vir a desempenhar um papel central na mediação e cooperação em questões relacionadas com esta região.

Quanto ao Conselho do Ártico, órgão primordial de debate e resolução diplomática das mais diversas questões, nomeadamente relacionadas com o ambiente, mares ou população da região circumpolar, com uma representatividade regional generalizada e crescente abertura a atores externos, tem revelado um papel fundamental na promoção do diálogo entre estados e populações indígenas consubstanciando a mais valia que representa nos diversos Tratados assinados sob a sua promoção.

Pelas razões supra referidas considera-se igualmente validada esta terceira hipótese secundária<sup>148</sup>.

Tendo sido validadas as três hipóteses secundárias em análise, resta-nos, por fim, atestar a legitimidade da hipótese principal<sup>149</sup> desta dissertação.

Com efeito, a região do Ártico é, indubitavelmente, no presente, um território de interesse multinacional. Num contexto profundamente globalizado, em que as ameaças que se colocam ao Sistema Internacional trespagam as suas fronteiras ténues,

---

<sup>148</sup> HS 3: As organizações supranacionais como o Conselho do Ártico ou a UE, constituirão atores de grande relevo na esfera internacional, privilegiando as relações de cooperação entre os estados, na salvaguarda e/ou mediação de interesses comuns.

<sup>149</sup> HP 1: O Ártico, enquanto território de interesse multinacional, constitui um desafio geopolítico transnacional e poderá tornar-se uma ameaça à estabilidade da comunidade internacional, à escala global.

reafirmando a importância dos seus atores e expondo as suas vulnerabilidades, observamos que as disputas no Ártico, bem como as ações dos seus atores noutras latitudes do globo, com consequências na região, poderão constituir fatores de tensão internacional.

Porém, face ao clima de estabilidade aparente que se faz sentir neste ponto do globo, a par dos inúmeros Tratados de cooperação e resoluções diplomáticas de contendas na região, conjugadamente com o facto de os atores que têm manifestado uma aproximação às potencialidades da região não vislumbrarem vantagens em manter relações contenciosas nestas áreas e serem, maioritariamente, estados de direito democrático, com respeito pela paz mundial e princípios de direito internacional, admitimos não estarem reunidas as condições suficientes para afirmar com certeza que o espaço Ártico possa indubitavelmente tornar-se um ponto de ameaça à escala global.

Neste sentido, admitimos como válida apenas a primeira parte desta hipótese, refutando o ponto supra referido.

## **5.1 Sugestões**

Para além do exposto anteriormente importa ainda referir que esta investigação não tem a presunção de se constituir um documento definitivo ou imutável. Face à acelerada transformação do objecto de estudo a que assistimos no presente, consideramos ser essencial manter um foco nesta área, nas políticas, estratégias e ações dos seus atores e dinâmicas de poder que se desenvolvem na região.

Neste sentido, consideramos ainda que o conhecimento holístico desta região, fundamenta que grande parte dos vetores por nós abordados venha a ser alvo de uma análise mais profunda ou centrada noutros domínios.

Assim, para que o Ártico seja cada vez mais uma fonte de conhecimento, enquanto caso de estudo ambiental, de entre outros possíveis, e desafio que se coloca no tempo

presente, materializamos algumas linhas de análise que, na impossibilidade de serem abordadas nesta dissertação, constituem, no nosso entendimento, vetores de análise pertinentes e, sobretudo, desafiantes.

1. Consequências do degelo do *permafrost* nas infraestruturas do Ártico e o impacto real da libertação do carbono nele contido para o ambiente
2. Consequências das dinâmicas de poder entre os atores circumpolares e externos para as populações indígenas do Ártico.
3. Lacunas normativas relativas à circulação nas novas rotas do Norte e implicações na exploração petrolífera *offshore*.
4. Impacto real da exploração de recursos energéticos do Ártico na Economia Mundial: investimentos, lucros e relações de dependência.

## Referências Bibliográficas

- AC. (2011a, Abril 21). *Agreement on Cooperation on Aeronautical and Maritime Search and Rescue in the Arctic. Other*. Retrieved Fevereiro 26, 2015, from Arctic Portal Library:  
[http://library.arcticportal.org/1474/1/Arctic\\_SAR\\_Agreement\\_EN\\_FINAL\\_for\\_signature\\_21-Apr-2011.pdf](http://library.arcticportal.org/1474/1/Arctic_SAR_Agreement_EN_FINAL_for_signature_21-Apr-2011.pdf)
- AC. (2013, Maio 15). *Chairmanship*. Retrieved Janeiro 28, 2015, from Arctic Council:  
<http://www.arctic-council.org/index.php/en/about-us/arctic-council/canadian-chairmanship/735-canadian-chairmanship-program-2013-2015>
- AC. (1996). *Declaration on the Establishment of the Arctic Council*. Arctic Council. Ottawa, Canada: Joint Communique of the Governments of the Arctic Countries on the Establishment of the Arctic Council.
- AC. (2011b, Abril 27). *History*. Retrieved Novembro 30, 2014, from Arctic Council:  
<http://www.arctic-council.org/index.php/en/about-us/arctic-council/history>
- AC. (2011c). *Observers*. Retrieved Janeiro 30, 2015, from Arctic Council:  
<http://www.arctic-council.org/index.php/en/about-us/arctic-council/observers>
- AC. (2011d). *The Arctic Environment and Climate Change*. Retrieved Dezembro 30, 2014, from Arctic Council:  
<http://www.arcticcouncil.org/index.php/en/environment-andpeople/environment-and-climate>
- AC. (2008). *The Ilulissat Declaration - Arctic Ocean Conference: Ilulissat, Greenland, 27-29 May 2008*. Ilulissat: Arctic Ocean Conference.
- ACIA. (2004). *Arctic Climate Impact Assessment: Impacts of a Warmin Arctic*. Cambridge: Cambridge University Press.
- AE. (2008). *Northern Sea Route Options*. Retrieved Janeiro 15, 2015, from Arctic Economics: [http://benmuse.typepad.com/arctic\\_economics/shipping/](http://benmuse.typepad.com/arctic_economics/shipping/)

- AE. (2009, Agosto 26). *Where is the Beaufort Sea boundary between the U.S. and Canada?* Retrieved Janeiro 21, 2015, from Arctic Economics: <http://benmuse.typepad.com/.a/6a00d8341d9cb353ef0120a579fcc0970c-popup>
- AEPS. (1991). *Declaration on the Protection of Arctic Environment*. ROVANIEMI, FINLAND: Disponível em: <http://www.arcticcouncil.org/index.php/en/document-archive/category/4-founding-documents?download=53:aeps>.
- AI. (2014). *Arctic Shipping: an analysis of the 2013 northern sea route*. The Arctic Institute: Center for Circumpolar Security Studies.
- AI. (2015). *Report from 2015 Arctic Frontiers Conference "Climate and Energy", Tromsø, 18-23 January 2015*. Arctic Institute.
- ALMEIDA, P. V. (1990). *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: ISCSP.
- ALMEIDA, P. V. (1994). *Ensaios de Geopolítica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto de Investigação Científica Tropical.
- AMAP. (2010). *Maps & Graphics*. Retrieved Janeiro 27, 2015, from Arctic Monitoring and Assessment Programme: <http://www.amap.no/documents/18/maps-and-graphics/74>
- ANTRIM, C. (2010, Summer). The Next Geographical Pivot: the Russian Arctic in the Twenty-first Century. *Naval War College Review*, 63, pp. 15-37.
- AP. (2015). *Map of the Arctic*. Retrieved Janeiro 29, 2015, from Arctic Portal: <http://portal.intermap.com/#mapID=49&groupID=&z=1.0&up=635.2&left=2001105.4>
- ATHROPOLIS. (2009, 08 5). *Arctic: Canada Leads NATO Confrontation With Russia*. Retrieved 01 08, 2015, from Global Research - Centre for Research on Globalization: <http://www.globalresearch.ca/articlePictures/arcticmap-new.gif>
- BALÃO, S. M. (2011). *A Matriz do Poder*. Lisboa: Edições MGI.
- BALÃO, S. M. (2012, Janeiro/Julho). A PESC, a PESD, a PCSD e a definição da Estratégia da UE para o Ártico. *Debater a Europa*, N°6, pp. 169-206.

- BALÃO, S. M. (2014). *Geoestratégia, Europa e Poder no Ártico*. In Vários, *A Segurança nas Relações Transatlânticas*. Lisboa: Edições MGI.
- BALÃO, S. M. (2010). *Globalização, Geopolítica, Geografias de Poder e a(s) Estratégia(s) para o Ártico. Trabalho de Investigação Final do Curso de Defesa Nacional*. Lisboa: Ed. Autor.
- BARENTS OBSERVER. (2013). *The Russian Government has approved the strategic program on Arctic development up to 2020, signed by President Vladimir Putin*. Retrieved Janeiro 22, 2015, from Barents Observer: <http://barentsobserver.com/en/arctic/2013/02/russialaunchesprogramarcticdevelopment20202002>
- BBC. (2007, Agosto 2007). *Expedição russa finca bandeira no fundo do Ártico*. Retrieved Dezembro 5, 2014, from BBC: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/08/070802\\_russia\\_articorg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/08/070802_russia_articorg.shtml)
- BERGH, K. (2012, Julho 1). *The Arctic Policies of Canada and The United States: Domestic Motives and International Context*. *SIPRI Insights on Peace and Security*, pp. 1-20.
- BERGO, H. (2014, Fevereiro 27). *Northeast Passage to revolutionize global shipping*. Retrieved Janeiro 20, 2015, from Global Risk Insights: <http://globalriskinsights.com/2014/02/northeast-passage-to-revolutionize-global-shipping/>
- BLAU, J. (2013, Dezembro 12). *A new Cold War in the Arctic?* Retrieved Dezembro 25, 2014, from DW: <http://www.dw.de/a-new-cold-war-in-the-arctic/a-17290633>
- BOJAXHIU, A. G. (n.d.). Retrieved fevereiro 2, 2015, from Citador.pt: <http://www.citador.pt/frases/eu-sei-que-o-meu-trabalho-e-uma-gota-no-oceano-m-madre-teresa-de-calcuta-14330>
- BRIGHAM, L., & ELLIS, B. (2004). *Arctic Marine Transport Workshop: 28-30 September*. Cambridge: Cambridge University: Institute of the North; U.S. Arctic Research Commission; International Arctic Science Committee.
- BRUBAKER, D. (2005). *The Russian Arctic Straits*. Boston: Martinus Nijhoff Publishers.

CANADIAN GOVERNMENT. (2009). *Canada's Northern Strategy: Our North, Our Future*. Minister of Indian Affairs and Northern Development and Federal Interlocutor for Métis and Non-Status Indians; Minister of Foreign Affairs. Canadian Government.

CANADIAN SENATE. (1907, Fevereiro 20). Senator Pascal Poirier Speech. *Canadian Senate Debates*, p. 271.

CARC. (n.d.). *The Arctic Environmental Protection Strategy*. Retrieved Dezembro 5, 2014, from Canadian Arctic Resources Committee:  
<http://www.carc.org/pubs/v21no4/protect.htm>

CBC NEWS. (2012, Abril 12). *Canada, Denmark continue talks on Hans Island*. Retrieved Janeiro 22, 2015, from CBC NEWS:  
<http://www.cbc.ca/news/canada/north/canada-denmark-continue-talks-on-hans-island-1.1254470>

CCE. (2008). *A União Europeia e a região do Ártico*. COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS.

CG. (2012, Abril). *Tracking Routes*. Retrieved Janeiro 15, 2015, from Canadian Geographic:  
[http://www.canadiangeographic.ca/magazine/apr12/satellites\\_see\\_climate\\_change\\_effects5.asp](http://www.canadiangeographic.ca/magazine/apr12/satellites_see_climate_change_effects5.asp)

CG-WWM. (2013, Julho 18). *Major icebreakers of the world*. Retrieved Fevereiro 20, 2015, from United States Coast Guard:  
<http://www.uscg.mil/hq/cg5/cg552/docs/20130718%20Major%20Icebreaker%20Chart.pdf>

CIA. (2014). *Central Intelligence Agency*. Retrieved Janeiro 22, 2015, from World Factbook: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

CLAUSONNE, G. M. (2007). L'Arctique comme Zone Stratégique: les Évolutions Géopolitiques et les Enjeux. *Bulletin d'Études de la Marine*, 36, pp. 77-98.

CLINE, R. S. (1980). *World Power Trends and U.S. Foreign Policy for the 1980's*. Boulder Colorado: Westview Press.

- COHEN, A. (2011). Russia in the Arctic: challenges to U.S. energy and geopolitics in the High North. In U. S. College, *Russia in the Arctic* (pp. 1-42). Strategic Studies Institute.
- COHEN, S. B. (2003). *Geopolitics of the World System*. Maryland: Rowman & Littlefield.
- COHEN, S. B. (1968). *Teorias Geopolíticas. Trad. ISCSPU. Geopolítica Tropical*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- COHEN, S. (1991). Presidential Address: Global Geopolitical Change in the Post-Cold War Era. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 81, No 4 , pp. 551-580.
- CONGRESS OF THE USA. (1995). *Nuclear Wastes in the Arctic: An Analyses of Arctic and Other Regional Impacts from Soviet Nuclear Contamination*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office: Office of Technology Assesment.
- CONN, H. (2014, Novembro 14/16). Tensions in the Arctic. *Counter Punch* , Disponível Online em: <http://www.counterpunch.org/2014/11/14/tensions-in-the-arctic>.
- COPELAND, B., & WATKINS, D. (2013, Dezembro 7). Sunday Review: Rushing for the Arctic's Riches. *NY TIMES* , SR6.
- CORREIA, P. (2002). *Manual de Geopolítica e Geoestratégica*. Coimbra: Quarteto Editora.
- COUTEAU-BÉGARIE, H. (2007). *L'Océan Globalise: Géopolitique des Mers au XXIe Siècle*. Paris: Economica.
- DAWSON, T. (2013, Junho 7). *Canada suspends military operations near disputed Hans Island*. Retrieved Janeiro 22, 2015, from o.canada: news: <http://o.canada.com/news/261064>
- DESHAIES, B. (1998). *Metodologia de Investigação em Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DIAS, M. (2010). *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinaamentos*. Lisboa: Prefácio.

- DODDS, K. (2010, Outubro). A Polar Mediterranean? Accessibility, Resources and Sovereignty in the Arctic Ocean. *Global Policy Journal* , pp. 303-311.
- DOLMAN, E. C. (2002). *Astropolitik: Classical Geopolitics in the Space Age*. London: Frank Cass Publishers.
- DOUGHERTY, J. E., & PFALTZGRAFF Jr, R. L. (2011). *Relações Internacionais*. 2ªEd. Lisboa: Gradiva.
- DURHAM UNIVERSITY. (2014, Dezembro 16). *Maritime jurisdiction and boundaries in the Arctic region*. Retrieved Dezembro 28, 2014, from IBRU: Centre for Borders Research: <https://www.dur.ac.uk/ibru/resources/arctic/>
- EC. (2013). *Russia EU Bilateral trade and trade with the world*. European Commission: [http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc\\_113440.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_113440.pdf).
- EC. (2012). *Desenvolvimento de uma política da UE para a região do Ártico. progressos registados desde 2008 e próximos passos*. European Commission: <http://eurollex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52012JC0019:PT:NOT>.
- EIDE, E., & KASPERSEN, A. (2015, Fevereiro 15). *How should the world react to growing security threats?* Retrieved Fevereiro 15, 2015, from WEF: Agenda: <https://agenda.weforum.org/2015/02/how-should-the-world-adapt-to-global-security-threats/>
- EPA. (2015, Fevereiro). *Climate Change*. Retrieved Fevereiro 2, 2015, from United States Environmental Protection Agency: <http://www.epa.gov/climatechange/>
- FERRÃO, E. M. (2014). *Cadernos do IESM, nº3 - A Abertura da Rota do Ártico (Northern Passage): Implicações Políticas, Diplomáticas e Comerciais*. Lisboa: Fronteira do Caos Editores.
- FHI. (2015). *Free Hans Island from the canadian oppression*. Retrieved Janeiro 20, 2015, from freehansisland.com: <http://freehansisland.com/>
- FRANCO, J. (2014, Julho/Dezembro). Uma introdução à geopolítica das regiões polares. *Revista de Geopolítica*, v. 5, nº 2 , pp. 50-66.

- FREEMAN, S. P., & SOLIRANO, C. (2014). *TRENDS IN WORLD MILITARY EXPENDITURE, 2013*. SIPRI: Stockholm International Peace Research Institute.
- GAZPROM. (2014, Abril 18). *First oil from Russian Arctic shelf loaded*. Retrieved Janeiro 2, 2015, from Gazprom news: <http://www.gazprom.com/press/news/2014/april/article189209/>
- GAZPROM. (2015a, nd nd). *Gazprom activities in Europe, CIS & Baltic, America & Asia-Pacific*. Retrieved Fevereiro 15, 2015, from Gazprom: <http://www.gazprom.com/>
- GAZPROM. (2015b). *Prirazlomnoye oil field*. Retrieved Fevereiro 10, 2015, from Gazprom: <http://www.gazprom.com/about/production/projects/deposits/pnm/>
- GLOBAL SECURITY. (2014, Agosto 26). *Canada Ready to use force against Russia in the Arctic*. Retrieved Janeiro 15, 2015, from Global Security: <http://www.globalsecurity.org/military/library/news/2014/08/mil-140826-rianovosti02.htm>
- GLOBAL SECURITY. (2015c, Janeiro 13). *News: Russia*. Retrieved Janeiro 15, 2015, from <http://www.globalsecurity.org/wmd/library/news/russia/2015/russia-150113-sputnik03.htm>: <http://www.globalsecurity.org/wmd/library/news/russia/2015/russia-150113-sputnik03.htm>
- GLOBAL SECURITY. (2015b, Fevereiro 15). *Russia Plans \$123.3 Million in Upgrades for Arctic Military Base*. Retrieved Fevereiro 15, 2015, from Global Security: <http://www.globalsecurity.org/wmd/library/news/russia/2015/russia-150215-sputnik03.htm>
- GLOBAL SECURITY. (2015d, Janeiro 8). *Russian Marines to prepare for Arctic warfare in 2015*. Retrieved Janeiro 15, 2015, from Global Security: <http://www.globalsecurity.org/wmd/library/news/russia/2015/russia-150108-sputnik01.htm>
- GLOBAL SECURITY. (2013, Dezembro 4). *US military buildup in Arctic irks Putin*. Retrieved Fevereiro 15, 2015, from Global Security: <http://www.globalsecurity.org/military/library/news/2013/12/mil-131204-presstv02.htm>

- GORBACHEV, M. (1987). *Mikhail Gorbachev's Speech In Murmansk At The Ceremonial Meeting On The Occasion Of The Presentation Of The Order Of Lenin And The Gold Star To The City Of Murmansk*. Moscow: Novosti Press Agency.
- GOVERNMENT OF NORWAY. (2010b, Outubro 5). *The background to the Treaty concerning Maritime Delimitation and Cooperation in the Barents Sea and the Arctic Ocean*. Retrieved Janeiro 18, 2015, from Government.no: The background to the Treaty concerning Maritime Delimitation and Cooperation in the Barents Sea and the Arctic Ocean
- GOVERNMENT OF CANADA. (2009). *Canada's Northern Strategy: our North, our heritage, our Future*. Ottawa: Published under the authority of the Minister of Indian Affairs and Northern Development and Federal Interlocutor for Métis and Non-Status Indians.
- GOVERNMENT OF NORWAY. (2010). *Fellesuttalelse om maritim avgrensning og samarbeid i Barentshavet og Polhavet: Treaty between the Kingdom of Norway and the Russian Federation concerning Maritime Delimitation and Cooperation in the Barents Sea and the Arctic Ocean (English Translation)*. Murmansk: regjeringen.no.
- GOVERNMENT OF THE FRENCH REPUBLIC. (1920). Treaty of 9 February 1920 relating to Spitsbergen (Tratado de Svalbard). Paris: League of Nations Treaty Series.
- GREAT BRITAIN, RUSSIA . (1825). *Treaty of Saint Petersburg: Convention between Great Britain and Russia concerning the limits of their respective possessions on the north-west coast of America and the navigation of the Pacific Ocean, signed at St. Petersburg, 16(28) February, 1825*. St. Petersburg: Cambridge University Press.
- GRID-ARENDAL, UNEP. (2012, Fevereiro 21). *Northern Sea Route and the Northwest Passage compared with currently used shipping routes*. Retrieved Janeiro 30, 2015, from GRID-Arendal: [http://www.grida.no/graphicslib/detail/northern-sea-route-and-the-northwest-passage-compared-with-currently-used-shipping-routes\\_1336](http://www.grida.no/graphicslib/detail/northern-sea-route-and-the-northwest-passage-compared-with-currently-used-shipping-routes_1336)
- GROTIUS, H. (1916). *The Freedom of the Seas (Latin and English version, Magoffin translation): (1609)*. New York: Oxford University Press.

- HERRMAN, V. (2014). *A response to Admiral Robert J Papp, Jr.: America is Not (Yet) an Arctic Nation: 15.12.14*. The Arctic Institute: Center for Circumpolar Security Studies.
- HIICR. (2014). *Conflict Barometer 2013* (Vol. 22). Heidelberg: Heidelberg Institute for International Conflict Research.
- HOFFMAN, S. H. (1979). *Teorías contemporáneas sobre las relaciones internacionales*. Madrid.
- HONG, N. (2011). *Arctic Energy: Pathway to Conflict or cooperation in the High North?*, *Journal of Energy Security*. Retrieved Janeiro 29, 2014, from Potomac: Institute for the Analysis of global security: <http://www.ensec.org>
- HUMPERT, M. e. (2012). *The future of Arctic shipping along the transpolar sea route*. Retrieved Dezembro 28, 2014, from Arctic Year Book: [http://arcticyearbook.com/images/Articles\\_2012/Humpert\\_and\\_Raspotnik .pdf](http://arcticyearbook.com/images/Articles_2012/Humpert_and_Raspotnik.pdf)
- IAEM. (1993). *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica*. Lisboa: IAEM.
- IAEM. (1982). *Origens e Evolução do Pensamento Geopolítico: Síntese Histórica*. Lisboa: IAEM.
- ICJ. (1993). *Case concerning maritime delimitation in the area between Greenland and Jan Mayen (DENMARK v. NORWAY): Judgment of 14 June 1993*. International Court Of Justice: I.C.J. Reports 1993 p,38.
- IESM. (2007). *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica: ME 71-00-08*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- IISS. (2014). *The Military Balance 2014*. London: International Institute for Strategic Studies: Routledge.
- IPCC. (2007). *Climate Change 2007: Synthesis Report: Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Geneva, Switzerland: Published by the Intergovernmental Panel on Climate Change.
- IPCC. (2014). *Climate Change 2014: Synthesis Report of the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Published by the Intergovernmental Panel on Climate Change.

- ISA. (1982). *The Authority*. Retrieved Janeiro 20, 2015, from International Seabed Authority: <http://www.isa.org.jm/>
- JNRFC. (2012). *Historically high cod quota in the Norwegian–Russian Fisheries Agreement for 2013: Protocol of the 42nd session of the Joint Norwegian–Russian Fisheries Commission*. Trondheim: Norway: Ministry of Fisheries and Coastal Affairs.
- JONES, B. E. (2009). O Aumento na taxa e uniformidade de erosão costeira no ártico. *Geophysical Research Letters Vol 36, Issue 3* .
- KATIGBAK, J. (2014, Maio 30). *Obama calls on US Senate to ratify UNCLOS*. Retrieved Janeiro 15, 2015, from Phill Star: <http://www.philstar.com/headlines/2014/05/30/1329020/obama-calls-us-senate-ratify-unclos>
- KILLABY, G. (2006a). “Le grand jeu dans le Grand Nord” : Remise en question de la souveraineté du Canada dans l’Arctique. *Revue Militaire Canadienne, Vol. 6, No 4, Hiver* , pp. 31-40.
- KILLABY, G. (2006b). “GREAT GAME IN A COLD CLIMATE”: CANADA’S ARCTIC SOVEREIGNTY IN QUESTION. *Canadian Military Journal* , 31-40.
- KINGDOM OF DEENMARK. (2009). *Act on Greenland Self-Government*. Amalienborg: The Danish Parliament.
- KINGDOM OF DENMARK. (2011). *Denmark, Greenland and Faroe Islands: Kigndom of Denmark Strategy for the Arctic*. Ministry of Foreign Affairs.
- KOREN, M. (2014, Setembro 15). *Geopolítica: ÁRTICO É ESPELHO DA TENSÃO ATUAL ENTRE ESTADOS UNIDOS E RÚSSIA*. *Texto do Defense One Tradução, adaptação, edição e título por Nicholle Murrel: defesa Net*. Retrieved Fevereiro 10, 2015, from Defesa Net: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/16815/Artico-e-espelho-da-tensao-atual-entre-Estados-Unidos-e-Russia-/>
- LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. D. (1994). *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Atlas.

- LASSERRE, F. (2011). *Des autoroutes maritimes polaires? Analyse des stratégies des transporteurs maritimes dans l'Arctique*. Cybergeog: European Journal of Geography. Disponível Online em: <http://cybergeog.revues.org/23751>.
- LASSERRE, F. (2004, Dezembro). Les détroits arctiques canadiens et russes. Souveraineté et développement de nouvelles routes maritimes. *Cahiers de géographie du Québec*, pp. 397-425..
- LEAGUE OF NATIONS. (1930). Convention on certain questions relating to the conflict of nationality laws: the Hague - 12 April 1930. 179, p. 89. Haia: League of Nations, Treaty Series: n ° 4137.
- LEAL, J. L. (2014b). *Geopolítica do Ártico no Século XXI*. Lisboa: Letras Itinerantes, Edição e Distribuição de livros, Lda.
- LEAL, J. L. (2014a). Geopolítica dos mares do espaço Ártico. In C. M. Dias (coord.), *Geopolítica e o Mar* (pp. 229-269). Lisboa: MGI, Lda.
- LEWIS-KOSKINEN, S. (2010, Dezembro 13). U.S. - Canada Dispute Over Offshore Territory. *ICE Case Studies: Number 228*, p. Disponível online: <http://www1.american.edu/ted/ice/BEAUCANUS.htm>.
- LISPECTOR, C. (1969). *Uma Aprendizagem ou o Livro dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LOSSAN, A. (2014, Fevereiro 8). *Especialistas discutem impacto de novas sanções da UE na economia de Moscovo*. Retrieved Fevereiro 15, 2015, from Gazeta Russa: [http://br.rbth.com/economia/2014/08/02/especialistas\\_discutem\\_impacto\\_de\\_novas\\_sancoes\\_da\\_ue\\_na\\_economia\\_de\\_26751.html](http://br.rbth.com/economia/2014/08/02/especialistas_discutem_impacto_de_novas_sancoes_da_ue_na_economia_de_26751.html)
- LUSA. (2009, Maio 19). Dinamarca: Parlamento aprova lei sobre autonomia alargada da Gronelândia. *Diário de Notícias*, p. Disponível online em: [http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=1237709#AreaComentarios](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=1237709#AreaComentarios).
- LUSA. (2007, Agosto 15). EUA: Bombardeiros russos cada vez mais perto das costas norte-americanas. *Jornal de Notícias*, p. Disponível online em: [http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=707485](http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=707485).

- LUSA. (2014, Abril 22). Putin ordena criação de rede de bases navais no Ártico. *Diário de Notícias: Globo*, p. Disponível online em: [http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=3825224&seccao=Europa](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3825224&seccao=Europa).
- MACKINDER, H. J. (1919). *Democratic Ideals and Reality: a study in the politics of reconstruction*. London: Constable and Company, Ltd.
- MACKINDER, H. (1904, Abril). The Geographical Pivot of History. (T. R. Geographers), Ed.) *The Geographical Journal Vol. 23, No. 4*, pp. 421-437.
- MACKINDER, H. (1943, July). The Round World and the Winning of the Peace. *Foreign Affairs, Vol., No. 4*, pp. 595-605.
- MAHAN, A. (1918). *The Influence of Sea Power Upon History*. Boston: Little, Brown and Company.
- MARCELINO, D., BARATA, M. J., BORGES, M., & PEREIRA, R. (2007). O Ártico enquanto zona de Tensão e Conflito entre os ditames da geopolítica clássica e a ética da ecopolítica. *Seminário de Geopolítica da Paz e dos Conflitos: Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos* (p. 16). Coimbra: ISMT.
- MATTHEWS, D. (2011). The Prospects and the Perils of Beaufort Sea Oil: How Canada is Dealing with Its High North. *Journal of Energy Security - Institute for the Analysis of Global Security*, p. Disponível online em: [www.ensec.org](http://www.ensec.org).
- MCCARTHY, T. R. (2009). *Global Warming Threatens National Interests in the Arctic: Strategy Research Project*. Carlisle Barracks: U.S. Army War College.
- MDN. (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa.
- MEGORAN, N., & SHARAPOVA, S. (2005). *Mackinder's "Heartland": A Help Or Hindrance In Understanding Central Asia's International Relations?* Retrieved Janeiro 8, 2015, from CA&CC Press: Publishing House (Sweden): [http://www.ca-c.org/journal/2005/journal\\_eng/cac-04/02.megeng.shtml](http://www.ca-c.org/journal/2005/journal_eng/cac-04/02.megeng.shtml)
- MERTL, S. (2012, Abril 11). *Hans Island dispute between Canada and Denmark nearly over*. Retrieved Janeiro 22, 2015, from Daily Brew: Canada News: <https://ca.news.yahoo.com/blogs/dailybrew/hans-island-dispute-between-canada-denmark-nearly-over-191937610.html>

- MFARF. (2014, Março 17). *PRESS RELEASE: About the approval of the Russian application regarding the Sea of Okhotsk by the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. Retrieved Fevereiro 10, 2015, from Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation: official site:  
[http://www.mid.ru/brp\\_4.nsf/0/FABB93ED2E08859744257CA00020931E](http://www.mid.ru/brp_4.nsf/0/FABB93ED2E08859744257CA00020931E)
- MINGST, K. (2003). *Essentials of International Relations. Second Edition*. New York: W W Norton & Co Inc, New York.
- MIT. (2010). *Mission 2011: Saving the Oceans. United States of America: Boston*. Retrieved Dezembro 28, 2014, from Massachusetts Institute of Technology:  
<http://web.mit.edu/>
- MOREIRA, A. (1983). *O papel das pequenas Potências*. Lisboa: UTL - ISCSP.
- MOREIRA, A. (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina.
- NASA. (2014a). *Arctic Sea Ice by Rebecca Lindsey*. Retrieved Janeiro 20, 2015, from Nasa: Earth Observatory:  
[http://earthobservatory.nasa.gov/Features/WorldOfChange/sea\\_ice.php](http://earthobservatory.nasa.gov/Features/WorldOfChange/sea_ice.php)
- NASA. (2014b, Dezembro 17). *NASA Satellites Measure Increase of Sun's Energy Absorbed in the Arctic*. Retrieved Dezembro 20, 2014, from nasa.gov:  
<http://www.nasa.gov/press/goddard/2014/december/nasa-satellites-measure-increase-of-sun-s-energy-absorbed-in-the-arctic/#.VKimG8bTXJ8>
- NASA. (2012a, Julho 24). *Satellites See Unprecedented Greenland Ice Sheet Surface Melt*. Retrieved Dezembro 20, 2014, from nasa.gov:  
<http://www.nasa.gov/topics/earth/features/greenland-melt.html>
- NASA. (2009, Abril 20). *Sea Ice*. (b. o.-E. Jesse Allen, Producer) Retrieved Janeiro 17, 2015, from NASA: Earth Observatory:  
<http://earthobservatory.nasa.gov/Features/SeaIce/>
- NASA. (2012b, Setembro 27). *Visualizing the 2012 Sea Ice Minimum*. Retrieved Janeiro 17, 2015, from NASA: Earth Observatory:  
[http://earthobservatory.nasa.gov/IOTD/view.php?id=79256&eocn=image&eoci=related\\_image](http://earthobservatory.nasa.gov/IOTD/view.php?id=79256&eocn=image&eoci=related_image)

- NATIONAL GEOGRAPHIC. (2015). *Arctic Ocean Geophysical Map*. Retrieved Janeiro 17, 2015, from National Geographic: Atlas Maps: <http://maps.nationalgeographic.com/maps/atlas/arctic-ocean-geophysical.html>
- NATO. (2009). *Arctic Regional Handbook*. Brussels: NATO HQ Situation Centre (SITCEN).
- NEWTON, I. (1675). *Letter written to fellow scientist, Robert Hooke, in February 1675*. n.d.: n.d.
- NMFA. (2009). *New Building Blocks in the North : The next step in the Government's High North Strategy*. Oslo: Norwegian Ministry of Foreign Affairs.
- NMFA. (2005). *Opportunities and Challenges in the North, Report No. 30 (2004-2005)*. Norwegian Government.
- NMFA. (2005). *Report No. 30 (2004–2005) to the Storting: Opportunities and Challenges in the North*. Government.no. Disponível online em: [https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/report\\_no-30\\_to\\_the\\_storting\\_2004-2005/id198406/](https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/report_no-30_to_the_storting_2004-2005/id198406/).
- NOAA. (2014). *Arctic Region Reference Map with place names from the UT Perry-Castaneda Library*. Retrieved Novembro 26, 2014, from National Oceanic and Atmospheric Administration: Arctic Region Reference Map with place names from the UT Perry-Castaneda Library
- NOAA. (2012, Junho 8). *NOAA: National Geophysical Data Center (NGDC)*. Retrieved Janeiro 17, 2015, from IBCAO: International Bathymetric Chart of the Arctic Ocean: [http://www.ngdc.noaa.gov/mgg/bathymetry/arctic/maps/version3\\_0/Ver3\\_Map\\_LetterSize\\_round.pdf](http://www.ngdc.noaa.gov/mgg/bathymetry/arctic/maps/version3_0/Ver3_Map_LetterSize_round.pdf)
- NORDREGIO. (2011). *Maps*. Retrieved Dezembro 27, 2014, from Nordic Centre for Spatial Development: <http://www.nordregio.se/en/Maps--Graphs/>
- NORWEGIAN GOVERNMENT. (2015, Janeiro 20). *New, major opportunities for Northern Norway: Announcement of the 23rd licensing round*. Retrieved Fevereiro 26, 2015, from Government.no: <https://www.regjeringen.no/en/aktuelt/new-major-opportunities-for-northern-norway/id2362200/>

- NSIDC. (2015a, Fevereiro 20). *Arctic Sea Ice and News and Analysis*. Retrieved Fevereiro 20, 2015, from National Snow and Ice Data Center: <http://nsidc.org/arcticseaicenews/>
- NSIDC. (2014). *NASA Satellite Images of Arctic Change*. Retrieved Fevereiro 2, 2015, from National Snow and Ice Data Center: <http://nsidc.org/soac/looming-questions>
- NSIDC. (2015b, Janeiro). *Sea Ice Index*. Retrieved Janeiro 30, 2015, from National Snow and Ice Data Center: [http://nsidc.org/data/seaice\\_index/](http://nsidc.org/data/seaice_index/)
- NSIDC. (2008, Outubro 31). *SOTC: Permafrost and Frozen Ground*. Retrieved Janeiro 2015, 2015, from National Snow and Ice Data Center: State of the Cryosphere: <https://nsidc.org/cryosphere/sotc/permafrost.html>
- OECD. (2012). *Organisation for Economic Cooperation and Development – Trade Costs*. Paris: Disponível online em: <http://www.oecd.org/>.
- OLESEN, M. R., & CLEMMENSEN, J. (2014). *Arctic Security: Global Dynamics Upset Stable Regional Order: 8.12.14*. Arctic Council. Disponível online em: <http://www.thearcticinstitute.org/2014/12/arctic-security-regional-stability.html>.
- ONU. (2000). *Declaração do Milénio das Nações Unidas: Resolução A/RES/55/2 - Cimeira do Milénio, Nova Iorque*. Lisboa: United Nations Information Centre.
- OSTRENG, W. (2012). Shipping and resources in the Arctic ocean. A Hemispheric Perspective. In Heininen, *Arctic yearbook* (pp. 247-280). Canada: University of the Arctic.
- OVERLAND, J. (2008). The Case for Global Warming in the Arctic. *Influence of Climate Change on the Changing Arctic and Sub-Arctic Conditions*, pp. 13-23.
- PARDO, A. (1967). *United Nations General Assembly - 22nd Session: Agenda Item 92*. New York: Official Records: Wednesday, 1 November 1967 at 10:30 a.m.
- PE. (2014). *Parlamento Europeu - Resolução do Parlamento Europeu sobre a estratégia da UE para o Ártico: B7-0230/2014*. Parlamento Europeu. Disponível online em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+MOTION+B7-2014-0230+0+DOC+XML+V0//PT>.

- PERRY, C. e. (2012). *New Strategic Dynamics in the Arctic Region. Implications for National Security and International Collaboration*. Washington: The Institute for foreign Policy analysis, Inc.
- PESSOA, F. (n.d.). *Fernando Pessoa*. Retrieved Fevereiro 26, 2015, from citador.pt: <http://www.citador.pt/frases/os-argumentos-sao-quase-sempre-mais-verdadeiros-fernando-pessoa-17417>
- PIM, J. (2008). Geopolítica, Riscos Securitários e Remilitarização no Ártico: alguns apontamentos. *Geopolítica: Revista do Centro Português de Geopolítica, nº2* , pp. 75-102.
- POPPER, K. (2002). *The Logic of Scientific Discovery*. New York: Routledge Classics.
- QUIVY, R., & CAMPENHOUDT, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais 2ª Ed.* Lisboa: Gradiva.
- RAAEN, H. F. (2008). *Hydrocarbons and Jurisdictional Disputes in the High North Explaining the Rationale of Norway's High North Policy*. Disponível online em: <http://www.fni.no/doc&pdf/FNI-R1108.pdf>.
- RCI. (2010, Setembro 16). *Eye on the Arctic: Norway and Russia Sign Treaty to End Boundary Dispute in Barents Sea*. Retrieved Janeiro 20, 2015, from Radio Canada International : [http://www.rcinet.ca/eye-on-the-arctic/wp-content/uploads/sites/30/1999/blog\\_images/unep\\_barents.gif](http://www.rcinet.ca/eye-on-the-arctic/wp-content/uploads/sites/30/1999/blog_images/unep_barents.gif)
- ROTHWELL, D. R. (1996). *The Polar Regions and the Development of International Law*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RT. (2015, Janeiro 2015). *We need off-shore drilling, says Obama; like another hurricane, add locals*. Retrieved Fevereiro 26, 2015, from RT: <http://rt.com/usa/227175-atlantic-offshore-drilling-plans/>
- RUSSIAN FEDERATION. (2012). *Federal Law on ammedments to specific legislative acts of the Russian Federation related to governmental regulation of merchant shipping in the water area of the Northern Sea Route*. [http://www.arcticlio.com/docs/nsr/legislation/federal\\_law\\_nsr.pdf](http://www.arcticlio.com/docs/nsr/legislation/federal_law_nsr.pdf).

- RUSSIAN FEDERATION. (2009). *The Russian Arctic Strategy for the Period up to 2020*. Rossiyskaya Gazeta. Disponível online em: <http://www.arctic-search.com/Russian+Federation+Policy+for+the+Arctic+to+2020>.
- RUSSIAN FEDERATION. (2009). *THE RUSSIAN ARCTIC STRATEGY FOR THE PERIOD UP TO 2020*. Rossiyskaya.
- SAMPIERI, R., COLLADO, C., & LUCIO, M. (2013). *Metodologia de Pesquisa 5ª Ed.* Santana: Penso Editora.
- SCF. (2015). *Sovcomflot*. Retrieved Janeiro 28, 2015, from SCF: <http://www.scf-group.ru/>
- SECHRIST, F., FETT, R., & PERRYMAN, D. (1989). *Forecasters Handbook for the Arctic* (Vols. Technical Report TR 89-12). Monterey, CA: United States Navy: Naval Environmental Prediction Research Facility.
- SMOLKA, H. (1937). *40 000 against the Arctic: Russia's polar empire*. NY: William Morrow & co.
- SMOLKA, H. (1938, Janeiro). Soviet Strategy in the Arctic. *Foreign Affairs, Vol. 16, No. 2*, pp. Disponível online em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/69791/h-p-smolka/soviet-strategy-in-the-arctic>.
- STIMSON. (2013, Setembro 15). *Evolution of Arctic Territorial Claims and Agreements: A Timeline (1903-Present)*. Retrieved Novembro 26, 2014, from STIMSON: 25 years of pragmatic solutions for global security: <http://www.stimson.org/infographics/evolution-of-arctic-territorial-claims-and-agreements-a-timeline-1903-present/>
- TFO. (2007a). *Le Climat et Les Saisons*. Retrieved Janeiro 10, 2015, from Terres Arctiques: <http://www.tfo.org/sites/liste/?s=18183>
- TFO. (2007b). *Les Eaux Arctiques*. Retrieved 2015, from Terres Arctiques: <http://www.tfo.org/sites/liste/?s=18183>
- TFO. (2007c). *Terres Arctiques*. Retrieved Janeiro 10, 2015, from Terres Arctiques: <http://www.tfo.org/sites/liste/?s=18183>
- THE WHITE HOUSE. (2013). *NATIONAL STRATEGY FOR THE ARCTIC REGION: May 10, 2013*. Washington: The White House.

- THE WORLD BANK. (2014). *Worldwide Governance Indicators*. Retrieved Fevereiro 26, 2015, from The World Bank:  
<http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home>
- TITLEY, D., & JOHN, C. (2010). Arctic Security Considerations and the U.S. Navy's Roadmap for the Arctic. *Naval War College Review*, Vol. 63, No. 2 , pp. 35-48.
- TOCQUEVILLE, A. d. (n.d.). *Alexis de Tocqueville*. Retrieved Fevereiro 26, 2015, from Mundo das Mensagens:  
<http://www.mundodasmensagens.com/frase/TmEgcG9s/>
- TRUMAN, H. S. (1945). *Proclamation 2667 - Policy of the United States With Respect to the Natural Resources of the Subsoil and Sea Bed of the Continental Shelf: September 28*,. Washington.
- TVI. (2015, 20 Janeiro). *Ártico: Noruega pode ceder à exploração do petróleo Redefinição dos limites do gelo no Ártico em debate*. Retrieved 20 Janeiro, 2015, from TVI24: Internacional: <http://www.tvi24.iol.pt/internacional/20-01-2015/artico-noruega-pode-ceder-a-exploracao-do-petroleo>
- TZU, S. (2012). *A Arte da Guerra: Edição em português*. Clássica Editora.
- UN. (1995). *Agreement between the Kingdom of Denmark and the Kingdom of Norway concerning the delimitation of the continental shelf in the area between Jan Mayen and Greenland and concerning the boundary between the fishery zones in the area. 18 December 1995*.  
<http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/STATEFILES/NOR.htm>.
- UN. (1957). *Agreement between the Royal Norwegian Government and the Government of the Union of Soviet Socialist Republics concerning the sea frontier between Norway and the USSR in the Varangerfjord, 15 February 1957*. Oslo: United Nations Delimitation Treaties Infobase. Disponível online em:  
<http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/NOR-RUS1957SF.PDF>.
- UN. (2014b, Maio 1). *Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) Outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles from the baselines: Submissions to the Commission: Partial revised Submission by the*

*Russian Federation*. Retrieved Janeiro 22, 2015, from Oceans and Law of the Sea: division for ocean affairs and the law of the sea:  
[http://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/submission\\_rus\\_rev.htm](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_rus_rev.htm)

UN. (2014a, Dezembro 29). *Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) Outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles from the baselines: Submissions to the Commission: Partial Submission by Canada*. Retrieved Janeiro 22, 2015, from Oceans and Law of the Sea: Division for ocean affairs and the law of the sea:  
[http://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/submission\\_can\\_70\\_2013.htm](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_can_70_2013.htm)

UN. (2014c, Dezembro 10). *Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) Outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles from the baselines: Submissions to the Commission: Submission by the Kingdom of Denmark*. Retrieved Janeiro 22, 2015, from Oceans and Law of the Sea: division for ocean affairs and the law of the sea:  
[http://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/submission\\_dnk\\_68\\_2013.htm](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_dnk_68_2013.htm)

UN. (2015, Janeiro 8). *Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) Outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles from the baselines: Submissions to the Commission: Submission by the Kingdom of Denmark*. Retrieved Janeiro 22, 2015, from Oceans and Law of the Sea: division for ocean affairs and the law of the sea:  
[http://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/submission\\_dnk\\_76\\_2014.htm](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_dnk_76_2014.htm)

UN. (2013, Janeiro 24). *Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) Outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles from the baselines: Submissions to the Commission: Submission by the Republic of Iceland*. Retrieved Janeiro 22, 2015, from Oceans and Law of the Sea: Division for ocean affairs and the law of the sea:  
[http://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/submission\\_isl\\_27\\_2009.htm](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_isl_27_2009.htm)

UN. (2009, Junho 30). *Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) Outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles from the baselines: Submissions to the Commission: Submission by the Russian*

*Federation*. Retrieved Janeiro 22, 2015, from Oceans and Law of the Sea: division for oceans affairs and the law of the sea:  
[http://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/submission\\_rus.htm](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_rus.htm)

UN. (2014d, Maio 1). *Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS): Outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles from the baselines: Submissions to the Commission: Partial revised Submission by the Russian Federation*. Retrieved Novembro 29, 2014, from Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea:  
[http://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/submission\\_rus.htm](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_rus.htm)

UN. (1958d). *Convention on the Continental Shelf: 29 April 1958*. Geneva: United Nations, Treaty Series, No. 7302, vol. 499.

UN. (1958b). *Convention on the High Seas: 29 April 1958*. Geneva: United Nations, Treaty Series, vol. 450, .

UN. (1958a). *Convention on the Territorial Sea and the Contiguous Zone: 29 April 1958*. Geneva: United Nations, Treaty Series, vol. 516.

UN. (2000). *Declaração do Milénio das Nações Unidas: Resolução A/RES/55/2 - Cimeira do Milénio, Nova Iorque*. Lisboa: United Nations Information Centre.

UN. (1958c). *Fishing and Conservation of the Living Resources of the High Seas: 29 April 1958*. Geneva: United Nations, Treaty Series, vol. 559.

UN. (1993). *Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas: 21.06.1993*. Lisboa: Diário da República-I Série 20.

UN. (2014, Dezembro 17). *Submissions, through the Secretary-General of the United Nations, to the Commission on the Limits of the Continental Shelf, pursuant to article 76, paragraph 8, of the United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982*. Retrieved Janeiro 25, 2015, from Oceans and Law of the sea: Division for ocean affairs and the law of the sea:  
[http://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/commission\\_submissions.htm](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/commission_submissions.htm)

UN. (2012). *The definition of the continental shelf and criteria for the establishment of its outer limits*. Retrieved Janeiro 17, 2015, from United Nations Oceans and Law of the Sea: Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS):  
[http://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/continental\\_shelf\\_description.htm#definition](http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/continental_shelf_description.htm#definition)

- UN. (1998). *The United Nations Convention on the Law of the Sea: A historical perspective*. Retrieved Janeiro 22, 2015, from United Nations: Oceans and Law of Sea:  
[http://www.un.org/depts/los/convention\\_agreements/convention\\_historical\\_perspective.htm](http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_historical_perspective.htm)
- UN. (2014e). *United Nations Climate Change Conference*. Lima: UN.
- UN. (1982, Dezembro 10). *United Nations Convention on the Law of the sea of 10 December 1982*. Retrieved Janeiro 5, 2015, from un.org:  
[http://www.un.org/depts/los/convention\\_agreements/texts/unclos/unclos\\_e.pdf](http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf)
- UN. (1973). *United Nations — Treaty Series No. 13550 :Agreement relating to the delimitation of the continental shelf between Greenland and Canada: Signed at Ottawa on 17 December 1973* . Ottawa.
- UPRM. (n.d.). *Duxbury - seafloor*. Retrieved Janeiro 17, 2015, from Universidad de Puerto Rico: Department of Geology UPRM:  
[http://geology.uprm.edu/MorelockSite/morelockonline/1\\_image/duxburyseafloor.htm](http://geology.uprm.edu/MorelockSite/morelockonline/1_image/duxburyseafloor.htm)
- USDOI. (2015). *2017–2022 Outer Continental Shelf Oil and Gas Leasing Draft Proposed Program* . Disponível online em: <http://www.boem.gov/2017-2022-DPP/>: U.S. Department of the Interior.
- USGS. (2014, Abril 8). *Abrupt Climate Change*. Retrieved Dezembro 5, 2014, from Climate and Land Use Change Research and Development Program:  
[http://www.usgs.gov/climate\\_landuse/clu\\_rd/pt\\_abrupt\\_cc.asp](http://www.usgs.gov/climate_landuse/clu_rd/pt_abrupt_cc.asp)
- USGS. (2009a, Maio). Assessment of undiscovered oil and gas in the Arctic. *Science Vol. 324. no. 5931* , pp. 1175 - 1179.
- USGS. (2008). *Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle*.
- USGS. (2011). *Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle*.
- USGS. (2009b). *Erosion Doubles Along Part of Alaska's Arctic Coast: Cultural and Historical Sites Lost*. U.S. Geological Survey.

- USGS. (2013). *Undiscovered Gas Resources in the Alum Shale, Denmark: U.S. Department of the Interior - Fact Sheet 2013-3103*, December 2013. U.S. Geological Survey.
- WEF. (2014). *Global Risks 2014, Ninth Edition*. Geneva: World Economic Forum.
- WEF. (2015). *Global Risks 2015: 10th Edition*. Geneva: World Economic Forum.
- Wright, T. (2012, Agosto 7). Outlaw of the Sea: The Senate Republicans' UNCLOS Blunder. *Foreign Affairs*, pp. Disponível online em:  
<http://www.foreignaffairs.com/articles/137815/thomas-wright/outlaw-of-the-sea>.
- WWF. (2015). *Priority Places: The Arctic*. Retrieved Janeiro 27, 2015, from WWF:  
[http://wwf.panda.org/what\\_we\\_do/where\\_we\\_work/arctic/](http://wwf.panda.org/what_we_do/where_we_work/arctic/)
- YOUNG, O. R. (2011, Janeiro 19). The future of the Arctic: cauldron of conflict or zone of peace? *International Affairs*, pp. 185-193.
- ØSTERUD, Ø. (1988). The Uses and Abuses of Geopolitics. *Journal of Peace Research*, 25, 191-199.
- ZWAAG, D. e. (2008). *Governance of Arctic Marine Shipping*. Canada : Marine & Environmental Law Institute, Dalhousie University. .



# ANEXOS

<b>ANEXO A - Delimitação da Região do Ártico.....</b>	<b>A-1</b>
<b>ANEXO B - Degelo Gronelândia.....</b>	<b>B-1</b>
<b>ANEXO C - A Fórmula do Poder de Cline.....</b>	<b>C-1</b>
<b>ANEXO D - Elementos Geopolíticos Quantificadores de Poder.....</b>	<b>D-1</b>
<b>ANEXO E - Classificação dos Fundos Oceânicos .....</b>	<b>E-1</b>
<b>ANEXO F - Batimetria e Topografia da Região do Ártico .....</b>	<b>F-1</b>
<b>ANEXO G - Diminuição da Calote Polar no Ártico .....</b>	<b>G-1</b>
<b>ANEXO H - Acordos sobre os Limites Marítimos no Ártico .....</b>	<b>H-1</b>
<b>ANEXO I - Áreas de Busca e Salvamento no Ártico.....</b>	<b>I-1</b>
<b>ANEXO J - Síntese das Estratégias dos Estados do Ártico.....</b>	<b>J-1</b>
<b>ANEXO K - Navegação nas rotas do Norte .....</b>	<b>K-1</b>
<b>ANEXO L - Algumas Tendências Militares Globais .....</b>	<b>L-1</b>

*(página intencionalmente em branco)*

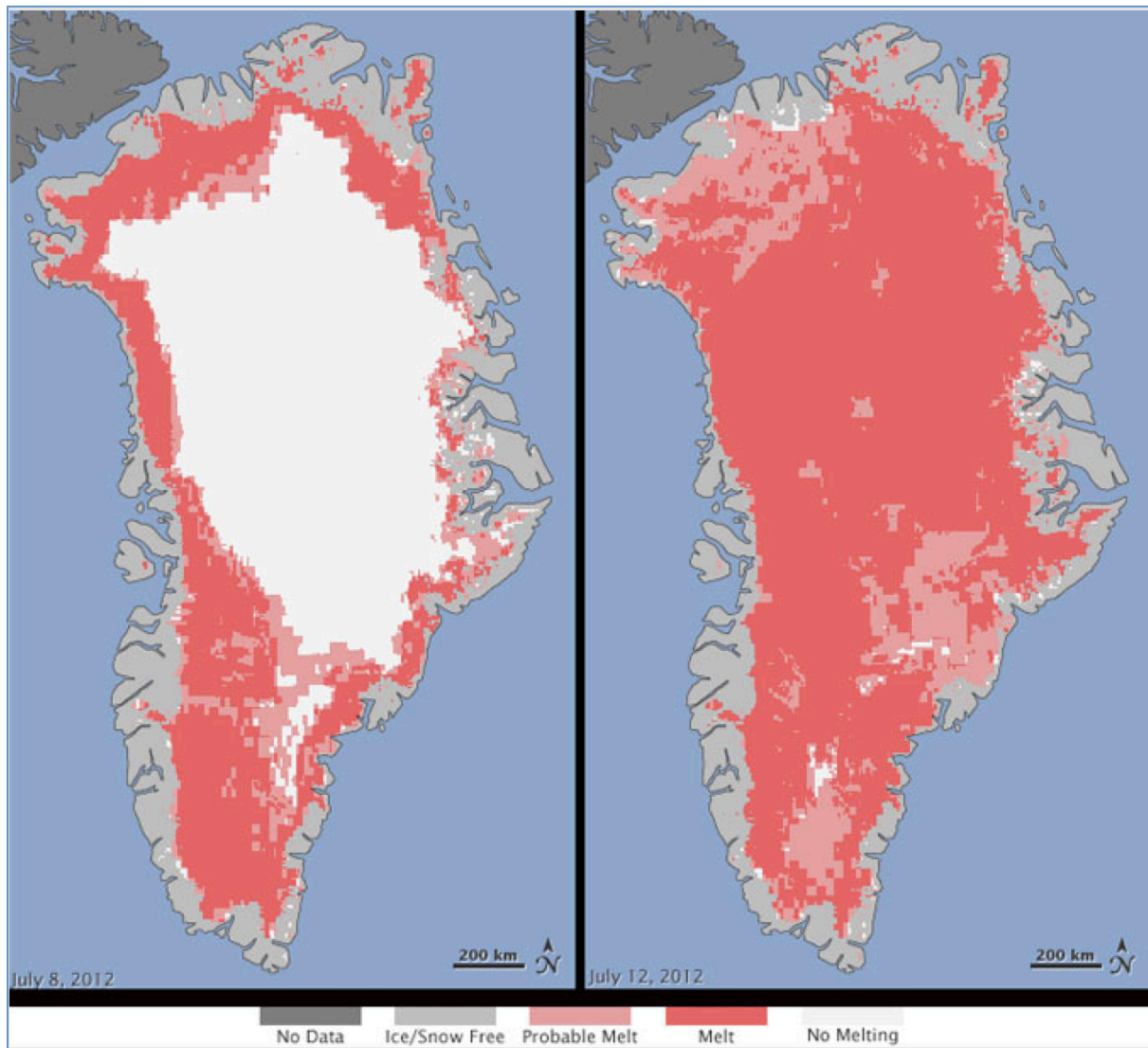
## ANEXO A – Delimitação da Região do Ártico



Figura A-1 – Delimitação da Região do Ártico segundo o critério da Isotérmica dos 10°C

Fonte: (NOAA, 2014)

## ANEXO B – Degelo Gronelândia



**Legenda:**

Imagem à esquerda: 8 de Julho de 2012  
Imagem à direita: 12 de Julho de 2012  
(baseadas em imagens de satélite)

**Figura B-1 – Evidências do degelo significativo na Gronelândia em Julho de 2012**

Fonte: (NASA, 2012a)

## ANEXO C - A Fórmula do Poder de Cline

Fonte: (ALMEIDA, 1990, pp. 293-300)

A obra de Ray S. Cline surgiu em 1975 com “World Power Assessment”, sendo revista em 1970 e formulada a sua versão final em 1980 (ALMEIDA, 1990). A fórmula defendida por Cline, que serve aqui de referência, engloba os seguintes fatores:

$$Pp=(C+E+M) \times (S+W) \quad (\text{CLINE, 1980, p. 22})$$

**Pp= poder percebido** (*Perceived Power*)

**C= massa crítica** (*Critical Mass*), igual à soma da população com o território ( $C=c+t$ )

**E= capacidade econômica** (*Economic Capability*), traduz o somatório de fatores como:

1. Produto Nacional Bruto (GNP) - (hierarquização em que a cada 20 bilhões corresponderia a 1 ponto)
2. Energia – (hierarquização com base no somatório dos pontos atribuídos à produção de: Petróleo (10), Gás Natural e Nuclear (4/cada), Carvão (2).
3. Minerais estratégicos: (hierarquização com base no somatório dos pontos atribuídos aos valores de exportação de Ferro (8) e Cobre, Bauxite, Crómio, Urânio (3/cada))
4. Capacidade Industrial (hierarquização com base nos valores de produção de aço, alumínio e cimento)
5. Capacidade Alimentar (hierarquização com base na diferença entre os valores de exportação e importação de trigo, milho e arroz)
6. Comércio Internacional (hierarquização com base no somatório entre importações e exportações)

**M= capacidade militar** (*Military Capability*), que considera os indicadores: qualidades humanas, efetividade das armas, suporte logístico e de infraestruturas e qualidade da organização. Estes são ainda alvo de ponderação segundo os fatores alcance estratégico e esforço militar.

**S= estratégia nacional** (*Strategic Purpose*), classificado por um quociente entre 1 e 0

**W= vontade nacional** (*Will to Pursue National Strategy*), avaliado de acordo com elementos a que são atribuídos diferentes valores percentuais:

1. Nível de integração nacional (Integração cultural 25%; Integração Territorial 8%);
2. Força da liderança nacional (Capacidade de ação governamental 17%; Nível de disciplina social 17%);
3. Coerência entre a estratégia e o interesse nacional 33%.

Estes dois últimos factores são reconhecidos pelo autor como os mais críticos em termos de medição do Poder de um Estado (CLINE, 1980).

## ANEXO D – Elementos Geopolíticos Quantificadores de Poder

<b>STEINMETZ</b> (1929)	<b>GUIDO FISHER</b> (1939)	<b>SPYKMAN</b> (1942)
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. População</li> <li>2. Dimensões Territoriais</li> <li>3. Riquezas</li> <li>4. Instituições Políticas</li> <li>5. Qualidade de Chefia</li> <li>6. Unidade de Coesão dos Nacionais</li> <li>7. Respeito e Amizade dos Estrangeiros</li> <li>8. Qualidades Morais</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Fatores Políticos</b> (posição, dimensões, população, organização, cultura, fronteiras)</li> <li>2. <b>Fatores Psicológicos</b> (flexibilidade da economia, capacidade de invenção, preservação e adaptação)</li> <li>3. <b>Fatores Económicos</b> (fertilidade do solo, riqueza natural, organização industrial, nível tecnológico, desenvolvimento do comércio, força financeira)</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Superfície</li> <li>2. Natureza das Fronteiras</li> <li>3. Volume de produção</li> <li>4. Matérias Primas</li> <li>5. Economia e Tecnologia</li> <li>6. Força Financeira</li> <li>7. Homogeneidade Étnica</li> <li>8. Grau de integração social</li> <li>9. Estabilidade política</li> <li>10. Espírito Nacional</li> </ol>
<b>MORGENTHAU</b> (1949)	<b>RAYMOND ARON</b> (1949)	<b>RAY CLINE</b> (1977)
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Geografia</li> <li>2. Recursos Naturais</li> <li>3. Capacidade Industrial</li> <li>4. Preparação Militar</li> <li>5. População</li> <li>6. Carácter Nacional</li> <li>7. Moral Nacional</li> <li>8. Qualidade da Diplomacia</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Espaço</li> <li>2. Materiais Disponíveis</li> <li>2a. Saber</li> <li>3. Capacidade de Ação Coletiva (organização militar, disciplina militar, qualidade de chefia, solidariedade nacional em situações diversas)</li> </ol>	<p>C. Massa Crítica (território e população)</p> <p>E. Capacidade Económica (PNB, Fatores específicos, energia, minerais críticos, indústria, alimentação, comércio)</p> <p>M. Capacidade Militar (nuclear e convencional)</p> <p>S. Estratégica</p> <p>W. Vontade nacional</p>

**Tabela D-1 – Elementos Geopolíticos Quantificadores do Poder**

Fonte: (IAEM, 1993)

## ANEXO E – Classificação dos Fundos Oceânicos

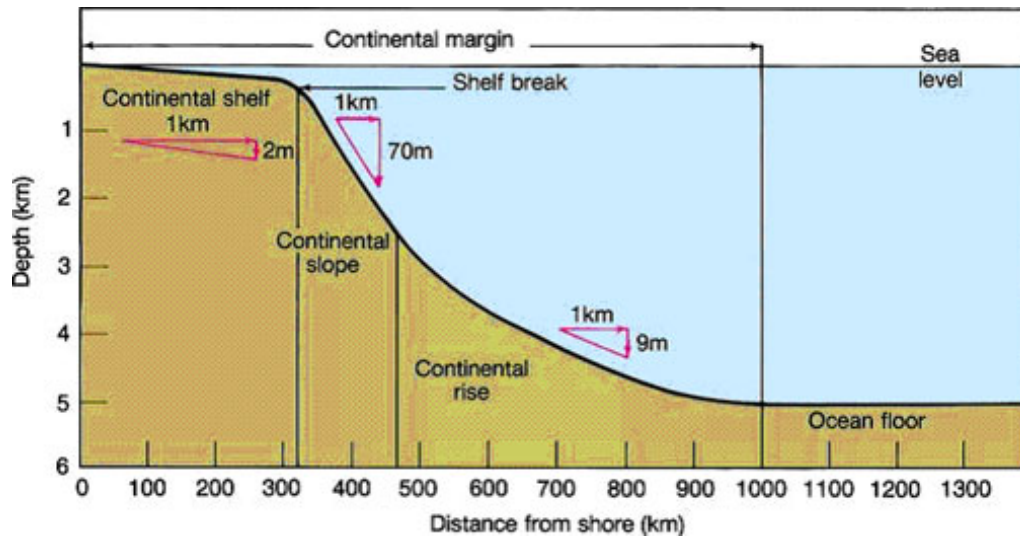


Figura E-1 – Classificação dos Fundos Oceânicos (perspectiva transversal)

Fonte: (UPRM, n.d.)

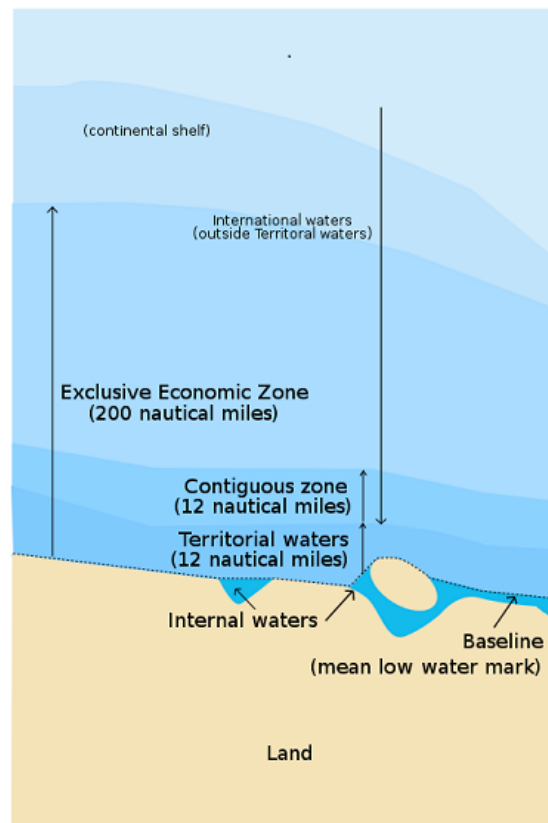
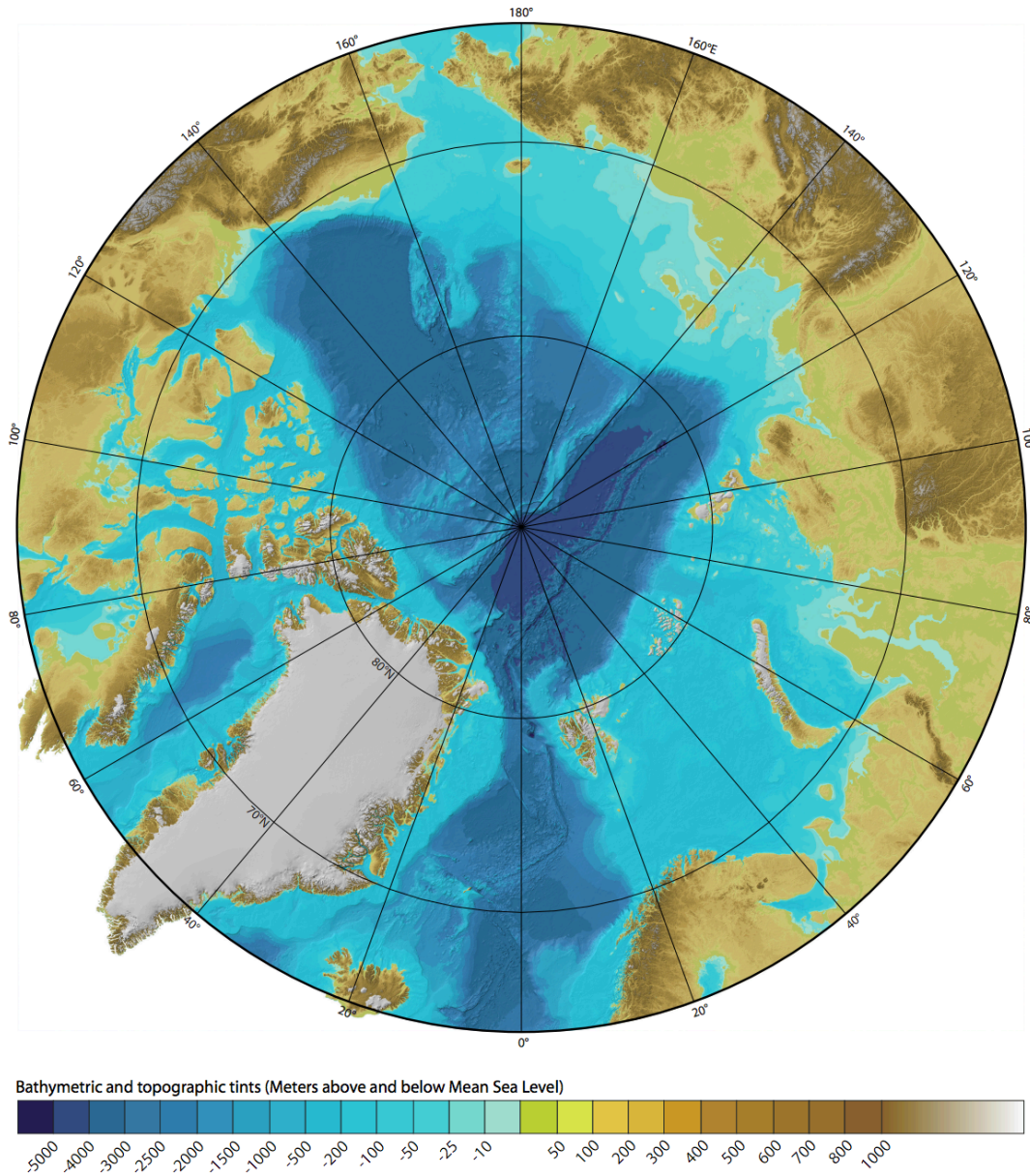


Figura E-2 – Classificação dos Fundos Oceânicos (perspectiva longitudinal)

Fonte: (LEWIS-KOSKINEN, 2010)

## ANEXO F - Batimetria e Topografia da Região do Ártico



**Figura F-1 – Batimetria e Topografia da região do Ártico, em metros, relativamente ao nível médio das águas do mar**

Fonte: (NOAA, 2012)

# ANEXO G – Diminuição da Calote Polar no Ártico

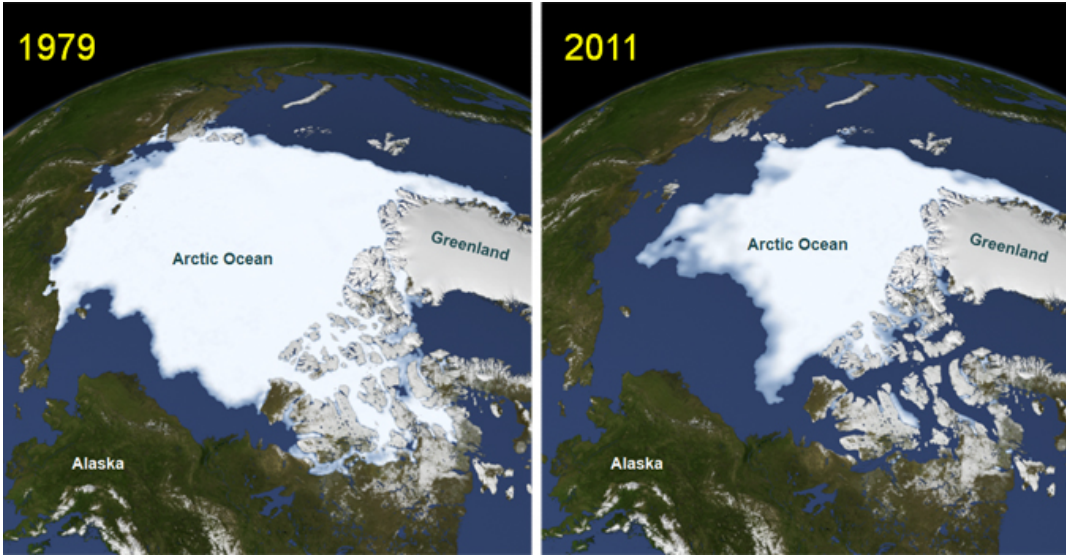


Figura G-1 – Comparação da Calote Polar entre os anos 1979 e 2011

Fonte: (NSIDC, 2015a)

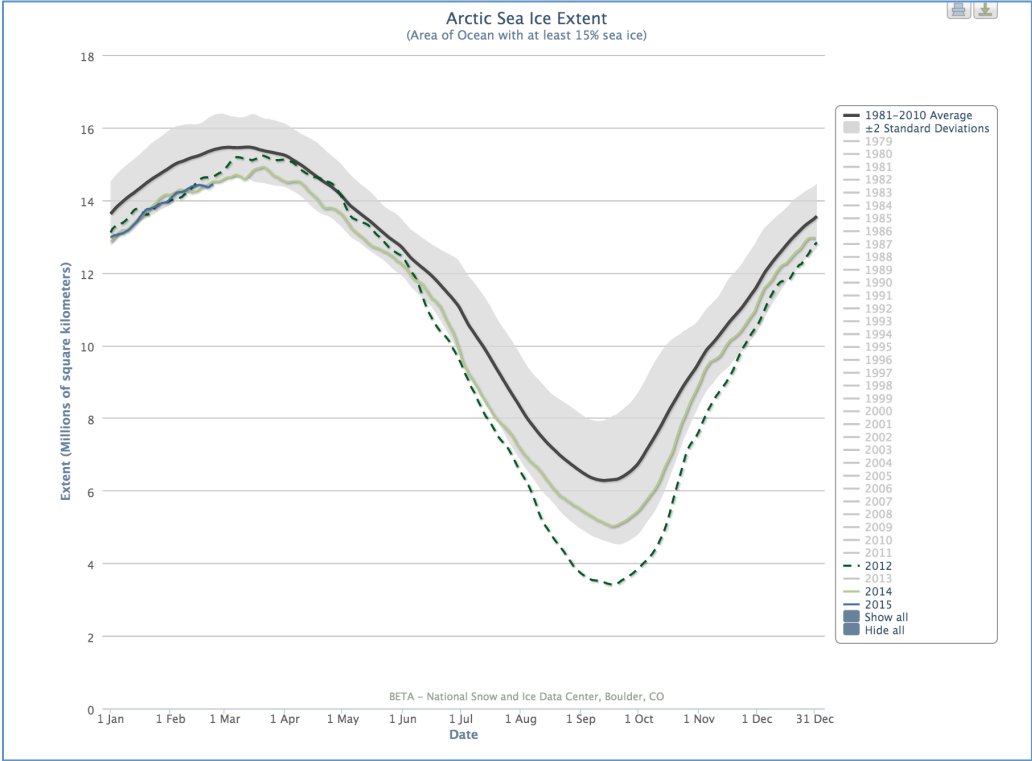


Figura G-2 – Evolução Anual da Extensão de Gelo no Ártico: média de 1981-2010, anos 2012, 2014 e evolução do presente ano

Fonte: (NSIDC, 2015a)

## ANEXO H – Acordos sobre os Limites Marítimos no Ártico

<b>Canadá – Dinamarca (Gronelândia):</b> limite da plataforma continental	17 de Dezembro de 1973
<b>Islândia – Dinamarca (Gronelândia):</b> limite de zona de pescas e da plataforma continental	11 de Novembro de 1997
<b>Dinamarca (Gronelândia) – Noruega (Ilha de Jan Mayen):</b> limite de zona de pescas e da plataforma continental	18 de Dezembro de 1995, após adjudicação pelo Tribunal Internacional de Justiça
<b>Dinamarca (Gronelândia) – Islândia – Noruega (Ilha de Jan Mayen):</b> acordo multinacional	11 de Novembro de 1997
<b>Dinamarca (Gronelândia) – Noruega (Ilha de Svalbard):</b> limite de zona de pescas e da plataforma continental	20 de Fevereiro de 2006
<b>Islândia - Noruega (Ilha de Jan Mayen):</b> a) Limite de zona de pescas segundo o limite das 200 NM da EEZ da Islândia b) Limite da plataforma continental e zona conjunta	a) 28 de Maio de 1980 b) 22 de Outubro de 1981
<b>Noruega - Rússia:</b> Limite marítimo parcial em Varangerfjord (posteriormente alargado)	15 de Fevereiro de 1957 (11 de Julho de 2007)
<b>Noruega - Rússia:</b> Limite marítimo no Oceano Ártico e Mar de Barents	15 de Setembro de 2010 (entrada em vigor em 7 de Julho de 2011)
<b>Rússia - USA:</b> única fronteira marítima acordada	1 de Junho de 1990

**Tabela H-1 – Síntese dos Acordos Assinados entre Estados do Ártico**

Fonte: (DURHAM UNIVERSITY, 2014)

# ANEXO I – Áreas de Busca e Salvamento no Ártico



Figura I-1 – Áreas de Responsabilidade SAR dos Estados Circumpolares

Fonte: (AC, 2011a)

## ANEXO J – Síntese das Estratégias dos Estados do Ártico

PAÍS	ESTRATÉGIA	LINHAS DE ACÇÃO
EUA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar a defesa e segurança na região ártica;</li> <li>- Garantir a liberdade de navegação;</li> <li>- Proteger o ambiente e preservar os recursos biológicos;</li> <li>- Assegurar a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento económico e da gestão dos recursos naturais;</li> <li>- Reforçar a cooperação no seio das instituições do Ártico;</li> <li>- Envolver os povos nativos no processo de decisão;</li> <li>- Assumir liderança da pesquisa científica no Ártico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Defender as fronteiras e as águas sob sua jurisdição;</li> <li>- Assegurar a capacidade de projetar poder naval;</li> <li>- Reforçar a capacidade de busca e salvamento;</li> <li>- Participar na elaboração do Código Polar;</li> <li>- Garantir o «direito de passagem em trânsito» no Ártico;</li> <li>- Recomendar ao Senado a ratificação da CNUDM;</li> <li>- Privilegiar cooperação no Arctic Council e na OMI, nos domínios da proteção ambiental, preservação dos recursos e segurança marítima;</li> <li>- Criar com os restantes Estados da região uma rede de partilha de conhecimento científico sobre o Ártico;</li> <li>- Preparar a proposta de extensão da PC.</li> </ul>
RÚSSIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Usar o Ártico russo como base estratégica de recursos para fomentar o desenvolvimento socioeconómico do país;</li> <li>- Preservar o Ártico como zona de paz e cooperação reforçada com os Estados da região;</li> <li>- Conservar os ecossistemas do Ártico;</li> <li>- Integrar a NSR na rede de transportes marítimos do Ártico e na rede nacional de comunicações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Resolver as disputas de forma pacífica, no quadro da CNUDM;</li> <li>- Reforçar as capacidades das Forças Armadas para exercerem a soberania, controlando as fronteiras, mantendo presença e garantindo a segurança e liberdade de navegação;</li> <li>- Aumentar as capacidades da Guarda Costeira e da Guarda de Fronteiras;</li> <li>- Implementar um sistema integrado de monitorização da navegação no Ártico russo;</li> <li>- Apoiar o desenvolvimento dos portos e infraestruturas de apoio;</li> <li>- Modernizar a esquadra de navios quebra-gelo e construir navios com capacidade para navegar no Ártico.</li> </ul>

PAÍS	ESTRATÉGIA	LINHAS DE ACÇÃO
NORUEGA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar a soberania na região e reforçar a cooperação transfronteiriça no norte (Rússia);</li> <li>- Aumentar o conhecimento sobre o clima e o ambiente;</li> <li>- Promover o desenvolvimento sustentável das explorações de petróleo <i>offshore</i> e assegurar recursos marinhos renováveis;</li> <li>- Melhorar monitorização, resposta de emergência e sistemas de segurança marítima;</li> <li>- Melhorar o conhecimento acerca do clima e do ambiente no High North;</li> <li>- Salvaguardar a cultura e meios de subsistência dos povos indígenas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter uma presença militar visível na região do High North e modernizar a Guarda Costeira;</li> <li>- Melhorar o controlo das fronteiras, em cooperação com a Rússia;</li> <li>- Criar um centro de pesquisa sobre as alterações climáticas que congregue todas as instituições científicas norueguesas, para se constituir referência mundial;</li> <li>- Mapear o leito do Oceano;</li> <li>- Cooperar com a Rússia na exploração sustentável dos recursos <i>offshore</i>;</li> <li>- Desenvolver as indústrias do turismo, aquacultura e transformação do pescado;</li> <li>- Modernizar as infraestruturas portuárias para apoio às atividades económicas (turismo, petrolífera);</li> <li>- Melhorar a capacidade da administração costeira norueguesa e desenvolver sistema integrado de acompanhamento de navios.</li> </ul>
CANADÁ	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exercer a soberania no Ártico;</li> <li>- Promover o desenvolvimento social e económico do Grande norte;</li> <li>- Melhorar e desconcentrar a governança do Grande norte;</li> <li>- Proteger a herança ambiental do Grande norte;</li> <li>- Ser líder mundial no conhecimento sobre o Ártico;</li> <li>- Reforçar a importância histórica do Grande norte para a construção da identidade do Canadá.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforçar a presença militar na região do Ártico;</li> <li>- Aumentar a área de prevenção da poluição das águas do Ártico;</li> <li>- Reforçar a capacidade de busca e salvamento;</li> <li>- Recolher dados científicos para sustentar a proposta de extensão da PC;</li> <li>- Envolver os povos indígenas e as organizações que os representam em todos os processos relativos à região;</li> <li>- Promover a exploração sustentável dos recursos;</li> <li>- Criar um Centro de Pesquisa de nível mundial que constitua uma plataforma de cooperação científica sobre o Ártico;</li> <li>- Explorar a presença histórica dos Inuit na região para sustentar as suas pretensões sobre o arquipélago canadiano;</li> <li>- Atribuir acrescidas responsabilidades na gestão dos recursos naturais aos governos regionais.</li> </ul>

PAÍS	ESTRATÉGIA	LINHAS DE ACÇÃO
DINAMARCA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contribuir para um Ártico pacífico e seguro;</li> <li>- Assegurar que crescimento e desenvolvimento são feitos de forma sustentável;</li> <li>- Assegurar que o desenvolvimento é feito com respeito pelo clima e ambiente;</li> <li>- Cooperar com os atores interessados no Ártico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar a capacidade de vigilância e visibilidade das Forças Armadas em cooperação com outros Estados do Ártico e com a NATO;</li> <li>- Cooperar nos termos da Declaração de <i>Ilulissat</i> e no respeito pela CNUDM;</li> <li>- Cartografar as suas águas e continuar a desenvolver a proposta de extensão da PC;</li> <li>- Melhorar a segurança marítima em cooperação com a OMI, o CA e a UE;</li> <li>- Desenvolver em cooperação com outros Estados do Ártico a investigação científica para a preservação dos recursos;</li> <li>- Desenvolver a investigação científica relacionada com as alterações climáticas.</li> <li>- Promover a cooperação internacional nos domínios das alterações climáticas, segurança marítima, exploração dos recursos naturais e direitos dos povos indígenas.</li> </ul>

**Tabela J-1 – Síntese das Estratégias e Linhas de Ação, dos Estados Ribeirinhos do Ártico para a região**

Fonte: (LEAL, 2014b, pp. 405-406; FERRÃO, 2014, pp. 93-95; THE WHITE HOUSE, 2013; RUSSIAN FEDERATION, 2009; NMFA, 2009; CANADIAN GOVERNMENT, 2009; KINGDOM OF DENMARK, 2011)

## ANEXO K – Navegação nas rotas do Norte

Nº de Viagens/Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Navios no Ártico Canadiano	194	33	76	113	83	221
Navios de Pesca	30	33	76	113	83	221
Navios de transporte	119	105	183	200	182	220

Tabela K-1 – Volume de Tráfego na Passagem do Noroeste

Fonte: (LASSERRE, 2011, p. 37)

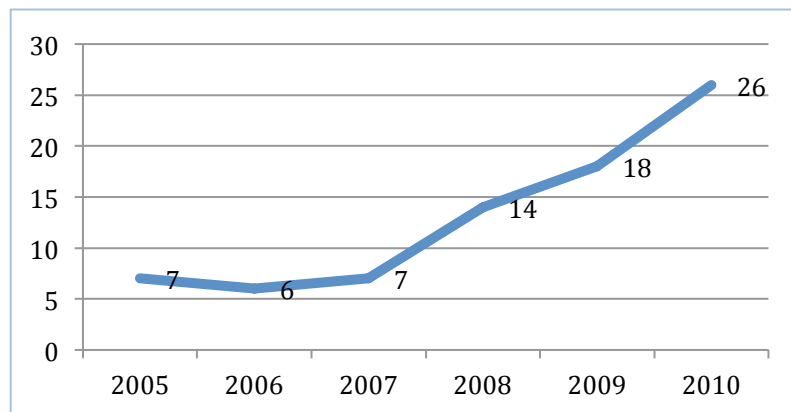


Figura K-1 – Registro anual da Passagem do Noroeste

Fonte: (LASSERRE, 2011, p. 37)

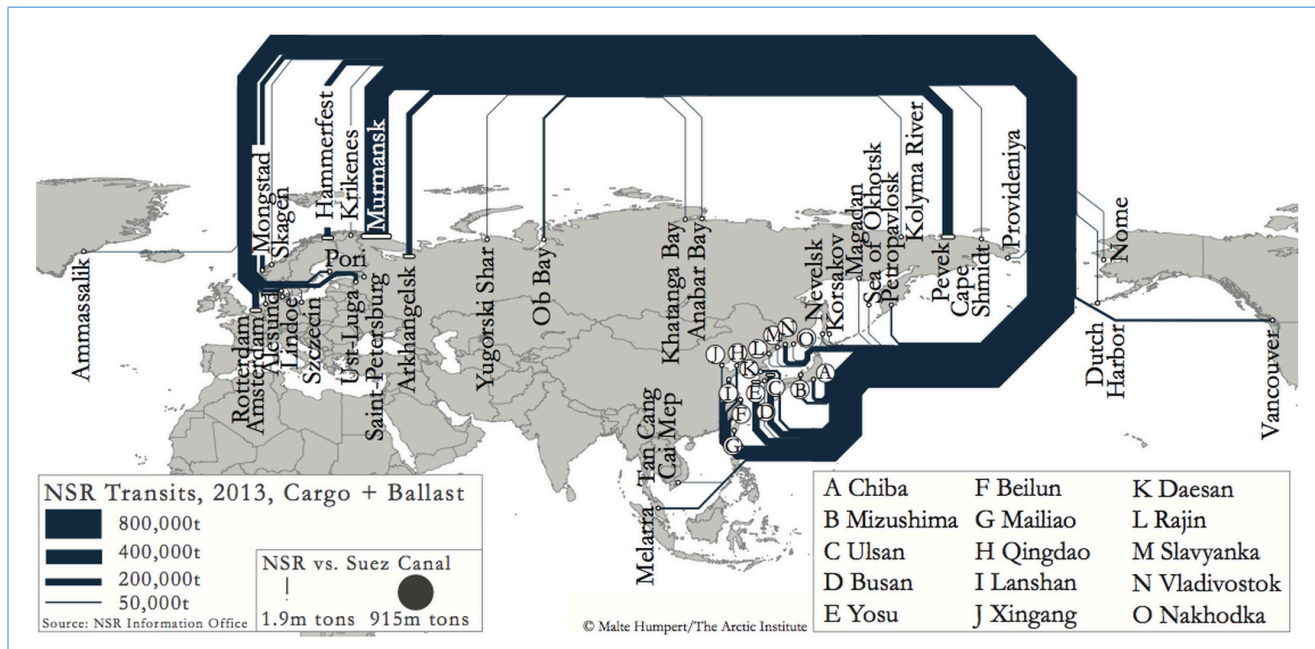
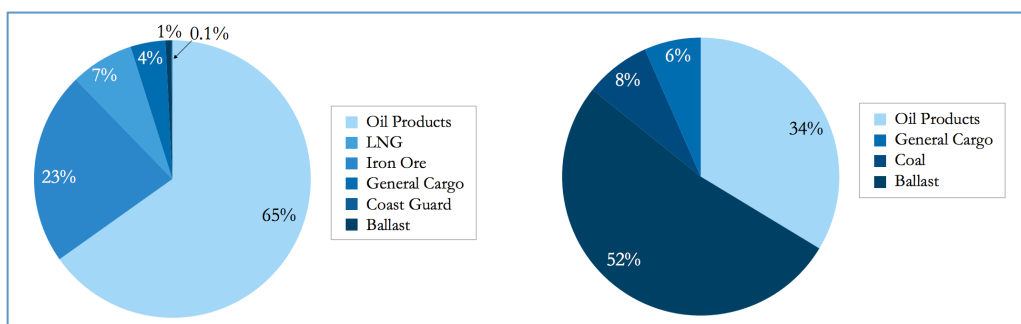


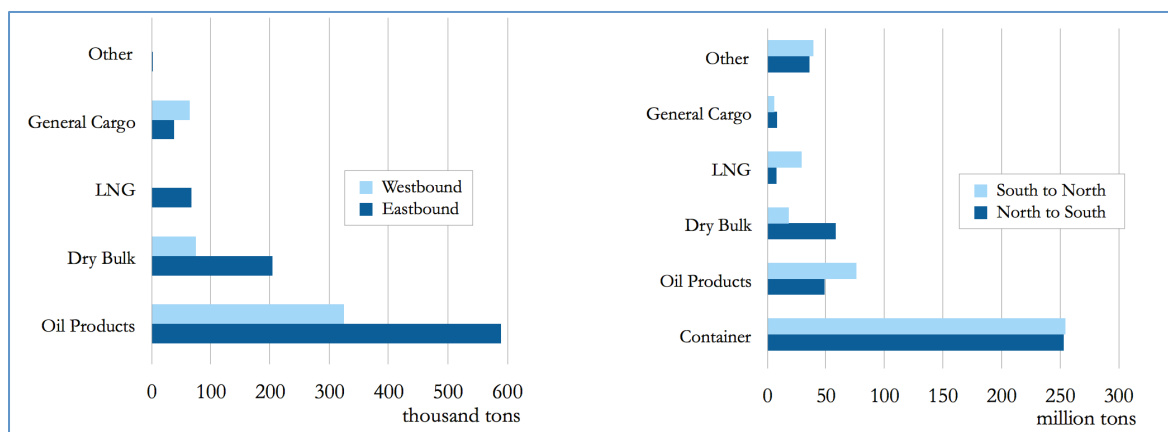
Figura K-1 – Tráfego na NSR, em Função dos Portos

Fonte: (AI, 2014)



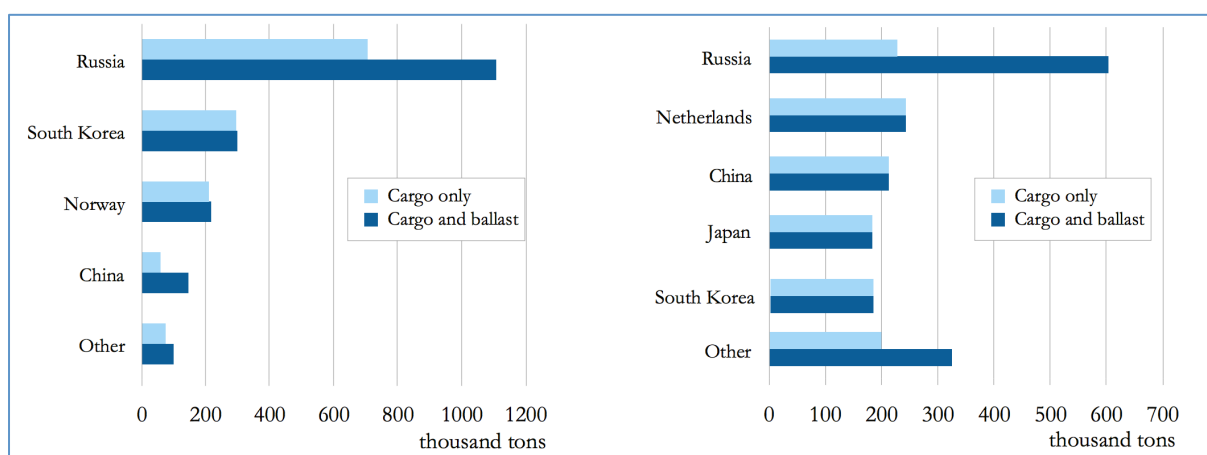
**Figura K-2 – Principais Cargas Transportadas através da NSR (sentido Este e Oeste, respetivamente)**

Fonte: (AI, 2014)



**Figura K-3 – Transporte de Cargas na NSR e Canal do Suez**

Fonte: (AI, 2014)



**Figura K-4 – Principais Utilizadores da NSR (países de origem e destino, respetivamente)**

Fonte: (AI, 2014)

## **ANEXO L – Algumas Tendências Militares Globais**

Neste anexo encontram-se ilustrados alguns dados relativos a tendências de investimento em defesa a nível global. Não se revelou viável centrá-los especificamente na região em estudo, uma vez que, em caso de necessidade de emprego de força, pensa-se ter mais impacto a capacidade genérica do Estado, com conseqüente mobilização de meios e/ou investimento para o contexto mais útil.

A Par destes dados apresenta-se ainda o potencial atual e esperado de diversos estados no que concerne a navios quebra-gelo, pela pertinência destes meios no ambiente em estudo.

---

**1. Queda de Investimento na Defesa de 1,9% (reais) entre 2012 e 2013**

---

**2. Queda de Investimento em: América do Norte, Europa Ocidental e Central, Oceânia. Aumento nas restantes regiões do globo.**

---

**3. Os 5 Maiores Investidores em Defesa: EUA, China, Rússia, Arábia Saudita e França.**

---

**4. Orçamento dos EUA sofreram uma queda de 7.8%. Grande parte deve-se à diminuição de exercícios militares no exterior.**

---

**5. Orçamento da China aumentou 7.4%, decorrente da política de longo-prazo de investimento militar a par do crescimento económico.**

---

**6. Orçamento da Federação Russa aumentou 4.8% e pela primeira vez desde 2003 foi dispendida uma percentagem do PIB superior à dos EUA.**

---

Fonte: (FREEMAN & SOLIRANO, 2014)

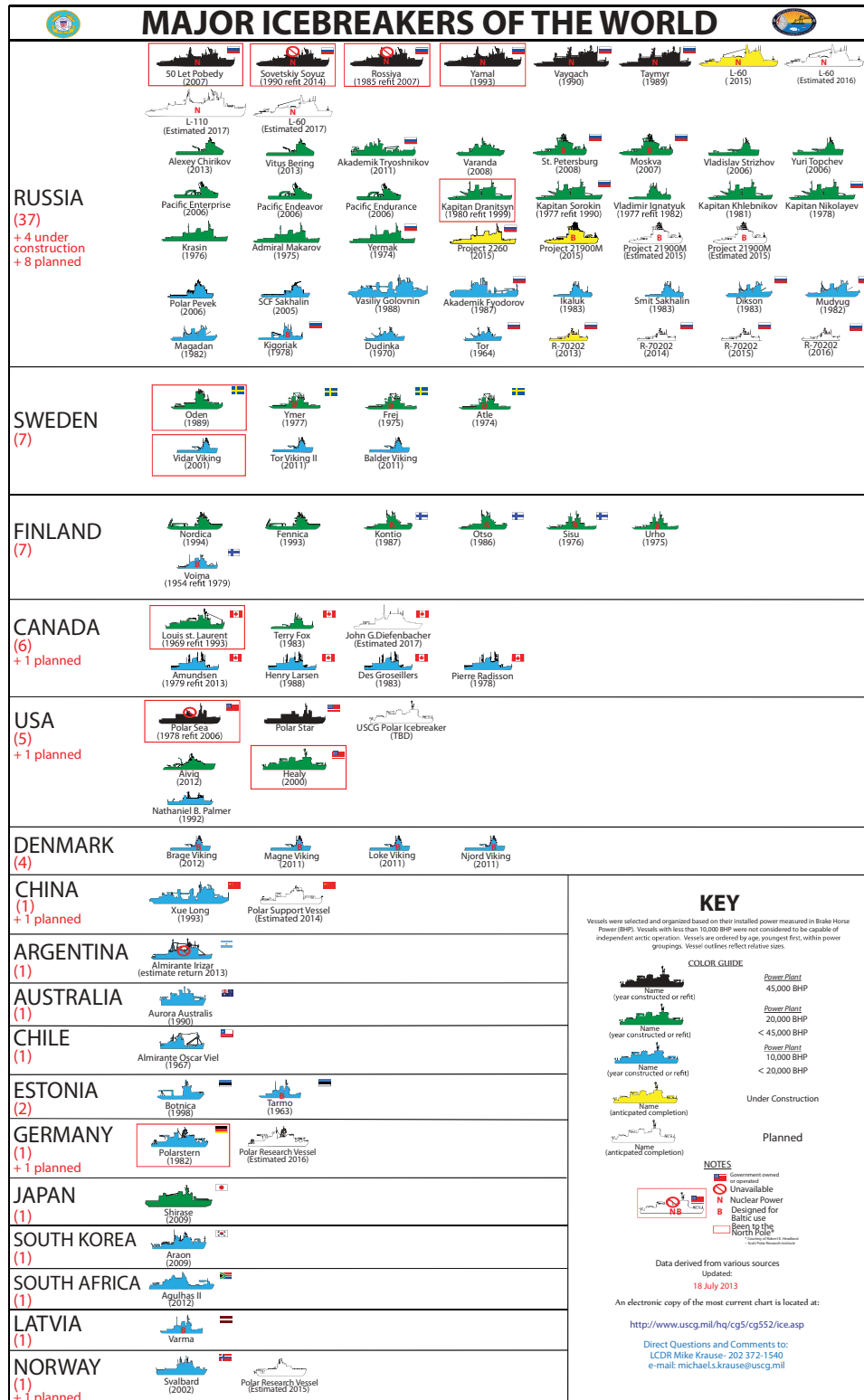


Figura L-2 – Contingente de Navios Quebra-Gelo e Futuras Aquisições

Fonte: (CG-WWM, 2013)